



Departamento de Gestão e Economia (DGE) da Universidade da Madeira (UMa)

Dissertação de Mestrado

Análise do crescimento económico e do desenvolvimento da Madeira (período de 1997 a 2008)

Dissertação submetida na UMa para a obtenção do grau de Mestre em Economia

Autor:

Luís Humberto de Freitas Baptista

Orientadores:

Professor Doutor António Almeida

Professor Doutor Ricardo Fabrício

Funchal, 2011

Os melhores RUMOS para os Cidadãos da Região



**Dissertação de Mestrado em Economia na Universidade da Madeira (UMa) do
mestrando Luís Humberto de Freitas Baptista.**

Dedicatórias

Dedico este trabalho à memória de minha mãe, Zina, a meu pai, João, a meus irmãos – Isabel, Miguel e Carlos – e a toda a minha restante família.

Dedico-o igualmente a todos aqueles que foram meus alunos, em Economia e em Gestão, e que levaram para a vida um pouco de mim.

Agradecimentos

Um agradecimento especial, aos meus orientadores de Mestrado, Professor Doutor António Almeida e Professor Doutor Ricardo Fabrício, pelo inestimável apoio, colaboração e incentivo na realização deste trabalho.

Um agradecimento aos docentes do Departamento de Mestrado em Economia da UMa, dirigido pelo Professor Doutor Corrado Andini, e aos docentes do Mestrado, Professores Doutores – Pedro Telhado Pereira, Corrado Andini, Joaquim Pina, Santiago Búrdia, Ricardo Cabral, José Cabral Vieira, Benedita Câmara, Fernando Colmenero Ferreira e Francisco Veiga.

Agradeço o apoio financeiro dado pelo CITMA (Centro de Ciência e Tecnologia da Madeira).

Um obrigado aos colegas do Mestrado pelo apoio e colaboração.

Bem-hajam

Luís Humberto de Freitas Baptista

Índice geral

RESUMO	1
ABSTRACT	2
INTRODUÇÃO	3
APRESENTAÇÃO.....	3
ESTRUTURA DO ESTUDO.....	4
PERGUNTA DE PARTIDA E FORMULAÇÃO DE HIPÓTESES	7
METODOLOGIA	8
LIMITAÇÕES DO ESTUDO	10
FÓRMULAS UTILIZADAS – NOTA TÉCNICA	12
Taxa média de variação (média aritmética)	12
PARTE I	13
1. SINOPSE DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	15
1.1. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA.....	15
1.1.1. Localização e composição do Arquipélago da Madeira.....	15
1.1.2. Área da RAM e dos seus concelhos.....	16
1.1.3. Zona Económica Exclusiva (ZEE).....	17
1.1.4. Condicionantes e vantagens geográficas.....	18
1.2. A POPULAÇÃO DA RAM.....	19
1.2.1. A população da RAM face ao todo nacional, de 1864 a 2008	19
1.2.2. A população dos concelhos da RAM, de 1997 a 2008	20
1.2.3. A densidade populacional dos concelhos da RAM, entre 2000 e 2008	21
1.3. CARACTERIZAÇÃO POLÍTICA	22
1.4. CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA	23
1.4.1. Mercado de trabalho da Madeira, de 1997 a 2008	23
1.4.2. Preços e produção da Madeira, de 1997 a 2008.....	24
2. SINOPSE DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS	27
2.1. NOÇÃO E ESTRUTURA DAS REGIÕES DE NUTS I E II PORTUGUESAS	27
2.2. ÁREAS DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS	29
2.3. A POPULAÇÃO E A DENSIDADE POPULACIONAL DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS, DE 2000 A 2008	30
3. REVISÃO DA LITERATURA	31
3.1. OS INDICADORES.....	31
3.1.1. Noção.....	31
3.1.2. Tipos de indicadores	31
3.1.2.1. Os indicadores simples	31
3.1.2.2. Os indicadores compostos	32
3.1.2.3. As limitações na utilização de indicadores	32
3.2. O CRESCIMENTO ECONÓMICO.....	33
3.2.1. Noção.....	33
3.2.2. A medição do crescimento económico	33
3.2.3. O conceito de crescimento económico na literatura	34
3.3. O DESENVOLVIMENTO.....	36
3.3.1. Noção.....	36
3.3.2. A medição do desenvolvimento.....	38
3.3.3. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	39
3.3.4. O Poder de compra	43
3.3.4.1. O Poder de compra per capita.....	43

3.3.4.2. A Percentagem do Poder de Compra (PPC).....	43
3.3.5. O Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR).....	44
3.3.5.1. A Competitividade (COM)	44
3.3.5.2. A Coesão (COES).....	45
3.3.5.3. A Qualidade Ambiental (AMB).....	45
3.3.5.4. O Índice Global (IG).....	45
3.3.6. O conceito de desenvolvimento na literatura.....	46
PARTE II.....	47
4. CÁLCULO DO IDH DAS REGIÕES NUTS I E II.....	49
4.1. CÁLCULO DOS VALORES DAS COMPONENTES DO IDH, DE 1997 A 2008	49
4.1.1. O Índice da Esperança de Vida (IEV) das regiões NUTS I e II.....	49
4.1.2. O Índice de Educação (IE).....	50
4.1.3. O Índice do PIB (IPIB)	52
4.2. CÁLCULO DO VALOR DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) DAS REGIÕES NUTS I E II	53
5. ANÁLISE DO CRESCIMENTO ECONÓMICO DAS REGIÕES NUTS I E II.....	54
5.1. VARIAÇÃO REAL E NOMINAL DO PIBPC DA MADEIRA, DE 1997 A 2008	54
5.2. PIBPC REAL DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS, DE 1997 A 2008.....	55
5.3. PIBPC NOMINAL DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS, DE 1997 A 2008	57
5.4. CONCLUSÕES SOBRE O CRESCIMENTO ECONÓMICO DA RAM, DE 1997 A 2008	58
6. ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES NUTS I E II.....	59
6.1. O IDH DAS REGIÕES NUTS I E II, DE 1997 A 2008.....	59
6.1.1. As componentes do IDH.....	59
6.1.1.1. A Esperança Média de Vida à Nascimento (EVN), de 1997 a 2008.....	59
6.1.1.2. A Taxa Bruta de Escolarização (TBE), de 1997 a 2008.....	61
6.1.1.3. O PIB per capita em PPS, de 1997 a 2008.....	62
6.1.2. O IDH das regiões NUTS I e II	63
6.1.3. Contributos de cada uma das componentes (IEV, IE e IPIB) para o IDH da RAM.....	65
6.2. O PODER DE COMPRA DAS REGIÕES NUTS I E II, DE 1997 A 2007	67
6.2.1. O Poder de compra per capita das regiões NUTS I e II, de 1997 a 2007.....	67
6.2.2. A Percentagem do Poder de Compra (PPC) das regiões NUTS I e II, de 1997 a 2007	68
6.3. O ÍNDICE SINTÉTICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (ISDR) DAS REGIÕES NUTS I E II, DE 2004 A 2008	70
6.3.1. As componentes do ISDR das regiões NUTS I e II, de 2004 a 2008.....	70
6.3.1.1. A Competitividade (COM) das regiões NUTS I e II face à média nacional, de 2004 a 2008	70
6.3.1.2. A Coesão (COES) das regiões NUTS I e II face à média nacional, de 2004 a 2008.....	71
6.3.1.3. A Qualidade Ambiental (AMB) das regiões NUTS I e II, de 2004 a 2008.....	72
6.3.1.4. O Índice Global (IG) das regiões NUTS I e II, de 2004 a 2008	73
6.4. CONCLUSÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA RAM.....	74
7. A CONVERGÊNCIA E A DIVERGÊNCIA ECONÓMICA.....	75
7.1. NOÇÃO DE CONVERGÊNCIA E DE DIVERGÊNCIA ECONÓMICA.....	75
7.2. CÁLCULO DO QUOCIENTE REGIONAL (QR) DA RAM FACE À MÉDIA NACIONAL	77
8. ANÁLISE DA CONVERGÊNCIA E DA DIVERGÊNCIA DA RAM FACE À MÉDIA NACIONAL... 79	79
9. CONCLUSÕES.....	82
ANEXO I.....	86
A população da RAM	86
ANEXO II	87
Áreas dos concelhos da RAM e a população da RAM face ao todo nacional (1864 a 2001).....	87

ANEXO III	88
A população das regiões NUTS I e II portuguesas	88
ANEXO IV	89
A produtividade aparente do trabalho das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1997 a 2008.....	89
ANEXO V	90
PIB Nominal, DPIB e PIB Real das regiões NUTS I e II portuguesas	90
ANEXO VI.....	91
O IDH das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1997 a 2008	91
ANEXO VII	96
A EVN, a TBE, o PIBpc em PPS e o IDH das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1997 a 2008....	96
ANEXO VIII	97
O PIBpc a preços constantes das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1997 a 2008.....	97
ANEXO IX.....	98
O PIBpc a preços correntes das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1997 a 2008.....	98
ANEXO X	99
Os pesos da EVN, TBE, PIBpc em PPS e IDH das regiões NUTS I e II portuguesas face à média nacional (PT=100), de 1997 a 2008	99
ANEXO XI.....	100
Taxa Bruta de Escolarização das regiões NUTS I e II, de 1997 a 2008	100
ANEXO XII	102
A Alfabetização de Adultos (AA)	102
ANEXO XIII	105
Taxas de variação (%) média anual das componentes do IDH	105
ANEXO XIV	106
Contributos de cada uma das componentes (IEV, IE e IPIB) para o IDH da RAM	106
ANEXO XV	107
Composição do Indicador de Competitividade	107
ANEXO XVI.....	108
Composição do Indicador de Coesão.....	108
ANEXO XVII.....	109
Composição do Indicador de Qualidade Ambiental	109
BIBLIOGRAFIA.....	110

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 - OS CONCELHOS DA RAM, EM KM2 E EM % DO TOTAL	16
GRÁFICO 2 - A ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA (ZEE) PORTUGUESA	17
GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DA MADEIRA, DE 1864 A 2008	19
GRÁFICO 4 – O PESO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR CONCELHOS DA RAM, DE 1997 A 2008	20
GRÁFICO 5 - A DENSIDADE POPULACIONAL DOS CONCELHOS DA RAM, DE 2000 A 2008	21
GRÁFICO 6 - TAXAS DE INFLAÇÃO DE PORTUGAL E DA MADEIRA, DE 1997 A 2008	24
GRÁFICO 7 - ESTRUTURA DO VAB DA MADEIRA, POR SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA, DE 1997 A 2008	24
GRÁFICO 8 - PESO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO DA MADEIRA FACE À MÉDIA NACIONAL (PT=100), DE 1997 A 2008	25
GRÁFICO 9 - PESO DO PIB A PREÇOS CORRENTES DA MADEIRA FACE À MÉDIA NACIONAL (PT=100), DE 1997 A 2008.....	25
GRÁFICO 10 - ÁREAS DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS (% E KM2).....	29
GRÁFICO 11 - VARIAÇÃO NOMINAL E REAL (%) DO PIBPC DE PORTUGAL E DA MADEIRA, DE 1997 A 2008	54

GRÁFICO 12 – A EVOLUÇÃO DO PIBPC REAL DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS FACE À MÉDIA NACIONAL (PT=100), DE 1997 A 2008	55
GRÁFICO 13 - A EVOLUÇÃO DO PIBPC REAL DA MADEIRA FACE À MÉDIA NACIONAL, DE 1997 A 2008 (PT=100).....	55
GRÁFICO 14 - A EVOLUÇÃO DO PIBPC NOMINAL DA MADEIRA FACE À MÉDIA NACIONAL, DE 1997 A 2008 (PT=100).....	57
GRÁFICO 15 - A EVOLUÇÃO DA EVN DE PORTUGAL E DA MADEIRA, DE 1997 A 2008.....	60
GRÁFICO 16 - A EVOLUÇÃO DA TBE DE PORTUGAL E DA MADEIRA, DE 1997 A 2008	61
GRÁFICO 17 - EVOLUÇÃO DO PIBPC EM PPS DE PORTUGAL E DA MADEIRA, DE 1997 A 2008.....	62
GRÁFICO 18 - O IDH DE PORTUGAL E DA MADEIRA, DE 1997 A 2008.....	63
GRÁFICO 19 - A EVOLUÇÃO DO IDH DA MADEIRA E DAS SUAS COMPONENTES FACE À MÉDIA NACIONAL (PT=100), DE 1997 A 2008	65
GRÁFICO 20 - CONTRIBUTO DE CADA UMA DAS COMPONENTES (IEV, IE E IPIB) PARA O IDH DA RAM, DE 1997 A 2008.....	66
GRÁFICO 21 - CONTRIBUTO DE CADA UMA DAS COMPONENTES (IEV, IE E IPIB) PARA O IDH DA RAM, DE 1997 A 2008.....	66
GRÁFICO 22 - O PODER DE COMPRA PER CAPITA DA RAM FACE À MÉDIA NACIONAL (PT=100), DE 1997 A 2007	67
GRÁFICO 23 - A PPC DA RAM FACE À MÉDIA NACIONAL (PT=100%), DE 1997 A 2007.....	69
GRÁFICO 24 - A COMPETITIVIDADE DA RAM FACE À MÉDIA NACIONAL (PT=100), DE 2004 A 2008	70
GRÁFICO 25 - A COESÃO DA RAM FACE À MÉDIA NACIONAL (PT=100), DE 2004 A 2008	71
GRÁFICO 26 - A QUALIDADE AMBIENTAL DA RAM FACE À MÉDIA NACIONAL (PT=100), DE 2004 A 2008.....	72
GRÁFICO 27 - O IG DA RAM E DE PORTUGAL (PT = 100) E AS SUAS COMPONENTES (COM, COES E AMB)	73
GRÁFICO 28 - EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÓMICO/DESENVOLVIMENTO DA RAM FACE À MÉDIA NACIONAL (PT=100).....	74
GRÁFICO 29 - TIPOS DE CONVERGÊNCIA E DE DIVERGÊNCIA DE UMA REGIÃO FACE À MÉDIA	76
GRÁFICO 30 - QR E QR DA MADEIRA FACE À MÉDIA NACIONAL (PT=100).....	78
GRÁFICO 31 - CONVERGÊNCIA/DIVERGÊNCIA DOS INDICADORES DE CRESCIMENTO ECONÓMICO E DE DESENVOLVIMENTO DA RAM FACE À MÉDIA NACIONAL (PT=100)	79
GRÁFICO 32 - CONVERGÊNCIA/DIVERGÊNCIA DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE CRESCIMENTO ECONÓMICO/DESENVOLVIMENTO DA RAM FACE À MÉDIA NACIONAL (PT=100).....	80
GRÁFICO 33 - EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÓMICO/DESENVOLVIMENTO DA RAM FACE À MÉDIA NACIONAL (PT=100).....	83

Índice de Tabelas

TABELA 1 - AS TAXAS DE DESEMPREGO DA MADEIRA E DE PORTUGAL, DE 1997 A 2008.....	23
TABELA 2 - AS TAXAS DE VARIAÇÃO DO PIB NOMINAL DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS, POR PERÍODOS E MÉDIA ANUAL, DE 1997 A 2008	26
TABELA 3 - AS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS	27
TABELA 4 - AS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS, ANTES E DEPOIS DE 2002.....	27
TABELA 5 - A DENSIDADE POPULACIONAL DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS, DE 2000 A 2008.....	30
TABELA 6 - A ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA À NASCENÇA (EVN) TOTAL, DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS, DE 1997 A 2008	49
TABELA 7 - O ÍNDICE DE ESPERANÇA DE VIDA (IEV) DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS, DE 1997 A 2008.....	50
TABELA 8 - A TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO (TBE) DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS, DE 1997 A 2008.....	51

TABELA 9 - O ÍNDICE DE ESCOLARIZAÇÃO (IE) DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS, DE 1997 A 2008	51
TABELA 10 - O PIBPC EM PPS DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS, DE 1997 A 2008	52
TABELA 11 - O IPIB DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS, DE 1997 A 2008.....	53
TABELA 12 - O IDH DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS, DE 1997 A 2008.....	53
TABELA 13 - AS TAXAS DE VARIAÇÃO DO PIB A PREÇOS CONSTANTES, POR PERÍODOS E MÉDIA ANUAL DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS, DE 1997 A 2008.....	56
TABELA 14 - AS TAXAS DE VARIAÇÃO DO PIBPC A PREÇOS CORRENTES, POR PERÍODOS E MÉDIA ANUAL, DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS, DE 1997 A 2008.....	58
TABELA 15 - AS TAXAS DE VARIAÇÃO DA EVN DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS, POR PERÍODOS E MÉDIA ANUAL, DE 1997 A 2008	59
TABELA 16 - AS TAXAS DE VARIAÇÃO DA TBE DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS, POR PERÍODOS E MÉDIA ANUAL, DE 1997 A 2008	61
TABELA 17 - AS TAXAS DE VARIAÇÃO DO PIBPC EM PPS DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS, POR PERÍODOS E MÉDIA ANUAL, DE 1997 A 2008	62
TABELA 18 - O PODER DE COMPRA PER CAPITA DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS, DE 1997 A 2008	67
TABELA 19 - A PORCENTAGEM DO PODER DE COMPRA (PPC) DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS, DE 1997 A 2007.....	68
TABELA 20 - A COMPETITIVIDADE (COM) DAS REGIÕES NUTS I E II FACE À MÉDIA NACIONAL, DE 2004 A 2008.....	70
TABELA 21 - A COESÃO (COES) DAS REGIÕES NUTS I E II FACE À MÉDIA NACIONAL, DE 2004 A 2008.....	71
TABELA 22 - A QUALIDADE AMBIENTAL (AMB) DAS REGIÕES NUTS I E II FACE À MÉDIA NACIONAL, DE 2004 A 2008.....	72
TABELA 23 - O ÍNDICE GLOBAL (IG) DAS REGIÕES NUTS I E II FACE À MÉDIA NACIONAL (PT=100), DE 2004 A 2008.....	73
TABELA 24 - POPULAÇÃO RESIDENTE NOS CONCELHOS DA RAM, DE 1997 A 2008	86
TABELA 25 - ESTRUTURA DA POPULAÇÃO DOS CONCELHOS DA RAM (RAM=100), DE 1997 A 2008	86
TABELA 26 - TAXA DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS CONCELHOS DA RAM FACE AO ANO ANTERIOR, DE 1997 A 2008.....	86
TABELA 27 - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS CONCELHOS DA RAM FACE AO ANO ANTERIOR, DE 1997 A 2008	87
TABELA 28 - ÁREAS DOS CONCELHOS DA RAM	87
TABELA 29 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS, DE 1864 A 2008	88
TABELA 30 - A POPULAÇÃO RESIDENTE NAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS, DE 1997 A 2008	88
TABELA 31 - O PESO DA POPULAÇÃO DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS FACE À MÉDIA NACIONAL (PT=100), DE 1997 A 2008	88
TABELA 32 - A TAXA DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS FACE AO ANO ANTERIOR, DE 1997 A 2008.....	89
TABELA 33 - PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS, DE 1997 A 2008.....	89
TABELA 34 - PESO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS FACE À MÉDIA NACIONAL (PT=100), DE 1997 A 2008	90
TABELA 35 - TAXA DE VARIAÇÃO FACE AO ANO ANTERIOR DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS, DE 1997 A 2008	90
TABELA 36 - PIB NOMINAL DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS, DE 1995 A 2008	90
TABELA 37 - DPIB DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS, DE 1995 A 2008.....	91
TABELA 38 - PIB REAL DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS, DE 1995 A 2008	91
TABELA 39 - O IDH DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS, DE 1997 A 2008.....	92

TABELA 40 - PIBPC A PREÇOS CONSTANTES DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS, DE 1995 (ANO-BASE) A 2008.....	97
TABELA 41 – TAXA DE VARIAÇÃO REAL DO PIBPC A PREÇOS CONSTANTES DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS FACE AO ANO ANTERIOR, DE 1995 A 2008.....	97
TABELA 42 - PESO DO PIBPC A PREÇOS CONSTANTES DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS FACE À MÉDIA NACIONAL, DE 1995 A 2008.....	97
TABELA 43 - TAXA DE VARIAÇÃO NOMINAL DO PIBPC A PREÇOS CORRENTES DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS FACE AO ANO ANTERIOR, DE 1995 A 2008.....	98
TABELA 44 - PESO DO PIBPC A PREÇOS CORRENTES DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS FACE À MÉDIA NACIONAL, DE 1995 A 2008 (PT=100)	98
TABELA 45 – O PESO DA EVN DAS REGIÕES NUTS I E II FACE À MÉDIA NACIONAL (PT = 100), DE 1997 A 2008	99
TABELA 46 - O PESO DA TBE DAS REGIÕES NUTS I E II FACE À MÉDIA NACIONAL (PT = 100), DE 1997 A 2008.....	99
TABELA 47 - O PESO DO PIBPC PPS DAS REGIÕES NUTS I E II FACE À MÉDIA NACIONAL, DE 1997 A 2008.....	99
TABELA 48 - O PESO DO IDH DAS REGIÕES NUTS I E II FACE À MÉDIA NACIONAL (PT = 100), DE 1997 A 2008.....	99
TABELA 49 - A TAXA DE ALFABETISMO (TA) DAS REGIÕES NUTS I PORTUGUESAS, DE 1960 A 2001.....	102
TABELA 50 - A TA DE ADULTOS EM PORTUGAL POR PERÍODOS, DE 1960 A 2010	102
TABELA 51 - A TA DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS, CENSOS DE 1991 E 2001	103
TABELA 52 - AS ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO E DA ALFABETIZAÇÃO DA RAM, DE 2001 A 2011.....	103
TABELA 53 - O ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS (IAA) DAS REGIÕES NUTS I E II PORTUGUESAS, CENSOS DE 1991 E DE 2001	104
TABELA 54 - TAXA DE VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL (%) DA EVN DAS REGIÕES NUTS I E II, DE 1998 A 2008	105
TABELA 55 - TAXA DE VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL (%) DA TBE DAS REGIÕES NUTS I E II, DE 1998 A 2008.....	105
TABELA 56 - TAXA DE VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL (%) DO PIBPC PPS DAS REGIÕES NUTS I E II, DE 1998 A 2008	105
TABELA 57 - TAXA DE VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL (%) DO IDH DAS REGIÕES NUTS I E II, DE 1998 A 2008.....	105
TABELA 58 - O IE, IEV, IPIB E IDH DA RAM FACE À MÉDIA NACIONAL, DE 1997 A 2008	106
TABELA 59 - CONTRIBUTO DE CADA UMA DAS COMPONENTES PARA O IDH DA RAM, DE 1997 A 2008.....	106

Índice de Figuras

FIGURA 1 - SIGLAS UTILIZADAS PARA OS INDICADORES SIMPLES E COMPOSTOS	5
FIGURA 2 - ESTRUTURA CONCEPTUAL SUBJACENTE À PARTE II.....	6
FIGURA 3 - OS PERÍODOS DE ANÁLISE DOS INDICADORES.....	11
FIGURA 4 - A REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA.....	15
FIGURA 5 – ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA (ZEE) DE PORTUGAL	17
FIGURA 6 - AS REGIÕES NUTS II PORTUGUESAS.....	28
FIGURA 7- INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	38
FIGURA 8 - O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH).....	39
FIGURA 9 - AS 3 DIMENSÕES BÁSICAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	39
FIGURA 10 - CONVERGÊNCIA/DIVERGÊNCIA DOS INDICADORES DE CRESCIMENTO ECONÓMICO/DESENVOLVIMENTO DA RAM FACE À MÉDIA NACIONAL (PT=100).....	78
FIGURA 11 - QUADRO-RESUMO DA CONVERGÊNCIA/DIVERGÊNCIA DA RAM FACE À MÉDIA NACIONAL, AO NÍVEL DOS INDICADORES DE CRESCIMENTO ECONÓMICO/DESENVOLVIMENTO.....	81

Resumo

Nos finais do século XX e na primeira década do século XXI, o crescimento económico e o desenvolvimento são uma das questões importantes que se colocam sobre a Região Autónoma da Madeira (RAM)! Após 2 acontecimentos marcantes para o país e para a região, que foram a revolução de 25 de Abril de 1974 e a introdução do regime democrático em Portugal com a entrada em vigor da CRP¹ em 25 de Abril de 1976 e a adesão de Portugal em 1 de Janeiro de 1986 à CEE², actual UE³, que marcaram de forma indelével, quer o país, quer a região, o presente estudo pretende analisar através de um conjunto de indicadores, o crescimento económico e o desenvolvimento da RAM face às restantes 6 regiões NUTS II portuguesas.

O crescimento económico é analisado através da evolução do PIBpc⁴ a preços constantes em euros. O desenvolvimento é analisado através de um conjunto de indicadores de natureza económica, social, cultural e ambiental. Serão objecto de análise na medição do desenvolvimento o Índice de Desenvolvimento Humano e as suas componentes, o Poder de Compra per capita e em percentagem e o Índice Sintético de Desenvolvimento Regional e as suas componentes. Posteriormente, analisaremos a convergência (positiva ou negativa) e a divergência (positiva ou negativa) dos indicadores de crescimento e de desenvolvimento da RAM face à média nacional.

Finalmente, apresentamos algumas conclusões, tendo em consideração algumas limitações, nomeadamente ao nível dos dados disponíveis.

Pretendemos fazer um estudo sobre o crescimento económico e o desenvolvimento da RAM, que seja um ponto de partida para futuros estudos e aprofundamentos destas temáticas.

Palavras-chave: Crescimento económico, desenvolvimento, convergência, divergência, RAM e NUTS⁵ II.

¹ CRP – Constituição da República Portuguesa.

² CEE – Comunidade Económica Europeia.

³ UE – União Europeia.

⁴ PIBpc – Produto Interno Bruto per capita.

⁵ NUTS – Nomenclaturas de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos.

Abstract

In the late twentieth century and first decade of this century, the economic growth and the development is one of the important issues that arise on the Autonomous Region of Madeira (RAM)!

After two significant events for the country and the region, which was the revolution of 25th April 1974 and the establishment of a democratic regime in Portugal with the entry into force of the CPR⁶ on 25th April 1976 and the accession of Portugal on 1st January 1986 of the EEC⁷, now EU⁸, which indelibly marked, either the country or region, this study aims at examining a set of indicators, economic growth and development of RAM compared to the other six Portuguese NUTS II regions.

The economic growth is analyzed through the evolution of Real GDPpc⁹ in euro. The development is examined through a set of economic, social, cultural and environmental indicators. Will be examined in measuring the development of the Human Development Index and their components, the purchasing power per capita and the percentage Composite Indicator and Regional Development and its components. Subsequently, we shall analyze the convergence (positive or negative) and divergence (positive or negative) of the indicators of growth and development of RAM compared to the national average.

Finally, we present some conclusions, taking into account some limitations, especially in terms of available data.

We intend to do a study on the economic growth and development of RAM, which is a starting point for future studies and insights into these themes.

Keywords: Economic growth, development, convergence, divergence, RAM e NUTS¹⁰ II.

⁶ CPR - Constitution of the Portuguese Republic.

⁷ EEC – European Economic Community.

⁸ EU – European Union.

⁹ GDPpc – Gross Domestic Product per capita.

¹⁰ NUTS – Nomenclature of Territorial Units for Statistics.

Introdução

Apresentação

O presente estudo pretende analisar o crescimento económico e o desenvolvimento da RAM¹¹ face às restantes 6 regiões NUTS¹² II portuguesas e também a sua convergência ou divergência face à média nacional.

O objectivo que preside ao estudo é colmatar uma lacuna existente na literatura dado que o crescimento económico e o desenvolvimento são 2 temas muito abordados na teoria económica ao nível dos países, mas pouco ao nível das regiões (das NUTS II e da RAM em particular). Pretendemos contribuir com um estudo sobre estas temáticas (crescimento, desenvolvimento, convergência e divergência) ao nível regional, que seja um ponto de partida, que não de chegada, para novas abordagens.

O período de estudo é entre 1997 e 2008 (12 anos), abrangendo 3 anos (de 1997 a 1999) do final do séc. XX e 9 anos (2000 a 2008) da 1ª década do séc. XXI, pretendendo deste modo fazer uma análise que abranja a viragem de séculos. A adesão de Portugal em 1 de Janeiro de 1986 à então Comunidade Económica Europeia (CEE), actual União Europeia (UE), originou uma avultada entrada de meios financeiros para o desenvolvimento das regiões portuguesas, na época das menos desenvolvidas da então CEE e a Revolução de 25 de Abril de 1974 que pôs termo ao regime ditatorial em que o país vivia há 48 anos e a instauração do regime democrático com a entrada em vigor em 25 de Abril de 1976 da Constituição da República Portuguesa (CRP), trouxeram um conjunto de alterações que se alastraram a todo o país e à RAM em particular. Estes 2 acontecimentos, a que se juntou a Autonomia político-administrativa e económica da RAM, produziram alterações nunca antes verificadas. A RAM sofreu mudanças ao nível cultural, social, político e económico, sem paralelo nas últimas décadas. Ao nível cultural/social, é de referir a criação da Universidade da Madeira (UMa), anseio antigo de muitas gerações de estudantes madeirenses que fizeram com que a RAM atingisse patamares nunca antes atingidos.

¹¹ Ao longo do estudo as designações RAM e Madeira têm o mesmo significado. Quando fizermos referência à ilha da Madeira vamos referi-lo de forma explícita para que não surjam dúvidas e equívocos.

¹² “A nomenclatura NUTS subdivide o território económico dos Estados-Membros, tal como definido na Decisão 91/450/CEE em unidades territoriais e atribui a cada unidade territorial uma designação e um código específicos” (nº 1 do artigo 2º, do Regulamento (CE) nº 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Maio de 2003, relativo à instituição de uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS)).

Estrutura do estudo

O presente estudo está estruturado em 2 Partes.

A Parte I tem 3 Capítulos:

O Capítulo 1 – Sinopse da RAM, tem como objectivo fazer uma caracterização da RAM, que é a região objecto de estudo.

O Capítulo 2 – Sinopse das regiões NUTS I e II portuguesas, tem como objectivo caracterizar de uma forma resumida as regiões NUTS I e II (principalmente estas) portuguesas, que servirão de termo de comparação para a RAM (é uma das 7 regiões NUTS II portuguesas).

O Capítulo 3 – Revisão da literatura, tem como objectivo rever conceitos básicos sobre indicadores, crescimento económico, desenvolvimento e outros que serão abordados e analisados nos Capítulos seguintes.

A Parte II tem 5 Capítulos:

O Capítulo 4 – Cálculo do IDH, tem como objectivo procedermos ao cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano, que é um indicador-chave no presente estudo ao nível do desenvolvimento. Os dados obtidos neste Capítulo serão objecto de análise mais aprofundada nos Capítulos seguintes, principalmente nos relacionados com o desenvolvimento. Neste Capítulo vamos aplicar as fórmulas de cálculo utilizadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para o cálculo do IDH dos países, adaptando-o às regiões NUTS I e II portuguesas. Quer o IDH, quer as suas componentes serão calculados para o período de 1997 a 2008.

O Capítulo 5 – Análise do crescimento económico das regiões NUTS I e II, tem como objectivo principal analisar a evolução do crescimento económico real das regiões NUTS I e II portuguesas e a RAM em particular, no período de 1997 a 2008, tendo como indicador o PIBpc Real em €¹³. Esta análise será feita em termos reais e nominais,

¹³ PIBpc em €, Produto Interno Bruto per capita em euros.

utilizando taxas de variação por períodos de tempo, média aritmética anual, face ao ano anterior e média nacional (Portugal = 100). O método de análise a seguir, é em primeiro lugar efectuar uma abordagem resumida da evolução das regiões NUTS I e II, e posteriormente uma análise mais detalhada da RAM.

O Capítulo 6 – Análise do desenvolvimento das regiões NUTS I e II, tem como objectivo principal analisar o desenvolvimento das regiões NUTS I e II portuguesas e a RAM em particular, através de um conjunto de indicadores simples (EVN, TBE, PIBpc em PPS, Poder de compra per capita, PPC, COM, COES e AMB) e compostos (IDH e ISDR/IG) (Figura 1). Pretendemos fazer uma abordagem ampla em termos de desenvolvimento, que vá para além da abordagem que é feita pelo IDH, complementando-a com outras abordagens como o Poder de compra, a Competitividade, a Coesão e a Qualidade Ambiental. Uma das principais críticas feitas ao IDH é que utiliza poucos indicadores simples, sendo por este facto um indicador limitado. Pretendemos ultrapassar algumas destas críticas ao IDH, complementando o estudo do desenvolvimento, com outras abordagens a outros níveis. A análise do desenvolvimento será feito em termos de taxas de variação por períodos de tempo, média anual, face ao ano anterior e face à média nacional (Portugal = 100). O método de análise a seguir, é em primeiro lugar efectuar uma abordagem resumida da evolução das regiões NUTS I e II, e posteriormente uma análise mais detalhada da RAM.

Figura 1 - Siglas utilizadas para os indicadores simples e compostos

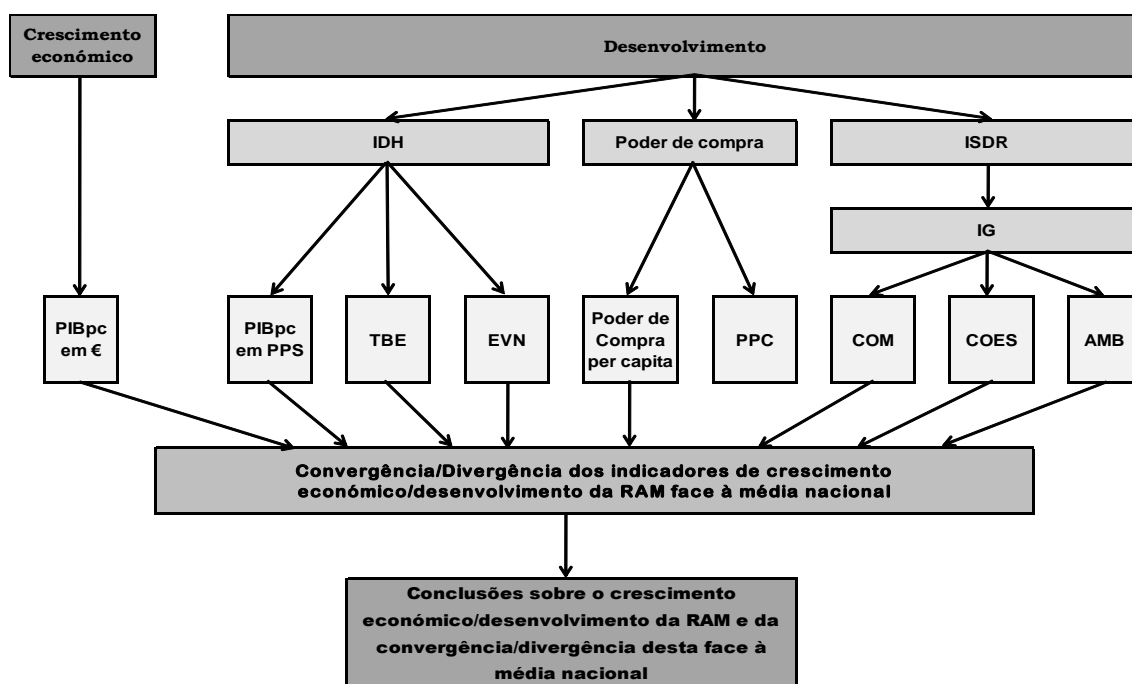
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ISDR	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional
IG	Índice Global
EVN	Esperança Média de Vida à Nascimento
TBE	Taxa Bruta de Escolarização
PIBpc em PPS	Produto Interno Bruto per capita em Paridades do Poder de Compra
PPC	Percentagem do Poder de Compra
COM	Competitividade
COES	Coesão
AMB	Qualidade Ambiental

O Capítulo 7 – A Convergência e a Divergência económica, tem como objectivo definir os conceitos de Convergência (positiva e negativa) e de Divergência (positiva e negativa) e calcular os quocientes regionais dos indicadores de crescimento económico e de desenvolvimento da RAM face à média nacional (PT=100).

O Capítulo 8 – Análise da convergência e da divergência da RAM face à média nacional, tem objectivo efectuar uma análise da Convergência e da Divergência da RAM face à média nacional, relativamente aos principais indicadores do crescimento económico (PIBpc em €) e do desenvolvimento (o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e as suas componentes - PIBpc PPS, ENV e TBE , o Poder de compra per capita e o Índice Global (IG) e as suas componentes – Competitividade, Coesão e Qualidade Ambiental), complementando a análise feita nos Capítulos anteriores (5 a 7).

O Capítulo 9 – Conclusões, tem como objectivo retirar algumas conclusões, principalmente baseadas nos Capítulos 5 a 8 (Figura 2), e deixar algumas “pistas” para futuros estudos sobre estas temáticas.

Figura 2 - Estrutura conceptual subjacente à Parte II



Pergunta de partida e formulação de hipóteses

A questão é:

Qual foi a evolução ocorrida na Madeira em termos de crescimento económico e de desenvolvimento de 1997 a 2008?

Pretendemos abordar e analisar o crescimento económico e o desenvolvimento da RAM e compará-los com as restantes regiões NUTS II portuguesas, nos últimos anos (1997 a 1999) do séc. XX e no início (2000 a 2008) do séc. XXI. Faremos uma análise para o período de 1997 a 2008 (12 anos) porque é relativamente alargado e foi importante para a RAM, com a criação e melhoramento de importantes infra-estruturas (UMa¹⁴, escolas, vias rápidas, aeroporto e outros) que tiveram impacto aos mais diversos níveis. Os dados disponíveis apresentam sempre um desfasamento temporal, só estando disponibilizados muitos dados até 2008 (daí o período final ser este ano). O período de 12 anos foi dividido em 3 subperíodos de 4 anos, para ter uma visão mais concreta da evolução dos vários indicadores nestes subperíodos de tempo. O 1º subperíodo é relativo ao final do séc. XX e ao 1º ano do séc. XXI e os 2 restantes subperíodos relativos ao séc. XXI. Deste modo efectuamos uma análise de longo (12 anos), médio (4 anos) e curto (anual) prazo.

Subjacente à pergunta de partida estão várias hipóteses¹⁵ que pretendemos testar ao longo do estudo:

- Se o indicador económico (PIBpc em €) da RAM melhorou ao longo dos anos, então esta cresceu economicamente;
- Se os indicadores económicos, sociais, culturais e ambientais – PIBpc em PPS, Taxa Bruta de Escolarização, Esperança Média de Vida à Nascimento, Poder de Compra per Capita, Competitividade, Coesão e Qualidade Ambiental – da RAM melhoraram de forma generalizada ao longo dos anos, então esta desenvolveu-se;
- A RAM pode ter crescido economicamente sem se ter desenvolvido, sendo que o inverso já não se pode verificar, pois para haver desenvolvimento é necessário registar-se crescimento económico;
- Terão os indicadores de crescimento económico e de desenvolvimento da RAM, entre o período inicial e o período final, convergido/divergido face à média nacional.

¹⁴ Através do Decreto-Lei nº 319-A/88 de 13 de Setembro, nascia a Universidade da Madeira. Em 1989/90, começou a funcionar o 1º ano do curso de Educação Física e Desporto (in Histórico da Universidade da Madeira, site da UMa, www.uma.pt).

¹⁵ “Há várias maneiras de formular hipóteses, mas a mais comum é “se x, então y”, onde x e y são variáveis ligadas entre si pelas palavras “se” e “então”” (Marconi, 2007: 130).

Metodologia

Segundo Alves (2007: 54) “a metodologia é o momento em que o pesquisador especifica o método que irá adotar para alcançar os seus objectivos, optando por um tipo de pesquisa”. Para Oliveira (2007: 57) “o método deve descrever pormenorizadamente o estudo realizado. A descrição apresentada deve ser tal que qualquer pessoa, com base nessa informação, possa replicar o estudo”. Segundo Alves (2007: 54) “além do método, é também o momento de definir como se irá proceder à colecta dos dados”. A técnica de colecta/recolha de dados que vamos utilizar é a da documentação indirecta, que segundo Alves (2007: 63) “compreende a pesquisa feita em livros, jornais, revistas, etc, é feita quando se consulta documentos, como certidões, pareceres, etc”. O método que vamos utilizar podemos defini-lo como método indirecto (pois vamos utilizar dados recolhidos de várias fontes) e vamos “trabalhá-los” por forma a testar as hipóteses formuladas.

Na análise do crescimento económico, que é baseado em indicadores simples (PIBpc €), partirmos de dados primários, depois calculamos as taxas de variação anuais e a estrutura/peso face à média nacional (PT=100). Posteriormente, faremos uma análise em termos reais (utilizando o PIBpc Real ou a preços constantes) e em termos nominais (utilizando o PIBpc Nominal ou a preços correntes) da evolução dos indicadores, partindo de uma análise sintética das regiões NUTS II portuguesas para uma análise mais detalhada da RAM.

Na análise do desenvolvimento, que é baseado em indicadores simples e compostos, vamos em primeiro lugar calcular¹⁶ o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é um indicador composto que resulta da conjugação de vários indicadores simples. Em resultado do cálculo do IDH obtemos um conjunto de indicadores, quer compostos, quer simples, sobre as várias vertentes/perspectivas do Desenvolvimento. Depois, analisamos os vários indicadores do Desenvolvimento, quer os compostos (IDH e ISDR/IG), quer os simples (EVN, TBE, PIBpcPPS, Poder de Compra per capita, Percentagem do Poder de Compra, Competitividade, Coesão e Qualidade Ambiental), partindo de uma análise sintética das regiões NUTS II portuguesas para uma análise mais pormenorizada da RAM.

¹⁶ Seguindo o modelo de cálculo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Depois calculamos o Quociente regional (Qr) dos vários indicadores de crescimento económico e do desenvolvimento da RAM face à média nacional. Os valores do Qr são importantes para fase seguinte de análise da Convergência (Positiva ou Negativa)/Divergência (Negativa/Positiva) da RAM face à média nacional. Esta análise será feita ao nível dos indicadores de crescimento económico/desenvolvimento face à média do país (PT=100), permitindo-nos verificar se os indicadores convergiram ou divergiram da média nacional ao longo dos anos.

Com esta base de indicadores (simples e compostos) e a sua divergência/convergência face à média do país, partimos para as conclusões sobre o crescimento económico/desenvolvimento.

Limitações do estudo

No presente estudo deparamo-nos com algumas limitações ao seu desenvolvimento. A primeira limitação foi a Taxa de Alfabetização de Adultos (TAA)¹⁷, que é calculada em Portugal pelo INE sendo obtida através dos censos realizados junto da população portuguesa. Estes realizam-se com intervalos de tempo de aproximadamente 10 anos e os 3 últimos¹⁸ realizados no país foram nos anos de 1991, 2001 e 2011, sendo os dados disponíveis muito limitados. A relevância destes dados no cálculo do Índice da Educação (IE) das regiões NUTS II é um pouco limitada na actualidade em Portugal, pois os Governos têm implementado um conjunto de medidas ao nível da Educação, como sejam a escolaridade obrigatória, a alfabetização de adultos (por exemplo as Novas Oportunidades) e outras, que fazem com que a médio prazo a TAA portuguesa tenda para os 100%. Esta taxa é um dos indicadores utilizados pelo PNUD no cálculo do IDH, atingindo valores bastante díspares entre os países, enquanto nos países mais desenvolvidos esta taxa atinge valores próximos ou mesmo os 100%, nos países menos desenvolvidos atinge valores muito inferiores, e como tal tem relevância nos valores obtidos no IDH, sendo um dos factores de diferenciação quanto aos níveis de desenvolvimento dos países. Isto não se passa em Portugal, onde a TAA no ano de 2010 segundo o PNUD já é superior a 95% e atinge essencialmente a população mais idosa. A segunda limitação está relacionada com o facto de terem existido em Portugal duas fases distintas quanto às tutelas dos diferentes níveis de ensino (básico, secundário e superior). Numa primeira fase, existia um único Ministério da Educação que tutelava todos os níveis de ensino. Numa segunda fase, passou a haver dois Ministérios distintos. O Ministério da Educação (ME) que tutelava os ensinos básico e secundário e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) que tutelava o ensino superior. Esta dupla tutela, cria alguns obstáculos quando pretendemos obter dados globais sobre a educação, como é o caso da Taxa Bruta de Escolarização (TBE) para todos os níveis de ensino (básico, secundário e superior), pois os gabinetes responsáveis pelos estudos e publicação dos dados são distintos (no ensino básico e secundário é o GEPE/ME, e no ensino superior é o GEPEAR/MCTES) e por este facto alguns dados são disponibilizados separadamente e não conjuntamente. A terceira limitação, está

¹⁷ Informação mais detalhada para o cálculo da TAA, segundo os dados disponíveis, no Anexo XII.

¹⁸ O mais recente, que é realizado no ano de 2011, tem uma questão específica no quadro 14, relativa ao alfabetismo em Portugal.

relacionada com a periodicidade (Figura 3) e disponibilização de alguns dados utilizados na análise do desenvolvimento, nomeadamente os estudos sobre o Poder de compra (são efectuados regra geral com uma periodicidade bianual) e o Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) (só estão disponibilizados dados a partir de 2004).

Figura 3 - Os períodos de análise dos indicadores

Indicadores	Períodos
PIBpc em euros	1997 a 2008
PIBpc em PPS (ou PPC)	1997 a 2008
Esperança Média de Vida à Nascença (EVN)	1997 a 2008
Taxa Bruta de Escolarização (TBE)	1997 a 2008
Poder de compra per capita	1997 a 2007
Percentagem do Poder de Compra (PPC)	1997 a 2007
Competitividade (COM)	2004 a 2008
Coesão (COES)	2004 a 2008
Qualidade Ambiental (AMB)	2004 a 2008

Tendo em consideração algumas limitações dos dados existentes trabalhamos os disponíveis, com o objectivo de conhecer melhor a realidade económica e social madeirense e dando algumas indicações para novas abordagens sobre estas temáticas.

Fórmulas utilizadas – nota técnica

Nas tabelas do presente estudo são apresentados dados para diversos períodos médios, usualmente 12 anos (1997 a 2008) e 3 subperíodos de 4 anos (1997 a 2000, 2001 a 2004 e 2005 a 2008).

Os cálculos apresentados utilizam as seguintes fórmulas:

Taxa média de variação (média aritmética)

$$\sum_{t=1}^n \left(\frac{X_t - X_{t-1}}{X_{t-1}} \right) * 100/n$$

Exemplo para o período de 1997 a 2008

$$\sum_{t=1997}^{2008} \left(\frac{X_{2008} - X_{1997}}{X_{1997}} \right) * 100/12$$

Exemplo para o período de 1997 a 2000

$$\sum_{t=1997}^{2000} \left(\frac{X_{2000} - X_{1997}}{X_{1997}} \right) * 100/4$$

Parte I

- 1. Sinopse da Região Autónoma da Madeira**
- 2. Sinopse das regiões NUTS I e II portuguesas**
- 3. Revisão da literatura**

1. Sinopse da Região Autónoma da Madeira

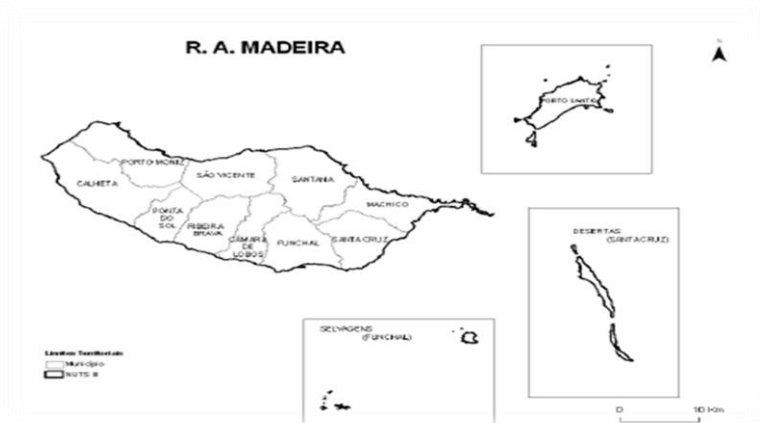
O objectivo deste Capítulo é caracterizar resumidamente a RAM ao nível geográfico, populacional, político e económico.

1.1. Caracterização geográfica

1.1.1. Localização e composição do Arquipélago da Madeira

O Arquipélago da Madeira (AM) está localizado no Oceano Atlântico, a oeste da Europa Meridional, entre as costas de Portugal Continental, Marrocos e os Arquipélagos dos Açores e das Canárias. Segundo o nº 1 do artigo 5º da CRP “*Portugal abrange o território historicamente definido no Continente Europeu e os Arquipélagos dos Açores e da Madeira*” e o nº 1 do artigo 3º do Estatuto Político-Administrativo da RAM: “*O Arquipélago da Madeira é composto pelas ilhas da Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens e, seus ilhéus*” (Figura 4). As ilhas do AM têm origem vulcânica, sendo esta responsável pela orografia da ilha da Madeira, onde prevalecem picos, montanhas, vales, ribeiras, falésias altas e escarpadas, enquanto a ilha do Porto Santo apresenta uma orografia pouco acentuada, onde sobressai na costa sul uma praia de areia. Existem no AM, 2 Reservas Marinhas (Garajau e Rocha do Navio) e 2 Reservas Naturais (ilhas Desertas e ilhas Selvagens). As 2 ilhas habitadas do AM são a Madeira e o Porto Santo, enquanto as Desertas e as Selvagens são habitadas unicamente por guardas/vigias do Parque Natural da Madeira e por investigadores, regra geral biólogos, que se dedicam ao estudo das espécies animais aí existentes, como é o caso do lobo-marinho nas Desertas e das aves nas Selvagens.

Figura 4 - A Região Autónoma da Madeira

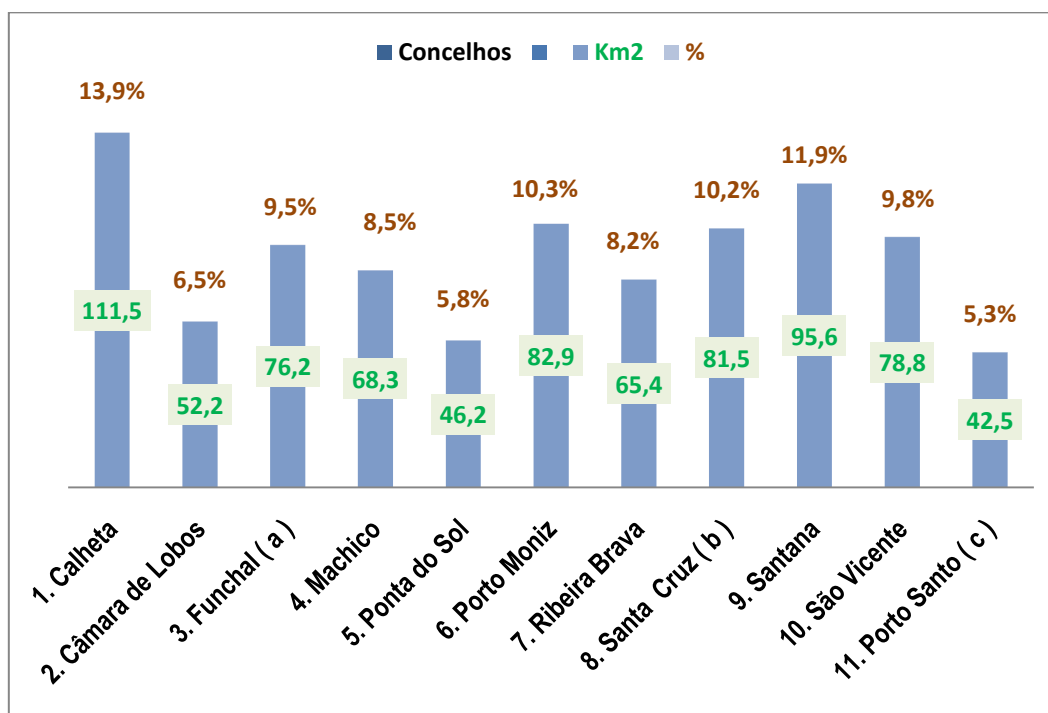


Fonte: Anuário Estatístico da RAM - 2009, DRE

1.1.2. Área da RAM e dos seus concelhos

A RAM tem uma área terrestre de 801,1 km², sendo a ilha com maior área a Madeira (740,8 km²), seguida do Porto Santo (42,5 km²), das Desertas (14,2 km²) e das Selvagens (3,6 km²) (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Os concelhos da RAM, em Km2 e em % do total



Fonte: INE, dados estatísticos/selecção de indicadores/território

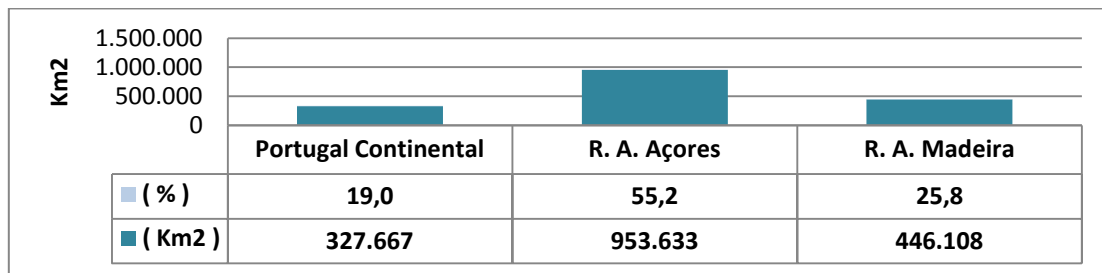
- (a) Inclui ilhas Selvagens (3,6 km²)
- (b) Inclui ilhas Desertas (14,2 km²)
- (c) Inclui Ilhéus (2,1 km²)

A RAM tem 11 concelhos, 10 na ilha da Madeira e o Porto Santo, sendo o de maior área a Calheta (111,5 km²) e o de menor área o Porto Santo (42,5 km²). A média simples dos concelhos da RAM é de 72,8 km² (801,1 km² : 11 concelhos). Os 6 concelhos com uma área superior à média da RAM, são: Calheta, Santana, Santa Cruz, Porto Moniz, São Vicente e Funchal. Os 5 concelhos com uma área inferior à média da RAM, são: Machico, Ribeira Brava, Câmara de Lobos, Ponta do Sol e Porto Santo.

1.1.3. Zona Económica Exclusiva (ZEE)

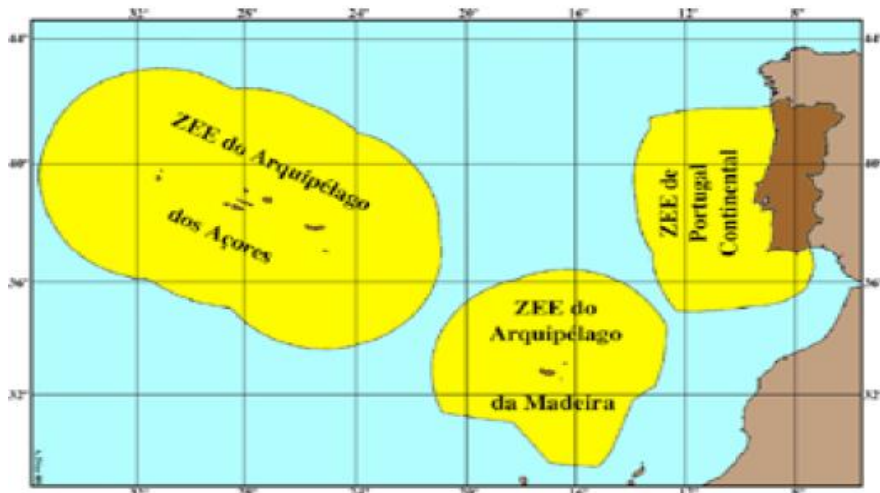
Apesar da reduzida superfície total (801,1 km²), a RAM dada a dispersão das suas ilhas nomeadamente as Selvagens, estende-se por uma vasta área oceânica e possui uma extensa ZEE¹⁹. Esta, tem uma extensão de 446.108 km², representando 25,8% da ZEE de Portugal (1.727.408 km²), sendo inferior (quase metade) à ZEE dos Açores e superior à ZEE de Portugal Continental (Gráfico 2).

Gráfico 2 - A Zona Económica Exclusiva (ZEE) portuguesa



Segundo o n.º 2 do artigo 3.º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma da Madeira: “A RAM abrange ainda o mar circundante e seus fundos, designadamente as águas territoriais e a ZEE, nos termos da lei” e o n.º 2 do artigo 5.º da CRP: “A lei define a extensão e o limite das águas territoriais, a ZEE e os direitos de Portugal aos fundos marinhos contíguos”.

Figura 5 – Zona Económica Exclusiva (ZEE) de Portugal



Fonte: Dias, 2003: 1

¹⁹ A Assembleia da República, aprovou em 3 de Abril de 1997, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 10 de Dezembro de 1982. Segundo o n.º 3 do artigo 2.º da Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97 “De acordo com as disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, Portugal goza de direitos soberanos e de jurisdição sobre uma zona económica exclusiva de 200 milhas marítimas contadas desde a linha de base a partir da qual se mede a largura do mar territorial”.

1.1.4. Condicionantes e vantagens geográficas

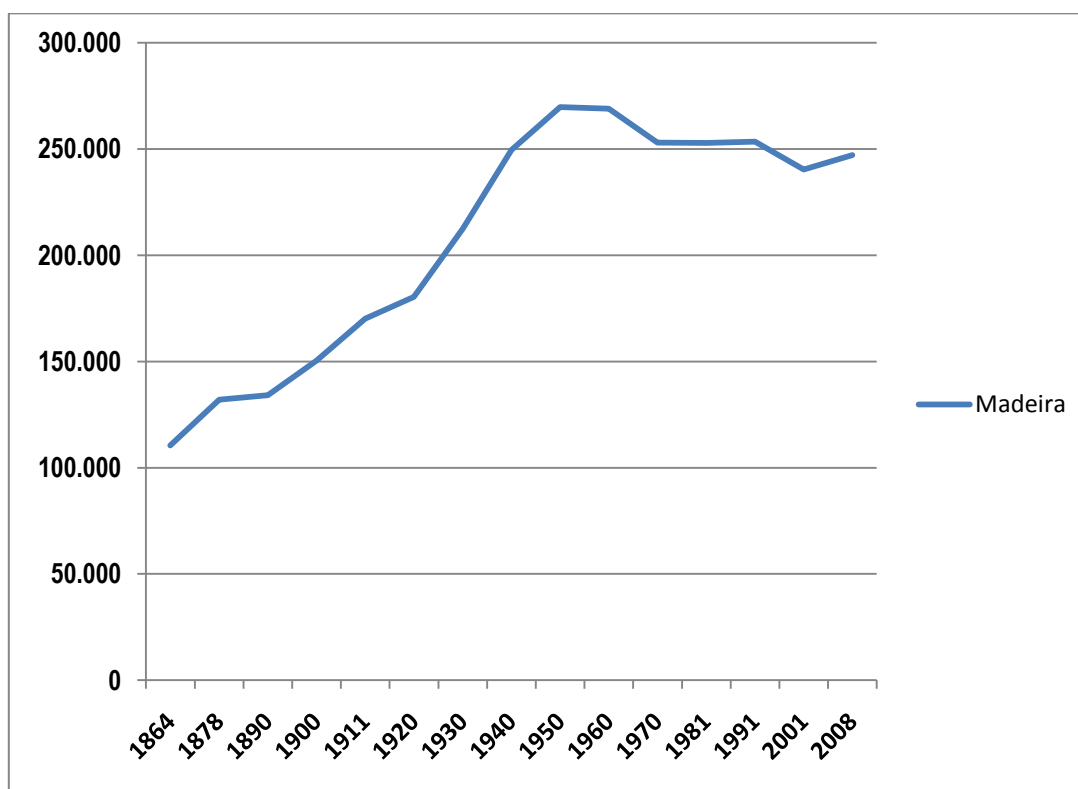
Após a breve caracterização geográfica feita anteriormente podemos enumerar algumas condicionantes da economia madeirense como a situação insular, a localização distanciada do Continente Português, a reduzida dimensão do mercado regional, a grande dependência do Continente português nas ligações ao exterior (União Europeia e Resto do Mundo) e os custos acrescidos dos transportes. Existem fortes limitações de carácter permanente decorrentes das características, estrutura e dimensão do território, dificultando níveis de eficiência dos equipamentos e serviços. Por outro lado, encarada pela positiva, a geografia do Arquipélago da Madeira proporciona condições naturais que devidamente exploradas conferem-lhe vantagens comparativas no domínio económico. São exemplos, a existência de um património natural e paisagístico valioso, diversificado e protegido, como é o caso da floresta Laurissilva (que foi considerada em 1999 pela UNESCO como Património da Humanidade, ocupando uma área de cerca de 15.000 hectares), a existência de condições climatéricas e de solos favoráveis à produção da horticultura, floricultura e fruticultura (como a banana e o afamado vinho Madeira) e a rica e extensa ZEE.

1.2. A população da RAM

1.2.1. A população da RAM face ao todo nacional, de 1864 a 2008

A população da RAM em 1864 era de pouco mais de 110 mil habitantes, tendo vindo a aumentar progressivamente ao longo dos anos até 1950 e a partir daí estabilizou nos cerca de 240 mil a 250 mil habitantes. O peso da população da RAM face ao todo nacional (Portugal = 100) apresentou entre 1890 (2,6%) e 1950 (3,2%) uma tendência de crescimento, tendo a partir daí diminuído e nos anos de 2001 e 2008 era de 2,3% da população portuguesa (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Evolução da população da Madeira, de 1864 a 2008



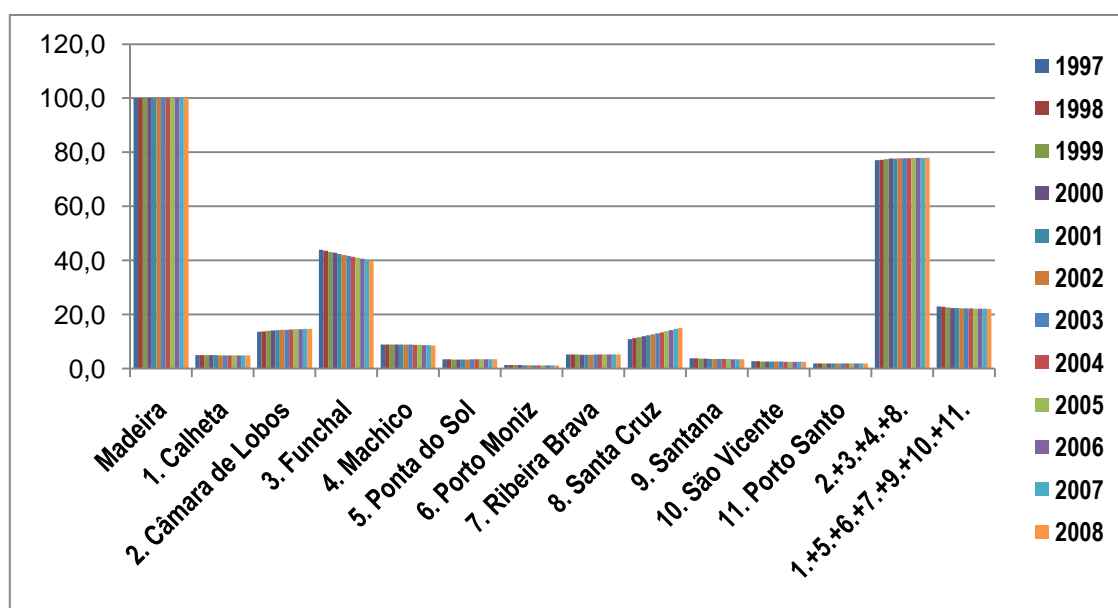
Fonte: INE, dados estatísticos/estatísticas territoriais/selecção de indicadores/território

1.2.2. A população dos concelhos da RAM, de 1997 a 2008

Na RAM verifica-se que a maioria (mais de 77%) da população reside em 4 concelhos (36,4%) - Funchal, Santa Cruz, Câmara de Lobos e Machico, localizados no litoral e na costa sul da ilha da Madeira, enquanto os restantes 7 concelhos (63,6%) representam conjuntamente menos de 23% da população. O Funchal é historicamente (entre 1997 e 2008) o concelho mais populoso da RAM, com mais de 40% da população madeirense, tendo vindo a diminuir de população, em termos absolutos e relativos, principalmente para os concelhos de Santa Cruz (tem aumentado progressivamente o seu peso no total, passando de 11% em 1997 para cerca de 15% em 2008) e Câmara de Lobos (tem aumentado o seu “peso”, representando cerca de 14% a 15% da população). Machico é outro concelho com um “peso” significativo em termos populacionais (cerca de 9%).

Em termos globais, verificamos que a população madeirense diminuiu de 1997 a 2000, tendo a partir daí aumentado progressivamente até 2008. As diminuições mais significativas da população em termos absolutos registaram-se no concelho do Funchal, sendo que os aumentos mais elevados foram no concelho de Santa Cruz e de uma forma mais moderada no concelho de Câmara de Lobos. Entre os concelhos menos populosos é de salientar a perda sistemática de população que se tem verificado nos concelhos do Porto Moniz e de Santana, explicáveis pelo facto de serem os concelhos mais distantes do Funchal, situados na costa norte da ilha da Madeira (Gráfico 4).

Gráfico 4 – O peso da população residente por concelhos da RAM, de 1997 a 2008

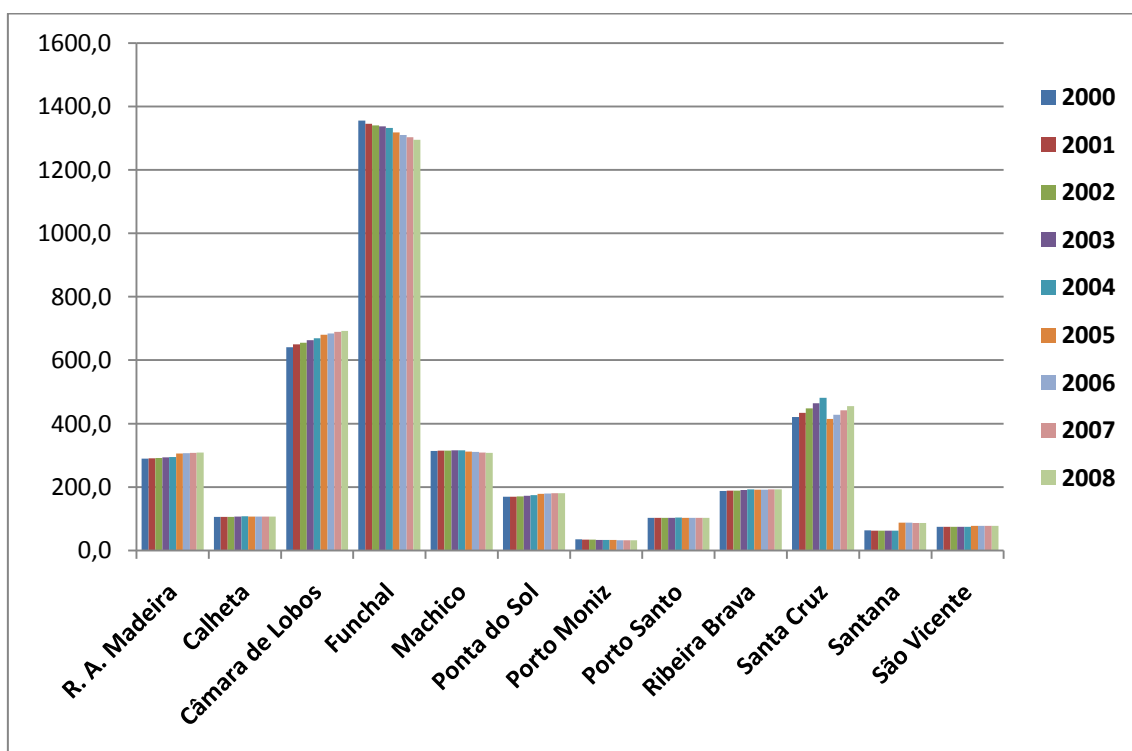


Fonte: INE, dados estatísticos/estatísticas territoriais/selecção de indicadores/território

1.2.3. A densidade populacional dos concelhos da RAM, entre 2000 e 2008

A RAM tem uma densidade populacional de aproximadamente 300 habitantes por Km^2 (Gráfico 5), apresentando uma tendência de ligeiro crescimento ao longo dos anos. O concelho do Funchal (próxima dos 1.300 habitantes por Km^2), é o que tem maior densidade populacional, mais de 4 vezes superior à média da RAM (próxima dos 300 habitantes por Km^2). O concelho é Câmara de Lobos é o segundo com mais elevada (superior a 640 habitantes por Km^2) densidade populacional, superior ao dobro da média da região, seguindo-se o concelho de Santa Cruz, com uma densidade populacional superior aos 420 habitantes por Km^2 e, Machico com valores próximos à média da região. Com menores densidades populacionais, surgem o concelho do Porto Moniz (menos de 35 habitantes por Km^2), São Vicente e Santana (com menos de 90 habitantes por Km^2). Os concelhos de Santa Cruz (com uma excepção no ano de 2005), Câmara de Lobos e Ponta do Sol, apresentam entre 2000 e 2008, uma tendência de aumento da densidade populacional, enquanto os concelhos do Funchal, Santana, Machico, Porto Moniz e São Vicente, apresentam uma tendência de diminuição da densidade populacional.

Gráfico 5 - A densidade populacional dos concelhos da RAM, de 2000 a 2008



Fonte: INE, dados estatísticos/estatísticas territoriais/selecção de indicadores/território

1.3. Caracterização política

A RAM é desde 1976 uma Região Autónoma da República Portuguesa. Segundo o n.º 2 do artigo 6.º da CRP: “Os Arquipélagos dos Açores e da Madeira constituem Regiões Autónomas dotadas de Estatuto Político – Administrativo e de órgãos de Governo próprios”.

A RAM possui autonomia política, administrativa, financeira, económica e fiscal, segundo o n.º 1 artigo 5.º do Estatuto Político - Administrativo da RAM²⁰, o n.º 3 do artigo 225.º e o n.º 1 do artigo 227.º da CRP.

Segundo o artigo 82.º do Estatuto Político – Administrativo da RAM: “O Estado é representado na Região por um Ministro da República, nos termos definidos na CRP e com as competências nesta previstas”. O representante da República, segundo o n.º 1 do artigo 230.º é nomeado e exonerado pelo Presidente da República depois de ouvido o Governo.

Desde 1976 até 2011 já se verificaram 9 actos eleitorais²¹ para os órgãos de governo próprio da RAM, com uma periodicidade média de 4 anos, duração de uma legislatura, e desempenharam as funções de Presidente do Governo Regional, Jaime Ornelas Camacho²² e Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim²³.

Em 1 de Janeiro de 1986, Portugal aderiu à então Comunidade Económica Europeia (CEE), actual União Europeia (UE), possuindo actualmente a RAM o estatuto de região ultraperiférica do território da UE, conforme estabelecido no n.º 2 do artigo 299.º do Tratado da União Europeia (TUE).

²⁰ Estatuto Político – Administrativo da RAM (Lei n.º 13/1991 de 5 de Junho, revista pela Lei n.º 130/1999 de 21 de Agosto e pela Lei n.º 12/2000 de 21 de Junho) foi aprovado em 24 de Abril de 1991 pela Assembleia da República e promulgada em 9 de Maio de 1991). Artigo 1.º “*O Arquipélago da Madeira constitui uma Região Autónoma da República Portuguesa, dotada de Estatuto Político Administrativo e de órgãos de Governo próprio. São órgãos de Governo próprio da Região, a Assembleia Legislativa da Madeira (ALM) e o Governo Regional*” (n.º 1 do art. 6.º do Estatuto e o n.º 1 do artigo 231.º da CRP).

²¹ 1976, 1980, 1984, 1988, 1992, 1996, 2000, 2004 e 2007.

²² Exerceu as funções de Presidente do Governo Regional da Madeira entre Novembro de 1976 e Março de 1978.

²³ É desde Março de 1978 o Presidente do Governo Regional da Madeira.

1.4. Caracterização económica

1.4.1. Mercado de trabalho da Madeira, de 1997 a 2008

A população activa da Madeira de 1997 a 2008 apresenta uma tendência de crescimento (44,3% em 1997 e 51,2% em 2008). A taxa de actividade dos homens é sempre superior à das mulheres, verificando-se contudo ao longo dos anos uma aproximação entre a taxa de actividade feminina e a masculina (diminuição do “fosso” entre homens e mulheres activos).

Na empregabilidade por sectores de actividade económica, verificamos que a população madeirense trabalha predominantemente no sector terciário (59,4% em 1997 e 66,5% em 2008), seguido do sector secundário (28,1% em 1997 e 23,2% em 2008) e do sector primário (12,5% em 1997 e 10,4% em 2008). A predominância do sector terciário é uma das características que definem o desenvolvimento de uma economia (país ou região). Relativamente à empregabilidade por género, no sector secundário verifica-se um crescente e elevado predomínio dos homens (61,1% em 1997 e 85,0% em 2008), no sector primário há uma tendência de aumento da empregabilidade dos homens (46,7% em 1997 e 55,7% em 2008) face às mulheres ao longo dos anos e no sector terciário os homens apresentam uma tendência de diminuição da empregabilidade face às mulheres, sendo que partir de 1998 a empregabilidade das mulheres ultrapassa a dos homens. Podemos concluir que há um predomínio da empregabilidade dos homens face às mulheres no sector secundário e no sector primário (em menor grau comparativamente ao sector secundário) e das mulheres face aos homens no sector terciário e que em termos absolutos é o sector terciário o que emprega mais população (quer homens, quer mulheres).

A Madeira apresenta uma taxa de desemprego baixa (a taxa mais elevada foi de 6,8% em 2007 e a mais baixa foi de 2,5% entre 2000 e 2002), com uma tendência de decréscimo entre 1997 e 2002 e de crescimento entre 2004 e 2008. A Madeira apresenta neste período uma taxa de desemprego inferior à média do país (a mais baixa foi de 3,9% em 2000 e a mais alta de 8% em 2007) (Tabela 1).

Tabela 1 - As taxas de desemprego da Madeira e de Portugal, de 1997 a 2008

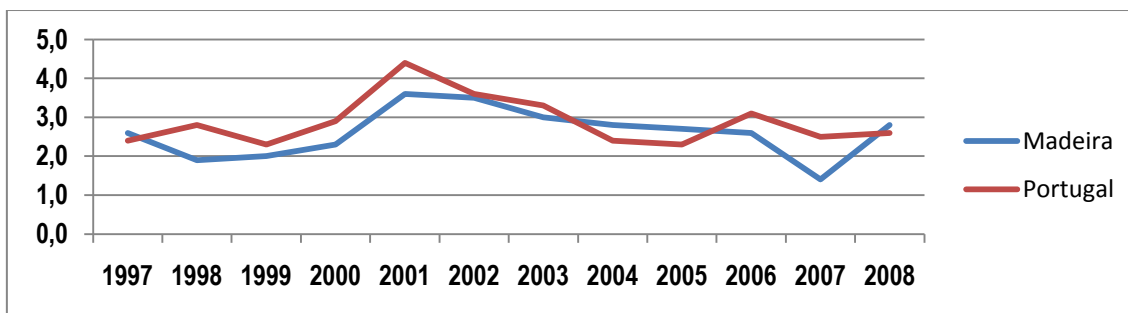
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Madeira	5,2	3,5	2,7	2,5	2,5	2,5	3,4	3,0	4,5	5,4	6,8	6,0
Portugal	6,7	4,9	4,4	3,9	4	5	6,3	6,7	7,6	7,7	8	7,6

Fonte: INE, Anuários estatísticos de Portugal/quadros

1.4.2. Preços e produção da Madeira, de 1997 a 2008

A Madeira de 1997 a 2008 apresenta baixas taxas de inflação (a mais elevada foi de 3,6% em 2001 e a mais baixa de 1,4% em 2007), tal como verificado em termos médios no país (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Taxas de inflação de Portugal e da Madeira, de 1997 a 2008



Fonte: INE, Anuários estatísticos de Portugal

Ao nível do Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Madeira (Gráfico 7), verificamos que o sector terciário representa um peso elevado (78,0% em 1997 e 83,4% em 2008) do VAB e com uma tendência crescente ao longo dos anos, representando a partir do ano 2000 mais de 80% da riqueza criada na região. O sector secundário apresenta uma tendência de decrescimento e com um peso entre os 15% e os 20% do VAB, enquanto o sector primário apresenta uma tendência de decrescimento e com um baixo (inferior a 3%) peso do VAB.

Gráfico 7 - Estrutura do VAB da Madeira, por sectores de actividade económica, de 1997 a 2008



Fonte: INE, Contas nacionais/contas regionais/principais indicadores

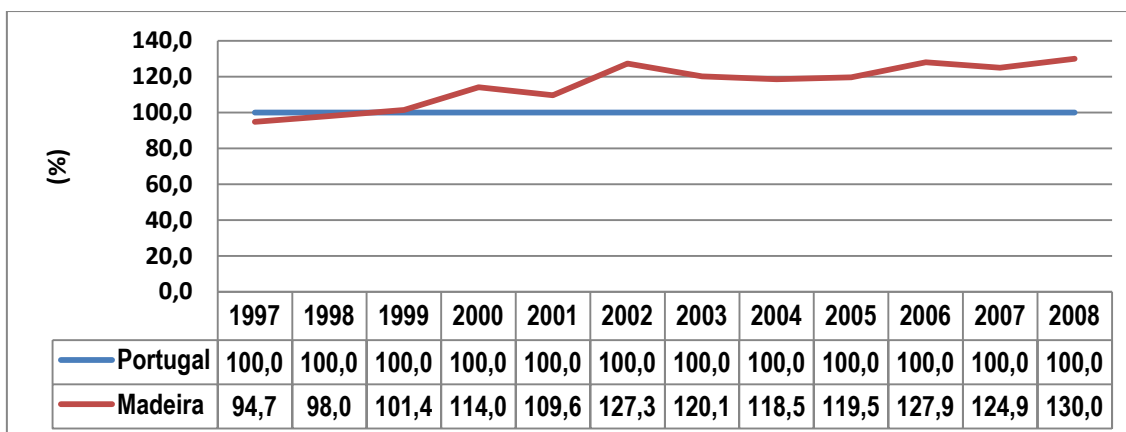
A Madeira de 1997 a 2008, registou a mais elevada taxa de crescimento da produtividade aparente do trabalho²⁴ (Gráfico 8) entre as regiões NUTS I e II portuguesas, apresentando elevadas de variação no período de 1997 a 2000 e nos anos

²⁴ É calculada pelo rácio entre o VAB e a população empregada.

1. Sinopse da Região Autónoma da Madeira

de 2002 e 2006, apresentando uma Divergência Positiva (DP) face à média nacional (PT=100), tendo em 1997 um valor (94,7) inferior e em 1998 um valor (130,0) superior à média do país. Historicamente, a região de Lisboa é a que apresenta a mais elevada produtividade aparente do trabalho entre as regiões NUTS I e II portuguesas, sendo porém ultrapassada pela Madeira no ano de 2008.

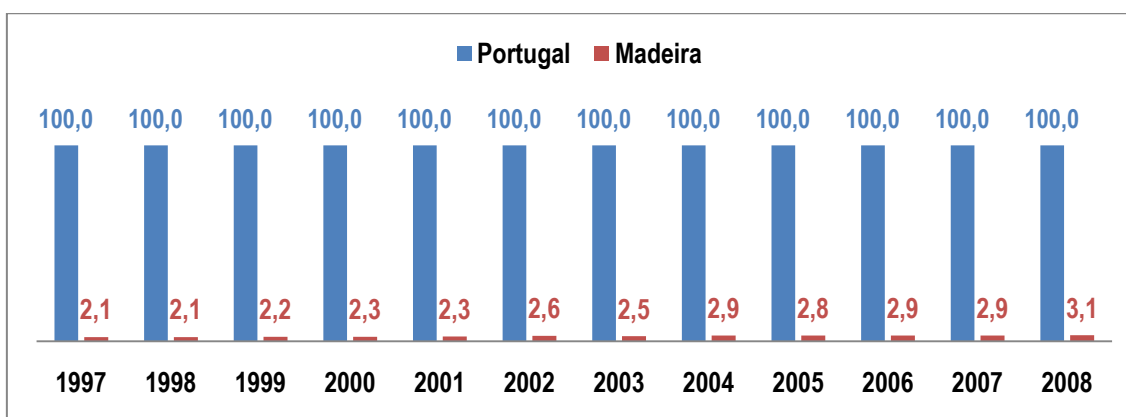
Gráfico 8 - Peso da Produtividade aparente do trabalho da Madeira face à média nacional (PT=100), de 1997 a 2008



Fonte: INE, Contas nacionais/contas regionais/principais indicadores

A Madeira é uma das regiões NUTS II portuguesas com um PIB nominal mais baixo (inferior a 3,2%) só superando os Açores (representam conjuntamente valores entre os 4,1% e os 5,2%) (Gráfico 9). O peso do PIB nominal da Madeira tem apresentado ao longo dos anos uma tendência generalizada de crescimento (2,2 em 1997 e 3,1 em 2008) face ao todo nacional (100).

Gráfico 9 - Peso do PIB a preços correntes da Madeira face à média nacional (PT=100), de 1997 a 2008



Fonte: INE, Contas nacionais/contas regionais/principais indicadores

No período de 1997 a 2008 (12 anos) (Tabela 2), a Madeira foi a região NUTS II em que o PIB nominal mais cresceu, com um aumento total (139,6%) e média aritmética

1. Sinopse da Região Autónoma da Madeira

anual (11,6%) muito superiores à média nacional (70,3%) e às restantes regiões NUTS II portuguesas. No período de 1997 a 2000 (4 anos), a Madeira foi a região NUTS II que registou um maior aumento em termos totais (51,5%) e médios aritméticos anuais (12,9%) superior ao dobro do registado em termos nacionais (25,8%) e muito superior às restantes regiões NUTS II portuguesas. A Madeira regista aumentos das taxas de variação anuais do PIB bastante significativas, superiores aos 10%, atingindo o seu pico no ano de 2000 (20,6%). No período de 2001 a 2004 (4 anos), a Madeira regista um aumento em termos globais (30,1%) e médios aritméticos anuais (7,5%) do PIB nominal bastante inferior ao registado no período anterior, mas superior a quase o triplo do registado ao nível nacional (11,0%) e bastante superior às restantes regiões NUTS II portuguesas. Neste período é de salientar a elevada oscilação do PIB nominal da região, que apresenta um aumento bastante elevado no ano de 2002 contrastando com diminuições nos anos de 2001 e 2003. No período de 2005 a 2008 (4 anos), a Madeira continua com os mais elevados aumentos do PIB nominal entre as regiões portuguesas, verificando-se todavia um abrandamento do aumento (cerca de 50% acima da média nacional), com um aumento total (19,1%) e médios aritméticos anuais (4,8%) superiores à média nacional (11,9%) e às restantes regiões NUTS II portuguesas. Neste período, regista-se uma variação positiva do PIB em todos anos com realce para o aumento elevado verificado no ano de 2006 (11,5%).

Tabela 2 - As taxas de variação do PIB Nominal das regiões NUTS I e II portuguesas, por períodos e média anual, de 1997 a 2008

(%)

	Período de 1997 a 2000		Período de 2001 a 2004		Período de 2005 a 2008		Período de 1997 a 2008	
	Total	Média anual	Total	Média anual	Total	Média anual	Total	Média anual
Portugal	25,8	6,4	11,0	2,7	11,9	3,0	70,3	5,9
Continente	25,1	6,3	10,5	2,6	11,6	2,9	68,6	5,7
1. Norte	22,1	5,5	6,6	1,7	13,4	3,4	62,9	5,2
2. Centro	27,0	6,7	10,8	2,7	8,8	2,2	64,4	5,4
3. Lisboa	26,3	6,6	12,8	3,2	12,0	3,0	74,6	6,2
4. Alentejo	22,0	5,5	11,2	2,8	8,8	2,2	57,3	4,8
5. Algarve	32,2	8,0	14,9	3,7	13,4	3,3	96,7	8,1
6. Açores	28,9	7,2	15,0	3,7	14,1	3,5	93,9	7,8
7. Madeira	51,5	12,9	30,2	7,5	19,1	4,8	139,6	11,6

2. Sinopse das regiões NUTS I e II portuguesas

O objectivo deste Capítulo é fazer uma breve caracterização das 7 regiões NUTS II portuguesas, que servirão de termo de comparação com a RAM, nos Capítulos seguintes.

2.1. Noção e estrutura das regiões de NUTS I e II portuguesas

De acordo com o Regulamento (CE) nº 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Maio de 2003, relativo à instituição de uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS), estas são divididas em 3 níveis – NUTS I, II e III (Tabela 3). O território de cada Estado Membro (neste caso, Portugal) é em primeiro lugar dividido em NUTS I (Continente, Açores e Madeira), depois é subdividido em NUTS II (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira) e posteriormente sujeito a uma nova subdivisão em NUTS III (28 do Continente, os Açores e a Madeira).

Tabela 3 - As regiões NUTS I e II portuguesas

NUTS	Regiões
I	3
II	7
III	30

Fonte: INE

A criação das NUTS tem como objectivo permitir a recolha, organização e difusão de estatísticas regionais harmonizadas dos Estados Membros da UE.

Tabela 4 - As regiões NUTS I e II portuguesas, antes e depois de 2002

NUTS	Antes de 2002	Depois de 2002
I	Portugal Continental	Portugal Continental
	R. A. Açores	R. A. Açores
	R. A. Madeira	R. A. Madeira
II	Norte	Norte
	Centro	Centro
	Lisboa e Vale do Tejo	Lisboa
	Alentejo	Alentejo
	Algarve	Algarve
	R. A. Açores	R. A. Açores
	R. A. Madeira	R. A. Madeira

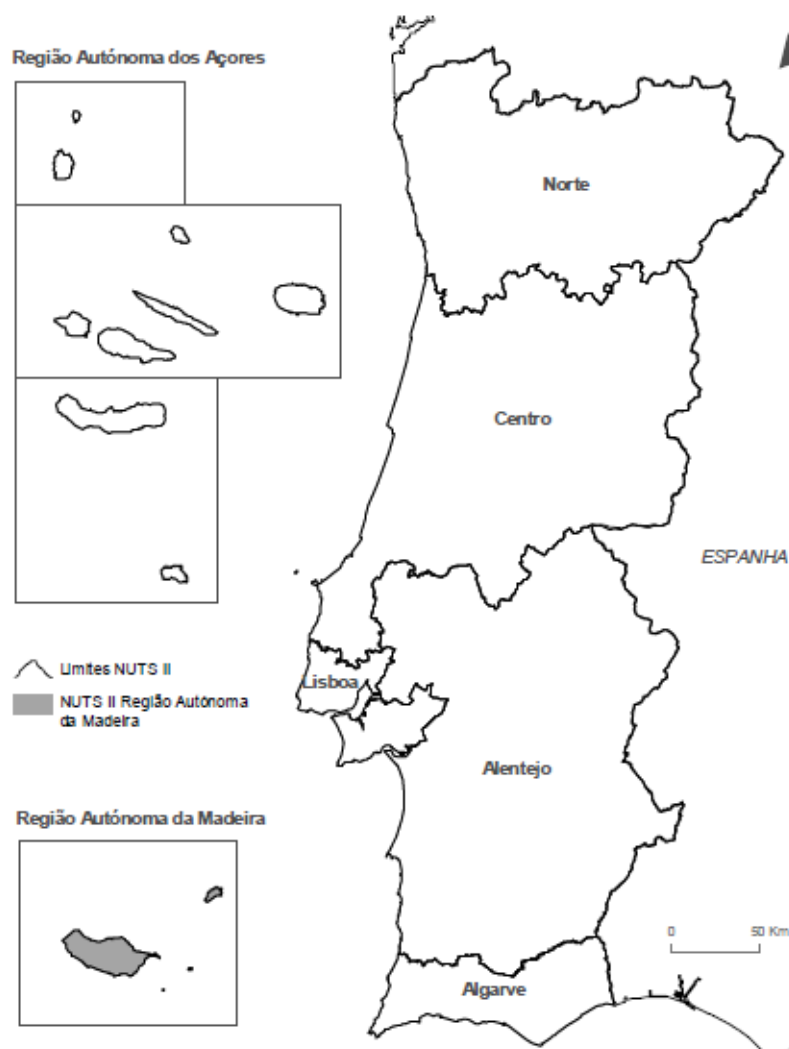
Fonte: INE

2. Sinopse das regiões NUTS I e II portuguesas

A partir de 2002, verificou-se uma alteração na composição das regiões NUTS II (Tabela 4), sendo que a região de Lisboa e Vale do Tejo foi extinta e substituída pela região de Lisboa, tendo-se registado algumas alterações ao nível das NUTS III:

- ✓ As sub-regiões NUTS III do Oeste e do Médio Tejo passaram a integrar a região NUTS II do Centro;
- ✓ A sub-região NUTS III da Lezíria do Tejo passou a integrar a região NUTS II do Alentejo;
- ✓ As sub-regiões NUTS III da Grande Lisboa e da Península de Setúbal, mantiveram-se na região NUTS II de Lisboa (nova designação).

Figura 6 - As regiões NUTS II portuguesas

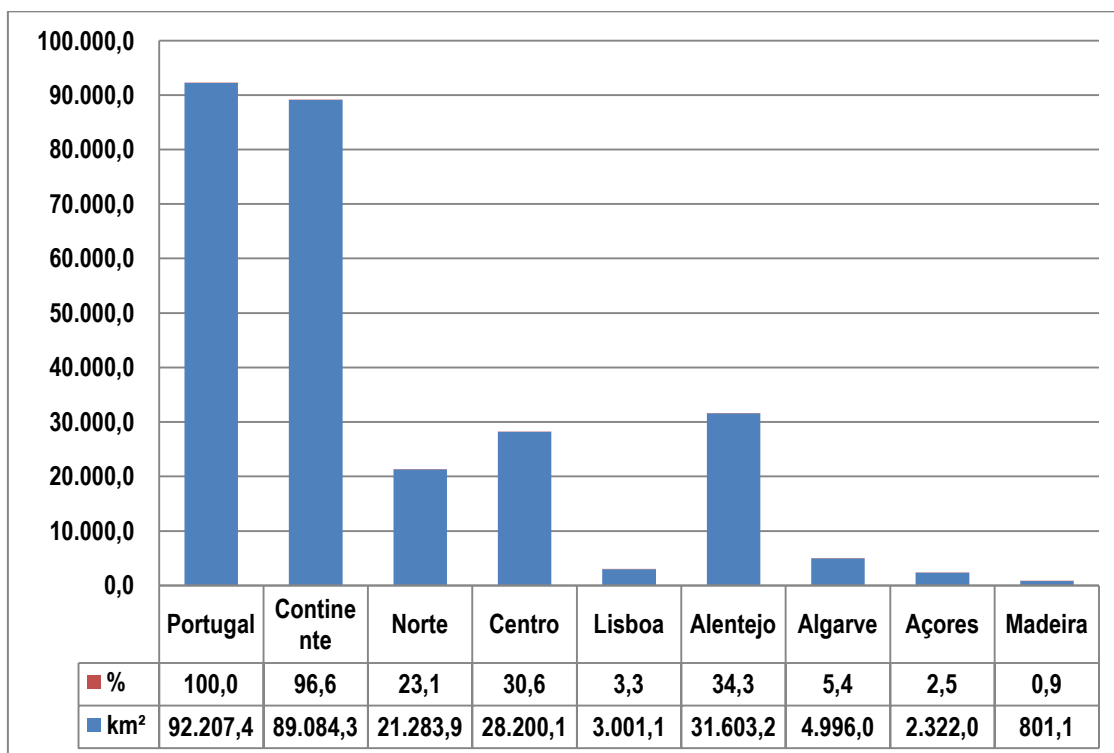


Fonte: Anuário Estatístico da RAM de 2009, DRE

2.2. Áreas das regiões NUTS I e II portuguesas

As regiões NUTS II portuguesas com maior área são o Alentejo, o Centro e o Norte, que representam conjuntamente 88,0% do território português, enquanto as 4 restantes regiões representam conjuntamente 12,0% da área total do país, cada uma delas com menos de 5,5% do total (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Áreas das regiões NUTS I e II portuguesas (% e Km2)



Fonte: INE, Dados estatísticos/estatísticas territoriais/selecção de indicadores/território
A RAM representa 0,9% da área total terrestre de Portugal, sendo a mais pequena das 7 regiões NUTS II portuguesas.

2.3. A população e a densidade populacional das regiões NUTS I e II portuguesas, de 2000 a 2008

O Continente português tem mais de 95% da população portuguesa, sendo o Norte (mais de 35%) a região mais populosa do país, seguido de Lisboa (mais de 26%) e do Centro (mais de 22%), representando conjuntamente mais de 84% da população portuguesa, enquanto as outras 4 regiões (Alentejo, Algarve, Açores e Madeira) representam menos de 16%. A Madeira e os Açores são as 2 regiões com menos população (2,3% cada), possuindo os Açores uma população ligeiramente inferior à da Madeira. A densidade populacional de Portugal (Tabela 5) tem vindo a aumentar ligeiramente ao longo dos anos sendo a partir de 2000 de aproximadamente 111,6 habitantes por Km^2 . A região de Lisboa (é a que tem maior densidade populacional, cerca de 8 vezes superior à média do país), a Madeira (mais de 2,5 vezes a média do país) e a região Norte (cerca de 1,5 vezes mais) são as regiões com densidades populacionais superiores à média nacional. As regiões portuguesas com mais baixas densidades populacionais, são o Alentejo (menos de 24,5 habitantes por Km^2), o Centro (menos de 85 habitantes por Km^2) e o Algarve (menos de 87 habitantes por Km^2).

Tabela 5 - A densidade populacional das regiões NUTS I e II portuguesas, de 2000 a 2008

		(Nº / Km ²)								
NUTS	Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal		111,6	112,3	113,2	113,9	114,3	114,8	115,1	115,3	115,4
Continente		110,1	110,9	111,8	112,5	112,9	113,3	113,6	113,8	113,9
1. Norte		171,2	172,4	173,5	174,4	175,1	175,6	175,9	176,0	176,0
2. Centro		82,5	83,0	83,6	84,0	84,3	84,5	84,6	84,6	84,5
3. Lisboa		929,2	938,0	947,6	956,6	940,7	946,9	952,1	956,9	959,0
4. Alentejo		24,3	24,4	24,4	24,4	24,3	24,3	24,2	24,1	24,0
5. Algarve		76,8	78,3	79,8	81,2	82,4	83,4	84,4	85,3	86,1
6. R. A. Açores		102,1	102,3	102,8	103,4	103,9	104,3	104,7	105,1	105,4
7. R. A. Madeira		289,6	290,3	291,4	293,5	295,0	306,1	306,9	308,0	308,5

Fonte: INE, Dados estatísticos/estatísticas territoriais/selecção de indicadores/território

Em termos de variação da densidade populacional ao longo dos anos, tanto o país como as regiões apresentam uma tendência generalizada de crescimento, com algumas excepções, como é o caso do Alentejo (apresentou uma ligeira tendência de diminuição da densidade populacional) e a região de Lisboa (é a região mais populosa do país tendo verificado nos últimos anos um abrandamento e mesmo uma diminuição percentual da densidade populacional).

3. Revisão da literatura

O objectivo deste capítulo é rever conceitos básicos da literatura sobre indicadores, crescimento económico e desenvolvimento, que servirão de base aos cálculos e às análises a efectuar nos capítulos seguintes.

3.1. Os indicadores

3.1.1. Noção

Os indicadores constituem o instrumento estatístico habitualmente utilizado na medição do crescimento económico e do desenvolvimento de uma economia, país ou região. Segundo Siedenberg (2003: 53) *“um indicador é, portanto, apenas uma unidade medida parcial, substitutiva”*.

Existe uma variedade e multiplicidade de indicadores de natureza económica, política, social, cultural, ambiental. Estes indicadores podem ser utilizados isoladamente – os indicadores simples, ou conjuntamente – os indicadores compostos. Dada a complexidade da realidade económica e social de uma economia, país ou região, privilegia-se a utilização dos indicadores compostos em detrimento dos indicadores simples. Para analisar a evolução de uma economia e/ou comparar várias economias, utilizamos indicadores, quer simples, quer compostos, num determinado momento e/ou período de tempo.

3.1.2. Tipos de indicadores

3.1.2.1. Os indicadores simples

Os indicadores simples são indicadores que são utilizados isoladamente e como tal só reflectem um aspecto parcelar da realidade em estudo.

Existe uma multiplicidade e variedade de indicadores simples, de natureza económica, social, cultural, política, ambiental, como por exemplo, o PIB, o PNB, o PIB per capita, o PNB per capita, o consumo de energia por habitante, a taxa de analfabetismo, a esperança média de vida à nascença, a taxa de natalidade e a densidade populacional.

Na medição do crescimento económico privilegia-se a utilização de indicadores simples, regra geral o PIB (per capita e/ou total) ou o PNB (per capita e/ou total), variando a sua opção consoante os autores.

3.1.2.2. Os indicadores compostos

Os indicadores compostos²⁵ resultam da conjugação de vários indicadores simples, aos quais atribuímos ponderações, iguais ou diferentes, que se consideram representativos de uma determinada realidade.

Na medição do desenvolvimento de uma economia, são utilizados regra geral indicadores compostos.

No presente estudo, para medirmos os níveis de desenvolvimento das diferentes regiões NUTS I e II portuguesas, vamos utilizar os seguintes indicadores:

- 1) O IDH, é um indicador composto que é utilizado e calculado anualmente desde 1990, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD);
- 2) O Poder de compra;
- 3) O Indicador Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) – as suas 3 componentes (Competitividade, Coesão e Qualidade Ambiental).

3.1.2.3. As limitações na utilização de indicadores

Várias são as precauções ou cuidados a ter na utilização de indicadores, quer simples, quer compostos, porque estes apesar de constituírem um instrumento de trabalho imprescindível e indispensável a qualquer estudo de natureza económica e social, têm de ser utilizados e “trabalhados” com precaução²⁶, pois são imperfeitos, insuficientes e não conseguem traduzir a totalidade da realidade.

²⁵ “Os indicadores compostos são calculados a partir da utilização de vários indicadores simples e permitem-nos a análise do grau de desenvolvimento de um país a partir destes indicadores. A classificação dos países quanto ao seu desenvolvimento exige a utilização de diferentes indicadores para avaliarmos cada uma das múltiplas facetas (económica, demográfica, e sociocultural) do todo social. A utilização dos indicadores simples apresenta alguns inconvenientes/limitações, como: a necessidade de recorrer a vários indicadores; a necessidade de escolher os indicadores mais apropriados para efectuar a análise da realidade social” (Silva, 2009: 53).

²⁶ “Dois países de diferente poderio económico (PIB diferente) podem ter um nível de vida médio (PIB per capita) próximo” (Capul, 1998: 90).

3.2. O crescimento económico

3.2.1. Noção

O crescimento económico²⁷ é o aumento regular da produção de bens e serviços numa economia, país ou região, num determinado período de tempo. É quantitativo, por isso susceptível de medição.

3.2.2. A medição do crescimento económico

Os 2 indicadores mais frequentemente utilizadas na medição do crescimento económico de uma economia, são:

- 1) O PIB per capita
 - 2) A taxa de crescimento do PIB em termos reais
- 1) O PIB per capita

Para calcular o PIB per capita²⁸ de uma determinada economia, recorreremos à fórmula seguinte:

$$PIB \text{ per capita ano } n = \frac{PIB \text{ ano } n}{População \text{ total ano } n}$$

- 2) A taxa de crescimento do PIB em termos reais

Entre o ano n e o ano $n + 1$, é calculada pela fórmula seguinte:

$$Taxa \text{ de crescimento do PIB ano } n + 1 = \frac{PIB \text{ ano } n + 1 - PIB \text{ ano } n}{PIB \text{ ano } n} \times 100$$

²⁷ “O crescimento económico é o aumento durável da produção global de uma economia. É por isso um fenómeno quantitativo que se pode medir. É igualmente um fenómeno de longa duração. Com efeito, um aumento brutal e sem continuidade da produção nacional não corresponde a crescimento económico” (Capul, 1998: 88).

²⁸ O PIB per capita relaciona o PIB de um dado país ou região com a população aí residente e é calculado da seguinte forma (PIB do país ou da região/População média do país ou da região).

3.2.3. O conceito de crescimento económico na literatura

Na literatura económica encontramos 2 correntes distintas quanto à análise do crescimento económico de uma economia, país ou região. Para alguns autores, o crescimento económico deve ser medido e analisado através do Produto Interno Bruto (PIB), para outros a medida do crescimento económico é o Produto Nacional Bruto²⁹ (PNB). Constatamos que os defensores do PIB como medida do crescimento económico são em muito maior número.

Entre os autores que referem o PNB como medida do crescimento económico, temos Martins (2003: 544) que definem o crescimento económico como o “*processo de crescimento do PNB per capita, em função da melhoria no padrão de vida da sociedade e pelas alterações essenciais que possam ocorrer na estrutura da actividade económica*”, acrescentando o mesmo autor (Martins, 2003: 613) que é o “*crescimento da capacidade produtiva de uma economia no decorrer do tempo, geralmente medido pelo aumento do Produto Nacional Bruto (PNB) ou do Produto per capita no decorrer do tempo*”. Por outro lado, Rutherford (1995: 116) vai mais longe e acrescenta novas variáveis para além do PNB na medição do crescimento económico definindo-o como “*o crescimento na produção total ou per capita de uma economia, muitas vezes avaliado por um aumento do Produto Nacional Bruto real e causado por um aumento na oferta de Factores de Produção ou na sua Produtividade*” e Soares (2008: 65) acrescenta o conceito de Fronteira das Possibilidades de Produção (FPP) dado que “*o crescimento económico é usualmente avaliado e quantificado pela taxa de crescimento anual do PNB e/ou do produto per capita e corresponde a uma expansão da FPP*”.

Outra corrente é a preconizada pelos autores que defendem o PIB como medida do crescimento económico, como Gordon (2000: 196) “*em economia, o crescimento económico é o estudo das causas e das consequências de um aumento sustentado do PIB real por pessoa*”. Autores como Dornbush (2004: 218) definem crescimento económico de uma forma precisa e concreta “*é o aumento percentual anual do PIB ou do PIB per capita*” e Capul (1998: 89) complementa “*para medir o crescimento económico, utiliza-se como indicador da produção o PIB. O crescimento corresponde portanto à taxa de crescimento do PIB*”.

²⁹ “*O crescimento económico pode ocorrer através do aumento contínuo do Produto Nacional Bruto (PNB), tanto em termos globais como per capita, ao longo do tempo*” (Martins, 2003: 543).

Constatamos que a corrente de pensamento que privilegia o PIB como medida do crescimento económico tem maior peso e aceitação. O crescimento económico analisado em termos do PIB mede o aumento da riqueza criada numa economia, país ou região, pelas unidades institucionais residentes, segundo o critério da territorialidade, enquanto analisado em termos de PNB, mede o aumento da riqueza criada pelas unidades institucionais residentes de uma economia, país ou região, independentemente do local onde foi obtida, segundo o critério da nacionalidade.

O PIB calcula-se deduzindo ao PNB os Saldos de Rendimentos do Resto do Mundo (SRRM), ou seja:

$$\text{PIB} = \text{PNB} - \text{SRRM}$$

$$\text{SRRM} = \text{Rendimentos recebidos do RM} - \text{Rendimentos enviados para o RM}$$

Em termos de informação e disponibilização de dados, verificamos que existem uma profusão de dados em termos de PIB e muito pouca informação e disponibilização de dados em termos de PNB. A análise do PIB é efectuada geralmente em termos per capita e/ou taxas de variação do PIB, permitindo analisar a evolução de uma economia ao longo do tempo (análise temporal) e/ou comparar economias (análise espacial).

3.3. O desenvolvimento

3.3.1. Noção

Até meados da década de 60 do séc. XX, predominava a ideia que o crescimento económico arrastaria consigo o desenvolvimento. Perante os resultados do fracasso desta ideia, surgiram novos conceitos de desenvolvimento que defendem que este vai para além da área económica, envolvendo outras áreas como a social, a cultural e a ambiental. Após a década de 60 do séc. XX, surgiram novos conceitos de desenvolvimento, como o de desenvolvimento autónomo ou autocentrado (defende a ideia que cada sociedade tem o direito de escolher o seu próprio modelo de desenvolvimento), o desenvolvimento sustentável³⁰ (defende a satisfação das necessidades das gerações presentes, sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras) e o desenvolvimento humano (que consiste no processo de alargamento das escolhas das pessoas e coloca o Homem no “centro” do desenvolvimento). Ao longo do presente estudo vamos privilegiar este conceito que tem como medida do desenvolvimento humano o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), como preconizado por Lopes, 2002: 17 *“o desenvolvimento não é estritamente “económico”. Será socioeconómico, será social (que naturalmente envolve o “económico”), deverá ser humano, porque às pessoas se destina”*.

O desenvolvimento é um processo económico, social, cultural, ambiental e demográfico, que se traduz num aumento do bem-estar da população, sendo um fenómeno complexo de carácter qualitativo. Contrariamente ao conceito de crescimento económico (analisado anteriormente) que é restrito, quantitativo e tem uma natureza predominantemente económica, o conceito de desenvolvimento é mais amplo, qualitativo e abrange várias áreas de natureza económica e social, como refere Lopes (2002: 17) *“o desenvolvimento é fim e o crescimento é apenas meio”*. Autores como Perroux distinguem os conceitos de crescimento e de desenvolvimento. Segundo Perroux, citado por Andrade (1987: 59-60) *“o desenvolvimento é a combinação de mudanças sociais e mentais de uma população que a tornam apta a fazer crescer, cumulativamente e de forma durável seu produto real, global”*. Perroux distingue 2

³⁰ *“Um desenvolvimento realmente sustentável pressupõe coesão social, não um mundo em que coexistem minorias muito ricas entrincheiradas em condomínios reservados e multidões sobrevivendo com dificuldades nas periferias circundantes”*(Murteira, 2009: 21).

pólos distintos, que designou de pólo de crescimento^{31 32} e de pólo de desenvolvimento³³. Segundo Cima (2007: 80) pólo de crescimento é *“apenas um aumento do produto global e, conseqüentemente, da renda per capita”* e pólo de desenvolvimento *“a combinação de mudanças sociais e mentais de uma população que a tornam apta a fazer crescer, cumulativamente e de forma durável, o seu produto real, global”*. Para Silva (2004: 26) *“qualquer economia, seja de mercado ou de planejamento centralizado, se fundamenta na interação social e na interação espacial. Nenhuma economia pode existir sem que haja relações entre os seres humanos, relações essas que ocorrem em um dado espaço geográfico, influenciando esse espaço e sendo por ele influenciadas”*, reforçando Polése (1998: 54) *“os atributos (do espaço) influenciam o homem nos seus comportamentos, percepções e escolhas e este age sobre o espaço para o modificar”*.

Na literatura, encontramos uma variedade de definições de desenvolvimento, que apesar de algumas diferenciações, têm em comum a visão do desenvolvimento como um todo e que abrange várias vertentes. Das várias definições de desenvolvimento retiradas da literatura, temos *“capacidade de uma sociedade satisfazer as necessidades da sua população e lhe permitir alcançar um nível de vida adequado”* (Silva, 2009: 11), *“corresponde ao conjunto de transformações técnicas, sociais e culturais que permitem o início e a continuidade do crescimento económico”* (Capul, 1998: 124) e *“é o processo de crescimento de uma economia, ao longo da qual se aplicam novas tecnologias e se produzem transformações sociais, que acarretam uma melhor distribuição da riqueza e da renda”* (Troster, 2002: 333). As várias definições de desenvolvimento possuem em comum a ideia que este é um fenómeno complexo, multifacetado e que é difícil de quantificar (contrariamente ao crescimento económico), segundo Reis (2000: 19) *“o desenvolvimento é um conceito ainda não estabilizado e que apresenta uma dimensão multidisciplinar. É, por outro lado, um conceito sempre inacabado, em permanente desconstrução-reconstrução”*. (Ver sobre este assunto, Sagar, 1998: 249 e Hicks, 1997: 1283, Naqvi, 1995: 543, Oliveira, 2002: 39).

³¹ *“O pólo de crescimento é sempre um ponto ou uma área que influencia uma determinada região. Para que esta influencia realmente seja exercida em toda a sua dimensão, o pólo precisa de canais que estabeleçam uma ligação com toda a região por ele influenciada. As estradas, os meios de transporte e de comunicação, desempenham essa função possibilitando o crescimento de pólos principais, pela formação do que Perroux chama “nós de tráfego” e de “zonas de desenvolvimento””* (Silva, 2004: 70).

³² *“O facto, elementar mas consistente, é este: o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia”* (Perroux, 1967: 164).

³³ Segundo Perroux, citado por Andrade (1987: 65) *“o pólo de desenvolvimento não existe como unidade isolada, mas (sim como unidade) ligada à sua região pelos canais por onde se propagam os preços, os fluxos e a demanda”*.

3.3.2. A medição do desenvolvimento

Para **medir** o desenvolvimento de uma economia combinam-se vários indicadores simples, designados de indicadores compostos, que retratam o seu grau de desenvolvimento a vários níveis (económico, social, cultural, ambiental e demográfico).

Figura 7- Indicadores de desenvolvimento regional

		Indicadores	
2. Desenvolvimento	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Esperança Média de Vida à Nascimento (EVN)	
		Alfabetização de Adultos (AA)	
		Taxa Bruta de Escolarização (TBE)	
		PIBpc em PPS ou PPC	
	Poder de compra	Poder de compra per capita	
		Percentagem do Poder de Compra (PPC)	
	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR)	Índice Global (IG)	Competitividade (COM)
			Coesão (COES)
			Qualidade Ambiental (AMB)

No presente estudo, vamos analisar o desenvolvimento das 7 regiões NUTS II portuguesas, principalmente a RAM, utilizando para o efeito vários indicadores de desenvolvimento regional, como o IDH, o Poder de compra, a Competitividade, a Coesão e a Qualidade Ambiental (Figura 7).

3.3.3. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

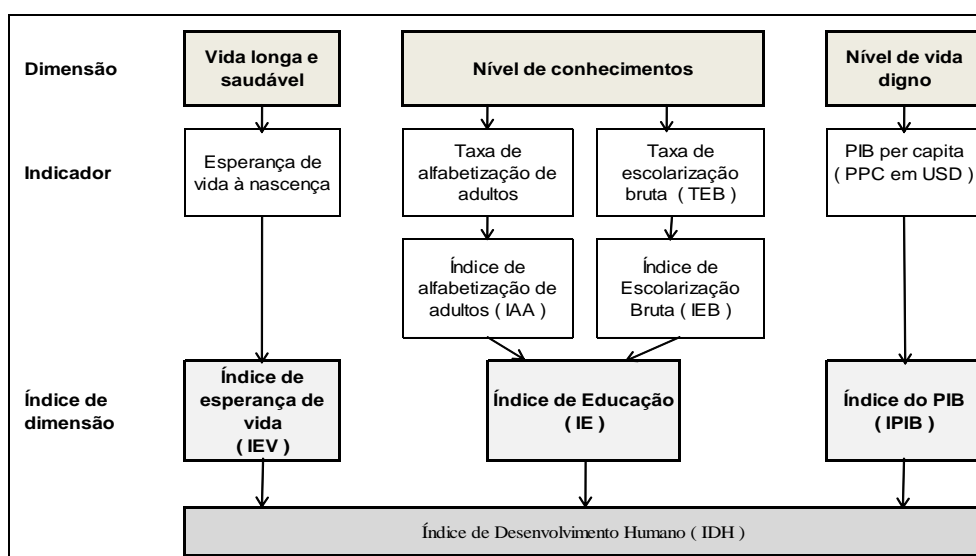
Origem

O IDH foi criado em 1990 pelos economistas Amartya Sen³⁴ e Mahbub ul Haq, sendo utilizado desde 1993 pelo Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para ordenar os países membros das Nações Unidas ao nível do desenvolvimento humano tendo como objectivo desviar o foco do desenvolvimento da economia e da contabilidade do rendimento nacional, para políticas centradas nas pessoas. (Ver sobre este assunto, Sagar, 1998: 249-264; Morse, 2003: 281-296, Nubler, 1995: 171-176 e Siedenberg, 2003: 66).

Nocção

O IDH é uma medida resumo de desenvolvimento humano, englobando 3 dimensões básicas – vida longa saudável, nível de conhecimentos e nível de vida digno (Figura 8).

Figura 8 - O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)



Fonte: PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano, 2007/2008: 357

Figura 9 - As 3 dimensões básicas do desenvolvimento humano

Dimensão	Medida
1) Vida longa e saudável	- Esperança média de vida à nascença.
2) Nível de conhecimentos	- Taxa de alfabetização de adultos (ponderação de 2/3); - Taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior (ponderação de 1/3).
3) Nível de vida digno	- PIB per capita (dólares PPC).

Fonte: PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano, 2007/2008: 357

³⁴ Amartya Sen é um economista indiano que foi galardoado no ano de 1998 com o Prémio Nobel da Economia, pelos seus estudos sobre a pobreza.

O cálculo do IDH

Antes de calcular o IDH, é necessário criar um Índice (I) para cada uma das 3 dimensões básicas do desenvolvimento humano (ver sobre este assunto, Morse, 2003: 283-285).

Os Índices de dimensão, utilizados no cálculo do IDH, são:

1. Índice de Esperança de Vida (IEV);
2. Índice de Educação (IE);
3. Índice do PIB (IPIB).

Para calcular os 3 Índices de dimensão (IEV, IE e IPIB), são definidos valores máximos e mínimos, designados de balizas, para cada um dos indicadores:

Indicador	Valor máximo	Valor mínimo
1) Esperança de vida à nascença (anos)	85	25
2) Educação		
2.1) Taxa de alfabetização de adultos (%)	100	0
2.2) Taxa de escolarização bruta combinada (%)	100	0
3) PIB per capita (dólares PPC)	40.000	100

Fonte: PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano, 2007/2008: 358

O desempenho em cada uma das 3 dimensões é expresso como um valor, que varia entre **0** (valor mínimo) e **1** (valor máximo), utilizando a seguinte fórmula geral:

$$\text{Índice de dimensão} = \frac{\text{Valor observado} - \text{Valor mínimo}}{\text{Valor máximo} - \text{Valor mínimo}}$$

O IDH é calculado como uma média simples dos 3 Índices de dimensão.

O cálculo do IDH:

1. Cálculo do Índice de Esperança de Vida (IEV)

O IEV mede os progressos relativos de um país ou de uma região em termos de esperança média de vida à nascença.

A sua fórmula de cálculo é:

$$IEV = \frac{\text{Valor observado} - 25}{85 - 25}$$

2. Cálculo do Índice de Educação (IE)

O IE mede os progressos de um país ou de uma região, quanto à alfabetização de adultos e à escolarização bruta combinada do ensino básico, secundário e superior.

O IE encontra-se dividido em 2 Índices:

2.1) Índice de Alfabetização de Adultos (IAA);

2.2) Índice de Escolarização Bruta combinada (IEB).

Em primeiro lugar, calculamos os 2 índices (IAA e IEB), segundo as fórmulas de cálculo seguintes:

$$IAA = \frac{\text{Valor observado} - 0}{100 - 0}$$

$$IEB = \frac{\text{Valor observado} - 0}{100 - 0}$$

Depois de calculados os 2 Índices (IAA e IEB), calculamos o IE, que resulta da combinação do IAA e do IEB, mas atribuindo a cada um deles ponderações diferentes, segundo a fórmula:

$$IE = \frac{(2 \times IAA) + IEB}{3}$$

(ou seja, no cálculo do IE, o IAA tem uma ponderação de $\frac{2}{3}$ e o IEB tem uma ponderação de $\frac{1}{3}$).

3. Cálculo do Índice do PIB (IPIB)

O IPIB é calculado utilizando o PIB per capita em dólares PPC (Paridades do Poder de Compra) ou PPS (Standard Power Parities).

No cálculo do IDH, o PIBpc em PPS entra como um substituto para todas as dimensões de desenvolvimento humano não reflectidas nas 2 dimensões anteriores (uma vida longa e saudável e nível de conhecimentos).

$$IPIB = \frac{\log (\text{Valor observado}) - \log (100)}{\log (40.000) - \log (100)}$$

4. Cálculo do IDH

Depois de calculados os 3 índices anteriores (IEV, IE e IPIB), vamos calcular o IDH, que é obtido pela média simples dos 3:

$$\text{IDH} = \frac{\text{IEV} + \text{IE} + \text{IPIB}}{3}$$

(ou seja, no cálculo do IDH, os índices IEV, IE e IPIB têm igual ponderação ($\frac{1}{3}$)).

O valor do IDH varia entre 0 (nenhum desenvolvimento humano) e 1 (valor desenvolvimento humano total), sendo este último o valor que revela as melhores condições socioeconómicas e, por isso considerado um objectivo a alcançar por todos os países/regiões.

O IDH e os níveis de desenvolvimento dos países		
IDH	Nível de desenvolvimento	País
0 a 0,499	Baixo	Subdesenvolvido
0,500 a 0,799	Médio	Em desenvolvimento
0,800 a 0,899	Alto	Em desenvolvimento
0,900 a 1	Muito alto	Desenvolvido

Fonte: PNUD

Críticas ao IDH

O IDH tem sido sujeito a inúmeras críticas, nomeadamente:

- O reduzido (4) número de indicadores simples que o compõem;
- Sendo um valor médio, “esconde” as desigualdades verificadas num país ou numa região, em diversos níveis – quanto ao género, aos grupos sociais, às etnias e outros;
- Não inclui indicadores ambientais e ecológicos.

(Sobre este assunto ver, Klugman, 2011: 249-288; Morse, 2003: 281-296; Stephen, 2003: 281-296 e Siedenberg, 2003: 45-71).

3.3.4. O Poder de compra

	Indicadores
Poder de compra	Poder de compra per capita
	Percentagem do Poder de Compra (PPC)

3.3.4.1. O Poder de compra per capita

O Poder de compra per capita³⁵ (ou IpC) é um indicador que dá-nos o poder de compra médio por pessoa, num país ou numa região, face à média nacional a que é atribuído o valor 100.

3.3.4.2. A Percentagem do Poder de Compra (PPC)

A Percentagem do Poder de Compra (PPC³⁶) é um indicador derivado do Poder de compra per capita, que segundo o INE (2009: 7) “*reflecte o peso do poder de compra de cada Município ou Região (que decorre do Poder de compra per capita) no total do país, para o qual assume o valor de 100%*”. Consideramos que o poder de compra total do país é 100%, e que cada Município ou Região representa uma parte (em termos percentuais) do total. O somatório do poder de compra de todos os Municípios ou de todas as Regiões perfazem um total de 100%. Este indicador permite-nos conhecer como está distribuído ou repartido o poder de compra pelos diferentes Municípios ou Regiões do país.

³⁵ “O IpC, Indicador per Capita do Poder de Compra (primeiro factor da análise), que pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional” INE (2009: 7).

“A ideia subjacente a este indicador é a de observar a concentração do poder de compra nos diferentes territórios, tendo em consideração que as áreas de maior ou menor poder de compra sobre o território nacional dependem, não só da distribuição do poder de compra per capita pelo país, mas também da distribuição espacial da população residente” INE (2009: 27).

3.3.5. O Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR)

Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR)	Índice Global (IG)	Componentes
		Competitividade (COM)
		Coesão (COES)
		Qualidade Ambiental (AMB)

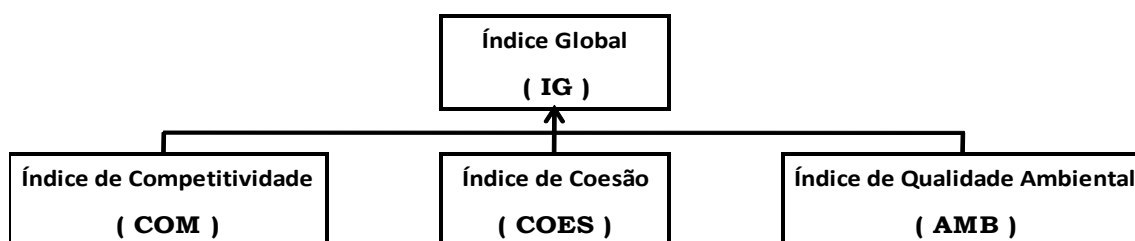
O Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP), efectuaram entre 2004 e 2008, estudos sobre o Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) com uma periodicidade anual, relativamente às regiões NUTS I, II e III portuguesas.

“O ISDR assenta numa estrutura tridimensional, em que o desenvolvimento global de cada região (expresso no Índice Global de Desenvolvimento Regional (IG)) resulta dos desempenhos regionais em 3 componentes” (INE, 2009: 12).

O ISDR está estruturado em 2 níveis:

1º nível – O Índice Global (IG)

2º nível – Relativo às 3 componentes do IG: Competitividade, Coesão e Qualidade Ambiental.



“A agregação dos indicadores das 3 componentes no Índice Global (IG) foi feita por média simples e, os índices são reportados à média nacional (100), facilitando a sua interpretação” (INE, ISDR, 2009: 13).

3.3.5.1. A Competitividade (COM)

A Competitividade é uma dimensão fundamental para a avaliação do desenvolvimento regional, ao nível da capacidade de penetração nos mercados e do crescimento

económico. A Competitividade de um território pode ser medida pela sua capacidade de concorrer no mercado externo a vários níveis – captação de investimentos, exportações, recursos humanos qualificados e atracção de visitantes. Esta componente agrega 25 indicadores simples (Anexo XV) de natureza predominantemente económica e social (PIB per capita, produtividade do trabalho, qualidade do capital humano, taxa de natalidade de empresas e outros).

3.3.5.2. A Coesão (COES)

A Coesão é uma componente importante do desenvolvimento regional, tendo como objectivos favorecer o desenvolvimento equilibrado das regiões, reduzir as diferenças inter-regionais e promover a igualdade de oportunidades entre as pessoas. Pretende uma maior aproximação dos níveis de desenvolvimento das diferentes regiões. Esta componente agrega 25 indicadores simples (Anexo XVI), de natureza predominantemente social e económica (dispersão concelhia do rendimento familiar por habitante, capacidade de retenção do rendimento gerado, desemprego registado por indivíduo em idade activa, ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem e outros).

3.3.5.3. A Qualidade Ambiental (AMB)

A Qualidade Ambiental é uma componente importante na avaliação do desenvolvimento regional, tendo como objectivo compatibilizar o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável das regiões, com a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais. Esta componente integra 15 indicadores simples (Anexo XVII), de natureza predominantemente ambiental (qualidade da água para consumo humano, qualidade do ar, resíduos urbanos recolhidos por habitante, proporção da população servida por estações de tratamento de águas residuais e outros).

3.3.5.4. O Índice Global (IG)

O IG é um indicador composto obtido a partir da média simples das 3 componentes anteriores (Competitividade, Coesão e Qualidade Ambiental). Segundo o INE (Metainformação associada ao quadro ISDR (IG)) *“O IG é um indicador composto (PT=100) que pretende acompanhar as assimetrias regionais do processo de desenvolvimento regional em resultado do efeito conjugado do desempenho nas vertentes competitividade, coesão e qualidade ambiental”*.

3.3.6. O conceito de desenvolvimento na literatura

Na literatura encontramos uma profusão de conceitos de desenvolvimento³⁷, sendo que todos estes têm em comum o seu carácter multifacetado. Nas várias definições de desenvolvimento predomina a ideia deste como um fenómeno complexo e multidimensional e que vai para além do conceito de crescimento económico. Analisando as várias definições de desenvolvimento na literatura, retiramos que segundo Troster (2002: 317) “*o crescimento económico é um aspecto de um outro processo mais geral: o desenvolvimento de uma sociedade que provoca, ao longo do tempo, mudanças fundamentais em sua organização e em suas instituições*”, Oliveira (2002: 40) “*o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem económica, política e, principalmente, humana e social*”, Silva (2009: 11) “*o conceito de desenvolvimento ultrapassa o de crescimento económico, situando-se a um nível qualitativo, no plano humano, da melhoria das condições de vida das populações*”, complementando Pais (2009: 270) que o desenvolvimento “*verifica-se quando o crescimento económico (o meio) tem efeitos de arrastamento sobre outros domínios sociais (demográficos, culturais, de equidade, qualidade de vida e bem-estar, por ex.)*” e Silva (2009: 12) que refere que “*é um conceito multidimensional, pressupondo melhorias, quer ao nível social, quer ao nível económico e, do bem-estar de todos os membros de uma sociedade*” referindo as autoras que o conceito de desenvolvimento está associado 3 princípios básicos³⁸ - o acesso de toda a população à satisfação mínima das suas necessidades básicas, a igualdade de oportunidades e a independência do processo de desenvolvimento. Efectuando um paralelismo entre os conceitos de crescimento económico e de desenvolvimento, constatamos que pode haver crescimento económico sem desenvolvimento³⁹, mas para haver desenvolvimento tem de verificar-se crescimento económico.

³⁷ “*Pode definir-se um processo de desenvolvimento pela combinação das transformações que atingem o conjunto das estruturas económicas, sociais, culturais e demográficas*” (Capul, 1998: 24).

³⁸ “*O conceito de desenvolvimento está associado a 3 princípios básicos: 1. O acesso de toda a população a um grau mínimo de satisfação das suas necessidades básicas; 2. A igualdade de oportunidades para toda a população independentemente do seu sexo, etnia, religião ou classe social; 3. Independência do processo de desenvolvimento, não dependendo de modelos impostos do exterior*” (Silva, 2009: 12).

³⁹ “*As definições de desenvolvimento e de crescimento suscitam, muitas vezes, confusões conceptuais. Via de regra, são dois termos que se combinam no progresso das nações, mas nunca poderemos defini-los como sendo palavras sinónimas*” (Martins, 2003: 543).

Parte II

4. Cálculo do IDH das regiões NUTS I e II

5. Análise do crescimento económico das regiões NUTS I e II

6. Análise do desenvolvimento das regiões NUTS I e II

7. A Convergência/Divergência económica

8. Análise da Convergência/Divergência da RAM face à média nacional

9. Conclusões

4. Cálculo do IDH das regiões NUTS I e II

O objectivo deste Capítulo é calcular o IDH e as suas componentes (IEV, IE e IPIB), relativamente às 7 regiões NUTS I e II portuguesas, para o período de 1997 a 2008.

4.1. Cálculo dos valores das componentes do IDH, de 1997 a 2008

No cálculo⁴⁰ do IDH, em primeiro lugar calculamos os valores dos 3 Índices de dimensão:

- 1) Índice de Esperança de Vida (IEV)
- 2) Índice de Educação (IE)
- 3) Índice do PIB (IPIB)

4.1.1. O Índice da Esperança de Vida (IEV) das regiões NUTS I e II

O IEV é obtido a partir dos dados relativos aos anos de Esperança Média de Vida à Nascença (EVN) das regiões NUTS I e II (Tabela 6).

Tabela 6 - A Esperança Média de Vida à Nascença (EVN) total, das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1997 a 2008

NUTS \ Anos	(Anos)											
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	75,8	76,0	76,2	76,7	77,0	77,3	77,4	78,3	78,2	78,9	79,1	79,4
Continente	75,9	76,1	76,3	76,9	77,2	77,4	77,6	78,5	78,3	79,1	79,3	79,5
1. Norte	76,0	76,3	76,4	77,1	77,2	77,6	77,7	78,6	78,5	79,2	79,5	79,9
2. Algarve	75,5	75,6	76,0	76,4	76,6	76,5	77,1	77,4	77,4	78,3	78,2	78,5
3. Centro	76,3	76,6	76,9	77,3	77,7	77,8	77,8	78,7	78,7	79,5	79,6	79,7
4. Lisboa	75,5	75,5	75,9	76,5	77,0	77,2	77,7	78,3	78,3	79,0	79,3	79,4
5. Alentejo	75,7	75,7	76,1	76,4	77,0	77,0	76,7	78,2	77,6	78,7	78,5	78,5
6. Açores	71,7	72,9	72,9	73,3	73,8	73,4	73,8	74,3	74,8	75,5	76,2	76,4
7. Madeira	73,3	72,9	73,0	72,8	73,0	73,3	72,8	74,0	73,8	74,3	74,8	75,3

Fonte: EUROSTAT

⁴⁰ Os anos considerados no cálculo de todos os indicadores é de 1997 a 2008.

4. Cálculo do IDH das regiões NUTS I e II

A partir da EVN calculamos o IEV das regiões, utilizando a fórmula seguinte:

$$\text{IEV da região X no ano n} = \frac{\text{Valor observado da EVN da região X no ano n} - 25}{85 - 25}$$

Exemplos:

$$\text{IEV da Madeira 1997} = \frac{\text{EVN Madeira 1997} - 25}{85 - 25} = \frac{73,3 - 25}{85 - 25} = \frac{48,3}{60} = 0,805$$

$$\text{IEV da Madeira 2008} = \frac{\text{EVN Madeira 2008} - 25}{85 - 25} = \frac{75,3 - 25}{85 - 25} = \frac{50,3}{60} = 0,838(3)$$

Obtendo deste modo o IEV de todas as regiões NUTS I e II (Tabela 7).

Tabela 7 - O Índice de Esperança de Vida (IEV) das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1997 a 2008

NUTS I e II	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	0,847	0,850	0,853	0,862	0,867	0,872	0,873	0,888	0,887	0,898	0,902	0,907
Continente	0,848	0,852	0,855	0,865	0,870	0,873	0,877	0,892	0,888	0,902	0,905	0,908
1. Norte	0,850	0,855	0,857	0,868	0,870	0,877	0,878	0,893	0,892	0,903	0,908	0,915
2. Centro	0,855	0,860	0,865	0,872	0,878	0,880	0,880	0,895	0,895	0,908	0,910	0,912
3. Lisboa	0,842	0,842	0,848	0,858	0,867	0,870	0,878	0,888	0,888	0,900	0,905	0,907
4. Alentejo	0,845	0,845	0,852	0,857	0,867	0,867	0,862	0,887	0,877	0,895	0,892	0,892
5. Algarve	0,842	0,843	0,850	0,857	0,860	0,858	0,868	0,873	0,873	0,888	0,887	0,892
6. R. A. Açores	0,778	0,798	0,798	0,805	0,813	0,807	0,813	0,822	0,830	0,842	0,853	0,857
7. R. A. Madeira	0,805	0,798	0,800	0,797	0,800	0,805	0,797	0,817	0,813	0,822	0,830	0,838

4.1.2. O Índice de Educação (IE)

A partir da Taxa Bruta de Escolarização (TBE) calculamos o Índice de Escolarização Bruta (IEB) que neste caso é igual ao Índice de Educação (IE)⁴¹ (Anexo XII).

⁴¹ Índice de Alfabetização de Adultos (IAA) - Este Índice é calculado em Portugal pelo INE, aquando da realização dos Censos. Os 2 últimos censos realizados no país foram nos anos de 1991 e 2001, sendo que está a decorrer um novo censo no ano de 2011. Por este facto, os dados disponíveis ao nível das regiões NUTS I e II são escassos e com uma periodicidade elevada. Em Portugal, no ano de 2010, a Taxa de Alfabetização de Adultos (TAA) que serve de base de cálculo ao IAA, é superior aos 95%, o que retira relevância ao cálculo deste Índice. Actualmente, no país, com as medidas adoptadas pelos Governos com o objectivo de aumentar a alfabetização, como sejam a escolaridade obrigatória e a alfabetização de adultos, o valor da TAA tende a médio prazo para os 100%, atingindo na actualidade essencialmente os mais idosos. No cálculo do IDH efectuado pelo PNUD, este indicador tem relevância ao nível dos países, pois as TAA apresentam discrepâncias elevadas entre estes, o que não se passa ao nível das regiões portuguesas, no final do séc. XX e início do séc. XXI.

4. Cálculo do IDH das regiões NUTS I e II

No cálculo da TBE⁴² utilizamos os dados relativos aos alunos matriculados nos 3 níveis de ensino (básico, secundário e superior) e a população em idade de poder frequentá-los (Tabela 8).

Tabela 8 - A Taxa Bruta de Escolarização (TBE) das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1997 a 2008

		(%)										
NUTS I e II	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	94,3	93,1	93,3	95,0	96,2	95,9	96,2	97,0	96,7	96,6	97,1	99,5
Continente	94,9	93,7	93,9	95,7	97,0	96,6	97,0	97,7	97,4	95,8	97,8	100,4
1. Norte	89,0	85,1	85,5	86,8	89,1	88,1	88,4	89,2	89,3	88,6	90,9	93,9
2. Centro	93,3	94,6	94,2	96,7	97,3	97,3	98,0	97,0	96,1	94,5	96,3	98,3
3. Lisboa	106,1	106,6	107,0	108,5	108,9	110,0	110,4	112,4	111,9	109,3	110,8	112,4
4. Alentejo	90,5	92,0	92,2	96,2	96,2	94,4	93,6	93,7	93,3	90,2	92,0	98,2
5. Algarve	98,6	97,2	99,3	100,7	102,4	99,9	101,3	102,9	102,8	99,6	100,7	102,8
6. R. A. Açores	84,9	82,6	82,0	81,2	81,2	80,4	80,3	80,4	78,7	78,5	77,9	77,6
7. R. A. Madeira	84,3	83,2	84,8	86,1	87,1	86,3	86,7	90,5	91,7	92,8	93,5	91,5

Fonte: GEPE

O Índice de Educação (IE) das regiões NUTS I e II portuguesas, é obtido utilizando a fórmula seguinte:

$$\text{IE da região X no ano n} = \frac{\text{Valor observado da TBE na região X no ano n} - 0}{100 - 0}$$

Exemplos:

$$\text{IE Madeira 1997} = \frac{\text{TBE Madeira 1997} - 0}{100 - 0} = \frac{84,3 - 0}{100 - 0} = \frac{84,3}{100} = 0,843$$

$$\text{IE Madeira 2008} = \frac{\text{TBE Madeira 2008} - 0}{100 - 0} = \frac{91,5 - 0}{100 - 0} = \frac{91,5}{100} = 0,915$$

Obtendo deste modo o IE de todas as regiões NUTS I e II (Tabela 9).

Tabela 9 - O Índice de Escolarização (IE) das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1997 a 2008

NUTS I e II	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	0,943	0,931	0,933	0,950	0,962	0,959	0,962	0,970	0,967	0,966	0,971	0,995
Continente	0,949	0,937	0,939	0,957	0,970	0,966	0,970	0,977	0,974	0,958	0,978	1,004
1. Norte	0,890	0,851	0,855	0,868	0,891	0,881	0,884	0,892	0,893	0,886	0,909	0,939
2. Centro	0,933	0,946	0,942	0,967	0,973	0,973	0,980	0,970	0,961	0,945	0,963	0,983
3. Lisboa	1,061	1,066	1,070	1,085	1,089	1,100	1,104	1,124	1,119	1,093	1,108	1,124
4. Alentejo	0,905	0,920	0,922	0,962	0,962	0,944	0,936	0,937	0,933	0,902	0,920	0,982
5. Algarve	0,986	0,972	0,993	1,007	1,024	0,999	1,013	1,029	1,028	0,996	1,007	1,028
6. R. A. Açores	0,849	0,826	0,820	0,812	0,812	0,804	0,803	0,804	0,787	0,785	0,779	0,776
7. R. A. Madeira	0,843	0,832	0,848	0,861	0,871	0,863	0,867	0,905	0,917	0,928	0,935	0,915

⁴² Calculamos a TBE para as regiões NUTS I e II, considerando a divisão territorial do país antes e depois de 2002, como sendo a mesma. Para consistência dos dados, os alunos matriculados e as regiões consideradas respeitam às mesmas divisões territoriais em termos de áreas e população respectivas antes e depois de 2002.

4.1.3. O Índice do PIB (IPIB)

O IPIB é obtido a partir dos dados do Produto Interno Bruto per capita em PPS⁴³ (Standard Power Parities) ou em PPC⁴⁴ (Paridades do Poder de Compra) das regiões NUTS I e II (Tabela 10).

Tabela 10 - O PIBpc em PPS das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1997 a 2008

		(PPS / hab.)											
NUTS \ Anos	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Portugal	12.700	13.400	14.500	15.400	15.900	16.300	16.400	16.700	17.800	18.600	19.600	19.500	
Continente	12.800	13.500	14.500	15.500	15.900	16.300	16.300	16.600	17.800	18.500	19.500	19.400	
1. Norte	10.600	11.100	11.900	12.500	12.900	13.100	13.000	13.100	14.000	14.600	15.500	15.600	
2. Algarve	13.800	14.500	15.700	16.800	17.600	18.100	18.500	18.600	19.900	20.800	21.900	21.500	
3. Centro	10.700	11.300	12.300	13.100	13.500	13.700	14.000	14.200	15.000	15.600	16.300	16.100	
4. Lisboa	17.800	19.000	20.400	21.700	22.200	22.900	23.100	23.500	25.200	26.100	27.400	27.200	
5. Alentejo	11.900	12.300	12.700	14.200	14.400	14.700	15.100	15.500	16.500	17.600	18.200	18.100	
6. Açores	10.200	11.000	12.200	12.900	13.800	14.600	15.000	15.100	16.400	17.200	17.900	18.300	
7. Madeira	11.500	12.800	14.300	17.300	16.800	20.100	19.800	20.800	22.200	24.700	25.200	25.800	

Fonte: EUROSTAT

A partir do PIBpc em PPS calculamos o IPIB, utilizando a fórmula seguinte:

$$\text{IPIB da região X no ano n} = \frac{\log(\text{Valor observado do PIBpc em PPS na região X no ano n}) - \log(100)}{\log(40000) - \log(100)}$$

Exemplos:

$$\text{IPIB Madeira 1997} = \frac{\log(\text{PIBpc PPS Madeira 1997}) - \log(100)}{\log(40000) - \log(100)} = \frac{4,060698-2}{4,60206-2} \approx 0,792$$

$$\text{IPIB Madeira 2008} = \frac{\log(\text{PIBpc PPS Madeira 2008}) - \log(100)}{\log(40000) - \log(100)} = \frac{4,411619-2}{4,60206-2} \approx 0,927$$

Obtendo deste modo o IPIB de todas as regiões NUTS I e II (Tabela 11).

⁴³ Os valores do PIB per capita em PPS (ou PPC) são utilizados no cálculo do Índice do PIB (IPIB). O INE não recomenda a utilização deste indicador “como um instrumento de precisão para estabelecer rankings entre países e cálculo de taxas de crescimento” e preconiza a utilização com limitações na “análise inter-temporal de PIB per capita e de preços relativos”.

^{44c} *O corrector dólares PPC (ou PPS) permite-nos saber o que é possível comprar com 1 dólar em cada país e proceder a comparações entre países através do poder de compra expresso pelo PI”* (Silva, 2009: 15).

4. Cálculo do IDH das regiões NUTS I e II

Tabela 11 - O IPIB das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1997 a 2008

NUTS \ Anos	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	0,809	0,817	0,831	0,841	0,846	0,850	0,851	0,854	0,865	0,872	0,881	0,880
Continente	0,810	0,819	0,831	0,842	0,846	0,850	0,850	0,853	0,865	0,871	0,880	0,879
1. Norte	0,778	0,786	0,798	0,806	0,811	0,814	0,812	0,814	0,825	0,832	0,842	0,843
2. Algarve	0,822	0,831	0,844	0,855	0,863	0,868	0,871	0,872	0,883	0,891	0,899	0,896
3. Centro	0,780	0,789	0,803	0,814	0,819	0,821	0,825	0,827	0,836	0,843	0,850	0,848
4. Lisboa	0,865	0,876	0,888	0,898	0,902	0,907	0,908	0,911	0,923	0,929	0,937	0,936
5. Alentejo	0,798	0,803	0,809	0,827	0,829	0,833	0,837	0,842	0,852	0,863	0,869	0,868
6. R. A. Açores	0,772	0,785	0,802	0,811	0,822	0,832	0,836	0,837	0,851	0,859	0,866	0,869
7. R. A. Madeira	0,792	0,810	0,828	0,860	0,855	0,885	0,883	0,891	0,902	0,920	0,923	0,927

4.2. Cálculo do valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das regiões NUTS I e II

Após termos obtido os valores das 3 componentes (IEV, IE e IPIB) das regiões NUTS I e II, calculamos o valor do IDH, utilizando a fórmula seguinte:

$$\text{IDH da região X no ano n} = \frac{\text{Valor do IEV da região X no ano} + \text{Valor do IE da região X no ano N} + \text{Valor do IPIB da região X no ano n}}{3}$$

Exemplos:

$$\text{IDH Madeira 1997} = \frac{0,805 + 0,843 + 0,792}{3} = \frac{2,440}{3} = 0,813(3)$$

$$\text{IDH Madeira 2008} = \frac{0,838 + 0,915 + 0,927}{3} = \frac{2,68}{3} = 0,893(3)$$

Obtendo deste modo o IDH de todas as regiões NUTS I e II (Tabela 12).

Tabela 12 - O IDH das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1997 a 2008

NUTS I e II	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	0,866	0,866	0,872	0,884	0,892	0,894	0,896	0,904	0,906	0,912	0,918	0,927
Continente	0,869	0,869	0,875	0,888	0,895	0,897	0,899	0,907	0,909	0,910	0,921	0,931
1. Norte	0,839	0,831	0,836	0,847	0,857	0,857	0,858	0,866	0,870	0,874	0,886	0,899
2. Centro	0,856	0,865	0,870	0,884	0,890	0,891	0,895	0,897	0,897	0,899	0,908	0,914
3. Lisboa	0,923	0,928	0,935	0,947	0,952	0,959	0,964	0,975	0,977	0,974	0,983	0,989
4. Alentejo	0,849	0,856	0,861	0,882	0,886	0,881	0,878	0,888	0,887	0,887	0,893	0,914
5. Algarve	0,883	0,882	0,896	0,906	0,916	0,908	0,918	0,925	0,928	0,925	0,931	0,939
6. R. A. Açores	0,800	0,803	0,807	0,809	0,816	0,814	0,818	0,821	0,823	0,829	0,833	0,834
7. R. A. Madeira	0,813	0,813	0,825	0,839	0,842	0,851	0,849	0,871	0,877	0,890	0,896	0,893

5. Análise do crescimento económico das regiões NUTS I e II

O objectivo deste capítulo é analisar o crescimento económico das regiões NUTS I e II e da RAM em particular, privilegiando a análise do PIB pc em termos reais⁴⁵ e nominais⁴⁶.

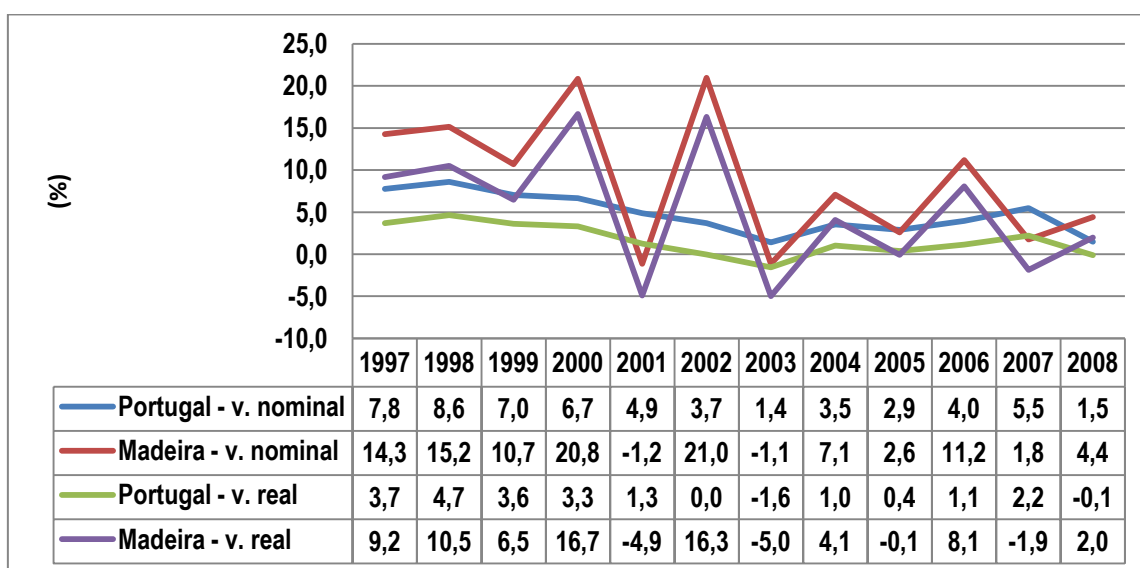
5.1. Variação real e nominal do PIBpc da Madeira, de 1997 a 2008

O PIBpc da Madeira regista as mais elevadas variações positivas entre as regiões NUTS I e II portuguesas, quer em termos reais, quer em termos nominais (Gráfico 11).

Em termos reais, o PIBpc Real da Madeira entre 1997 e 2008 regista um aumento total (62,3%) que é mais do triplo do verificado em termos médios nacionais (16,9%), sendo a região com mais elevado crescimento económico real e com um aumento médio aritmético anual (5,2%) muito superiores às restantes regiões NUTS I e II portuguesas.

Em termos nominais, o PIBpc Nominal da Madeira entre 1997 e 2008 regista um aumento (136,4%) que é mais do dobro do verificado em termos médios nacionais (62,0%), sendo a região com maior crescimento económico nominal e com um aumento médio aritmético anual (11,4%) muito superiores às restantes regiões NUTS I e II portuguesas.

Gráfico 11 - Variação nominal e real (%) do PIBpc de Portugal e da Madeira, de 1997 a 2008



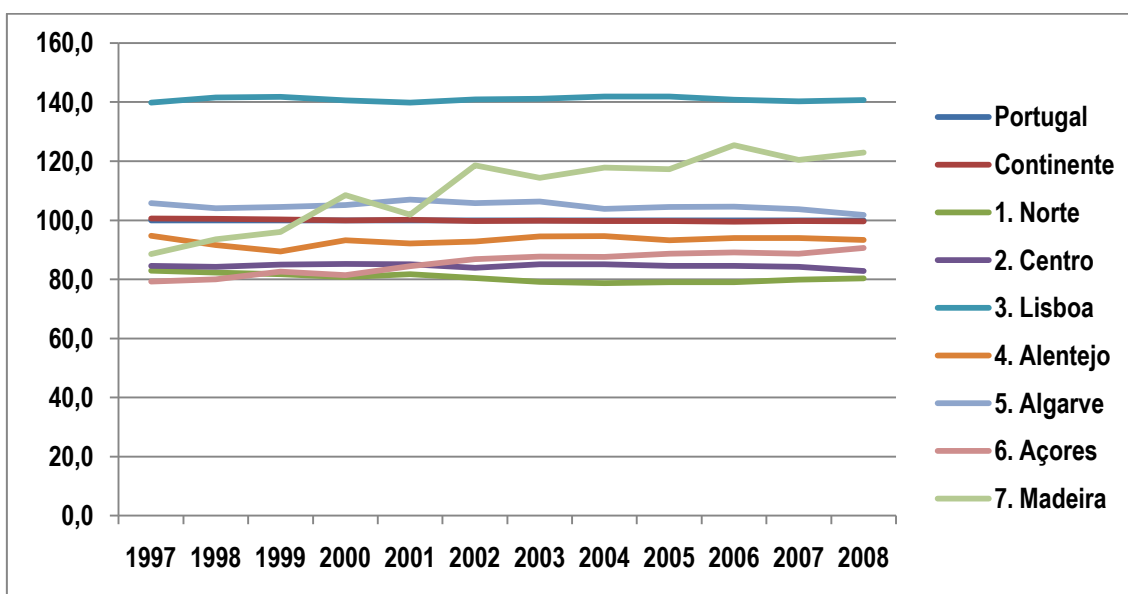
⁴⁵ PIB Real ou a preços constantes.

⁴⁶ PIB Nominal ou a preços correntes.

5.2. PIBpc Real das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1997 a 2008

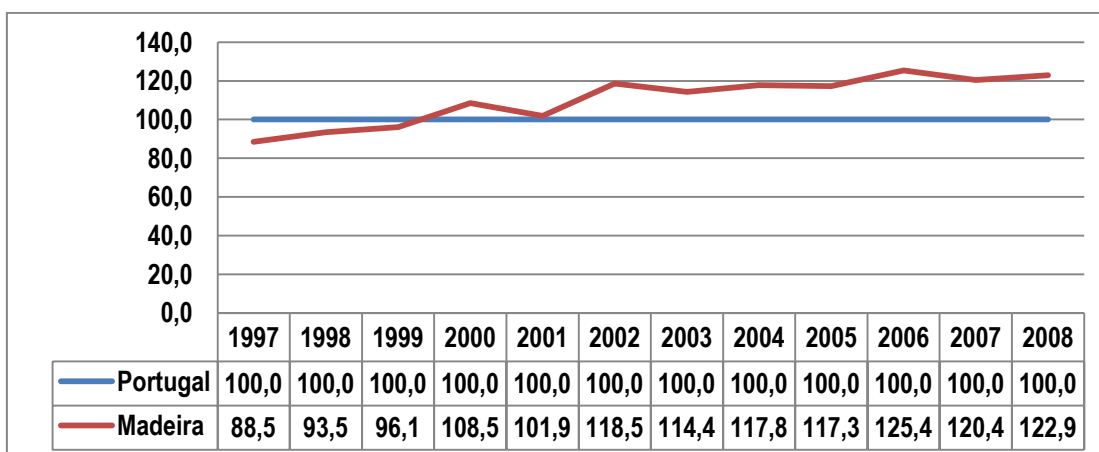
A região de Lisboa apresenta o mais elevado PIBpc Real das regiões NUTS II portuguesas com uma tendência crescente ao longo dos anos (139,9 em 1997 e 140,7 em 2008) face à média nacional (100). O Algarve apresenta um PIBpc Real entre 1997 e 2008 sempre superior à média nacional, sendo a 2^a região com valores mais elevados entre 1997 e 1999 e no ano de 2001 (Gráfico 12).

Gráfico 12 – A evolução do PIBpc Real das regiões NUTS I e II portuguesas face à média nacional (PT=100), de 1997 a 2008



A Madeira apresenta um dos mais elevados PIB pc Real das regiões NUTS II portuguesas com uma tendência crescente ao longo dos anos e foi a 2^a região portuguesa com valores mais elevados (só ultrapassada pela região de Lisboa) nos anos de 2001 e entre 2002 e 2008 (Gráfico 13).

Gráfico 13 - A evolução do PIBpc Real da Madeira face à média nacional, de 1997 a 2008 (PT=100)



5. Análise do crescimento económico das regiões NUTS I e II

No período de 1997 a 2008 (12 anos) (Tabela 13), a Madeira foi a região NUTS II portuguesa que mais cresceu em termos reais, com uma variação total (62,3%) e média aritmética anual (5,2%) do PIBpc Real muito superiores à média nacional (16,9%) e às restantes regiões NUTS II. No período de 1997 a 2000 (4 anos), a Madeira apresenta o mais elevado crescimento do PIB Real dos 3 períodos (de 4 anos) considerados, com uma variação total (37,3%) e média aritmética anual (9,3%) muito superiores à média do país (10,6%) e às restantes 6 regiões NUTS II. Neste período o PIB Real da Madeira registou aumentos elevados (superiores a 6,5%). No período de 2001 a 2004 (4 anos), a Madeira continuou com um elevado crescimento do PIB Real mas inferior ao registado no período anterior, com uma variação total (15,0%) e média aritmética anual (3,8%) do PIBpc Real muito superior ao registado em termos médios no país (-0,6%) e às restantes 6 regiões NUTS II. O PIBpc Real da Madeira registou neste período um elevado aumento (16,3%) no ano de 2002 e diminuições significativas nos anos de 2001 (-4,9%) e 2003 (-5,0%). No período de 2005 a 2008 (4 anos), a Madeira continuou com um elevado crescimento do PIB Real, mas inferior aos 2 períodos anteriores, com uma taxa de variação total (8,2%) e média aritmética anual (2,0%) do PIBpc Nominal superiores à média nacional (3,3%) e às restantes regiões NUTS II. É de registar neste período o elevado aumento do PIBpc Real no ano de 2006 (8,1%), uma diminuição ligeira no ano de 2005 (-0,1%) e no ano de 2007 (-1,9%).

Tabela 13 - As taxas de variação do PIB a preços constantes, por períodos e média anual das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1997 a 2008

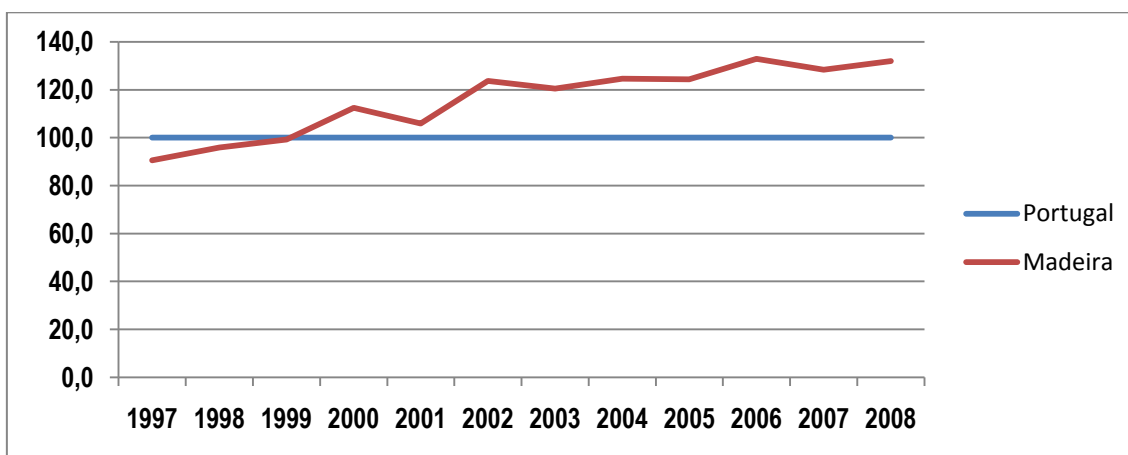
	(%)							
	Período de 1997 a 2000		Período de 2001 a 2004		Período de 2005 a 2008		Período de 1997 a 2008	
	Total	Média anual	Total	Média anual	Total	Média anual	Total	Média anual
Portugal	12,1	3,0	-0,6	-0,1	3,3	0,8	16,9	1,4
Continente	11,4	2,8	-1,0	-0,2	3,1	0,8	15,8	1,3
1. Norte	9,1	2,3	-4,3	-1,1	5,0	1,3	13,3	1,1
2. Centro	13,0	3,3	-0,5	-0,1	1,2	0,3	14,7	1,2
3. Lisboa	12,6	3,1	0,8	0,2	2,4	0,6	17,6	1,5
4. Alentejo	10,2	2,6	2,1	0,5	3,4	0,8	15,2	1,3
5. Algarve	11,4	2,9	-3,5	-0,9	0,7	0,2	12,6	1,0
6. Açores	15,1	3,8	3,0	0,8	5,5	1,4	33,6	2,8
7. Madeira	37,3	9,3	15,0	3,8	8,2	2,0	62,3	5,2

5.3. PIBpc Nominal das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1997 a 2008

Lisboa é a região NUTS II portuguesa que apresenta historicamente o mais elevado PIBpc Nominal (superior a 40% face à média nacional (100)). O Algarve apresenta um PIBpc Nominal superior a cerca de 10% face à média do país, sendo de 1997 a 1999 e no ano de 2001 a 2ª região portuguesa com o PIBpc Nominal mais elevado do país.

A Madeira apresenta um PIBpc Nominal nos anos de 1997 a 1999 e no ano de 2001 inferior à região do Algarve, e nos restantes anos (2000 e 2002 a 2008) apresenta o 2º mais elevado valor entre as regiões NUTS II portuguesas, só inferior à região de Lisboa. Foi a região NUTS II que mais cresceu em termos de PIB Nominal, passando de um valor (90,5) no ano de 1997 inferior à média nacional, para um valor (132,0) em 2008 superior a esta e próximo da região de Lisboa (140,0) (Gráfico 14).

Gráfico 14 - A evolução do PIBpc Nominal da Madeira face à média nacional, de 1997 a 2008 (PT=100)



No período de 1997 a 2008 (12 anos) (Tabela 14), a Madeira foi a região NUTS II portuguesa que mais cresceu economicamente em termos nominais, com uma variação total (136,4%), média aritmética anual (11,4%) e média geométrica anual (8,6%) do PIBpc Nominal muito superiores à média nacional e às restantes regiões NUTS II. No período de 1997 a 2000 (4 anos), a Madeira apresenta o mais elevado crescimento do PIBpc Nominal dos 3 períodos (de 4 anos cada) considerados, com uma variação total (54,0%) e média aritmética anual (13,5%) muito superiores à média do país e às restantes 6 regiões NUTS II. Neste período o PIBpc Nominal em € da RAM apresentou elevadas (superiores a 10%) taxas de variação média anual face ao ano anterior. No período de 2001 a 2004 (4 anos), a Madeira continuou com um elevado crescimento do

PIBpc Nominal mas inferior ao registado no período anterior, com uma variação total (28,1%) e média aritmética anual (7,0%) do PIBpc Nominal que é mais do triplo do registado em termos médios no país e muito superior às restantes 6 regiões NUTS II. O PIBpc Nominal da Madeira registou neste período um elevado aumento (20,8%) no ano de 2002 e ligeiras diminuições nos anos de 2001 (-1,2%) e 2003 (-1,1%), as únicas registadas entre 1997 e 2008. No período de 2005 a 2008 (4 anos), a Madeira continuou com um elevado crescimento do PIB Nominal, mas inferior aos 2 períodos anteriores, com uma taxa de variação total (18,2%) e média aritmética anual (4,5%) do PIBpc Nominal superiores à média nacional e às restantes regiões NUTS II. É de registar neste período o elevado aumento do PIBpc Nominal no ano de 2006 (11,2%), enquanto os aumentos registados nos outros anos foram mais moderados.

Tabela 14 - As taxas de variação do PIBpc a preços correntes, por períodos e média anual, das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1997 a 2008

(%)

	Período de 1997 a 2000		Período de 2001 a 2004		Período de 2005 a 2008		Período de 1997 a 2008	
	Total	Média anual	Total	Média anual	Total	Média anual	Total	Média anual
Portugal	24,0	6,0	8,8	2,2	11,3	2,8	62,0	5,2
Continente	23,1	5,8	8,4	2,1	11,1	2,8	60,1	5,0
1. Norte	20,2	5,1	4,9	1,2	13,2	3,3	56,0	4,7
2. Centro	25,3	6,3	9,1	2,3	8,7	2,2	58,3	4,9
3. Lisboa	24,3	6,1	9,7	2,4	10,4	2,6	62,2	5,2
4. Alentejo	21,9	5,5	11,1	2,8	10,1	2,5	58,9	4,9
5. Algarve	25,3	6,3	9,1	2,3	9,9	2,5	66,2	5,5
6. Açores	29,1	7,3	13,2	3,3	12,9	3,2	88,2	7,3
7. Madeira	54,0	13,5	28,1	7,0	18,2	4,5	136,4	11,4

5.4. Conclusões sobre o crescimento económico da RAM, de 1997 a 2008

A RAM no período de 1997 a 2008 (12 anos), foi a região NUTS II portuguesa que apresentou o mais elevado crescimento económico real⁴⁷, divergindo positivamente face à média nacional. Os anos em que a RAM mais cresceu economicamente em termos reais foram no período de 1997 a 2000 e nos anos de 2002, 2004, 2006 e 2008, tendo registado decréscimos nos anos de 2001, 2003, 2005 e 2007.

⁴⁷ Medido pelo PIBpc Real ou a preços constantes.

6. Análise do desenvolvimento das regiões NUTS I e II

O objectivo deste Capítulo é analisar a vários níveis o desenvolvimento das regiões NUTS I e II portuguesas, através de um conjunto de indicadores simples e compostos. Ao nível humano – vida longa e saudável, nível de conhecimentos e nível de vida digno, ao nível do poder de compra – per capita e percentual e aos níveis da competitividade, coesão e qualidade ambiental.

6.1. O IDH das regiões NUTS I e II, de 1997 a 2008

6.1.1. As componentes do IDH

6.1.1.1. A Esperança Média de Vida à Nascimento (EVN), de 1997 a 2008

Todas as 7 regiões NUTS II portuguesas, apresentam uma tendência generalizada de aumento da Esperança Média de Vida à Nascimento (EVN), registando o país em termos médios uma melhoria de 3,6 anos (4,7%) (Tabela 15). As 5 regiões do Continente português são que têm mais elevadas EVN, apresentando no ano de 2008 valores próximos aos 80 anos. As 2 regiões autónomas apresentam EVN mais baixas, sendo que os Açores apresentam valores ligeiramente superiores à Madeira. Os Açores em termos de variação em anos e em percentagem apresentam o maior aumento (mais 4,7 anos e 6,6%), seguido do Centro (3,9 anos e 5,2%) e do Norte (3,9 anos e 5,1%).

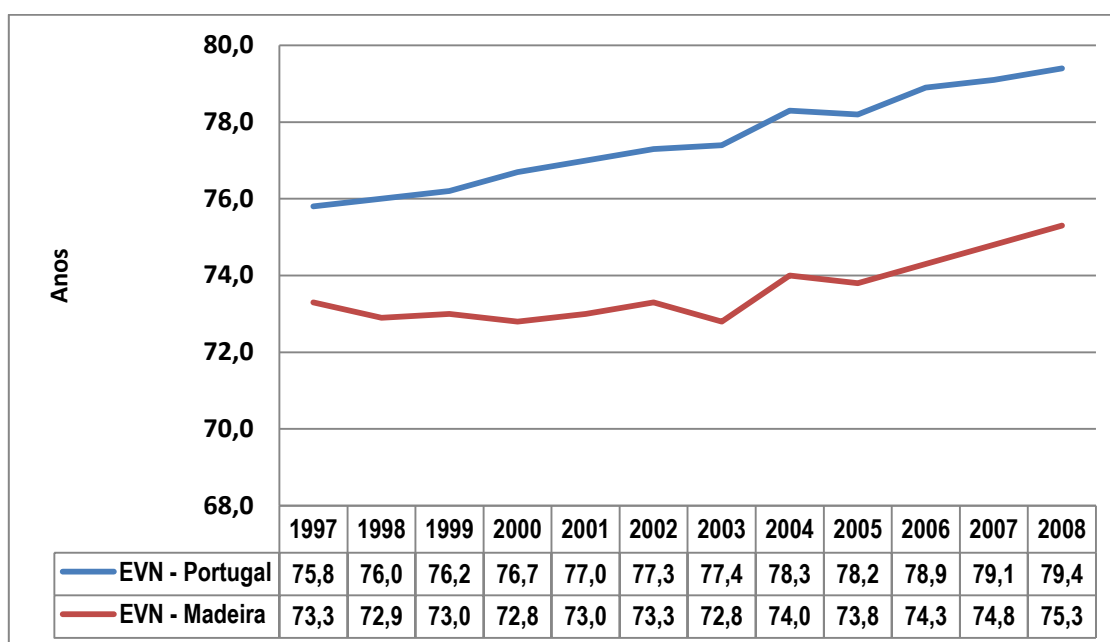
Tabela 15 - As taxas de variação da EVN das regiões NUTS I e II portuguesas, por períodos e média anual, de 1997 a 2008

(%)

	Período de 1997 a 2000		Período de 2001 a 2004		Período de 2005 a 2008		Período de 1997 a 2008	
	Total	Média anual	Total	Média anual	Total	Média anual	Total	Média anual
Portugal	1,2	0,3	1,7	0,4	1,5	0,4	4,7	0,4
Continente	1,3	0,3	1,7	0,4	1,5	0,4	4,7	0,4
1. Norte	1,4	0,4	1,8	0,5	1,8	0,4	5,1	0,4
2. Algarve	1,3	0,3	1,3	0,3	1,3	0,3	4,5	0,4
3. Centro	1,3	0,3	1,7	0,4	1,4	0,4	5,2	0,4
4. Lisboa	0,9	0,2	1,6	0,4	1,2	0,3	3,7	0,3
5. Alentejo	1,2	0,3	1,0	0,3	1,4	0,4	4,0	0,3
6. Açores	2,2	0,6	0,7	0,2	2,1	0,5	6,6	0,5
7. Madeira	-0,7	-0,2	1,4	0,3	2,0	0,5	2,7	0,2

A Madeira, apresenta a mais baixa EVN e a menor variação em anos entre as regiões NUTS II, com um aumento total de 2 anos e uma diferença face à média nacional de 4 a 5 anos. A Madeira só a partir do ano de 2008 ultrapassou os 75 anos de EVN, enquanto as 5 regiões do Continente português antes de 1997 e os Açores a partir de 2006 já tinham ultrapassado este patamar. Por género na Madeira, as mulheres apresentam uma EVN de aproximadamente mais 9-10 anos do que os homens, sendo que em 1997 as mulheres já apresentavam uma EVN próxima dos 80 anos, enquanto os homens só a partir de 2008 ultrapassaram os 70 anos de esperança média de vida à nascença (Gráfico 15).

Gráfico 15 - A evolução da EVN de Portugal e da Madeira, de 1997 a 2008



6.1.1.2. A Taxa Bruta de Escolarização (TBE), de 1997 a 2008

De 1997 a 2008, a TBE^{48 49} (dados pormenorizadas no Anexo XI) das regiões NUTS I e II portuguesas tem vindo a aumentar de uma forma generalizada (Tabela 16). As regiões de Lisboa e do Algarve são as que apresentam mais elevadas TBE (superiores a 100%), seguidas do Centro e do Norte com TBE próximas à média nacional. Por outro lado, os Açores apresentam as mais baixas TBE entre as regiões NUTS II.

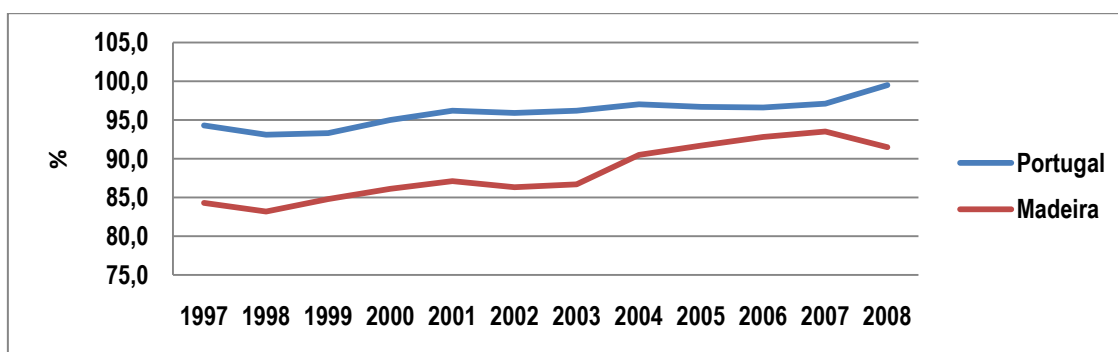
Tabela 16 - As taxas de variação da TBE das regiões NUTS I e II portuguesas, por períodos e média anual, de 1997 a 2008

(%)

	Período de 1997 a 2000		Período de 2001 a 2004		Período de 2005 a 2008		Período de 1997 a 2008	
	Total	Média anual	Total	Média anual	Total	Média anual	Total	Média anual
Portugal	0,7	0,2	0,8	0,2	2,9	0,7	5,5	0,5
Continente	0,8	0,2	0,7	0,2	3,1	0,8	5,8	0,5
1. Norte	-2,5	-0,6	0,1	0,0	5,2	1,3	5,5	0,5
2. Algarve	3,6	0,9	-0,3	-0,1	2,3	0,6	5,4	0,4
3. Centro	2,3	0,6	3,2	0,8	0,4	0,1	5,9	0,5
4. Lisboa	6,3	1,6	-2,6	-0,6	5,3	1,3	8,5	0,7
5. Alentejo	2,1	0,5	0,5	0,1	0,0	0,0	4,3	0,4
6. Açores	-4,4	-1,1	-1,0	-0,2	-1,4	-0,3	-8,6	-0,7
7. Madeira	2,1	0,5	3,9	1,0	-0,2	-0,1	8,5	0,7

A Madeira apresenta uma das mais baixas TBE das regiões NUTS II com uma tendência crescente ao longo dos anos, tendo aumentado de 1997 (84,3%) para 2008 (91,5%) (Gráfico 16). Constatamos uma diminuição dos alunos matriculados no Ensino Básico de 15,4% (6.311 alunos) e no Ensino Secundário de 3,0% (309 alunos) e um aumento no Ensino Superior de 15,8% (514 alunos).

Gráfico 16 - A evolução da TBE de Portugal e da Madeira, de 1997 a 2008



⁴⁸ A TBE mede a relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, independentemente da idade, e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudos. Fonte: INE.

⁴⁹ A TBE combinada do básico, secundário e superior em Portugal no ano de 1980 era inferior a 60%, tendo vindo a aumentar sucessivamente até ao ano 2008, onde apresentava um valor próximo dos 100%. Este facto deve-se essencialmente ao aumento da escolaridade obrigatória e à massificação do ensino em Portugal a todos os níveis, nomeadamente no superior, fazendo com que a TBE neste nível de ensino aumentasse bastante no país, contribuindo deste modo para o aumento da TBE.

6.1.1.3. O PIB per capita em PPS, de 1997 a 2008

A região de Lisboa é a região NUTS II que apresenta um PIBpc em PPS mais elevado, cerca de 40% acima da média nacional. As 2 outras regiões com valores superiores à média nacional são o Algarve (cerca de mais 10%) e a Madeira (que a partir do ano 2000 ultrapassou a média nacional).

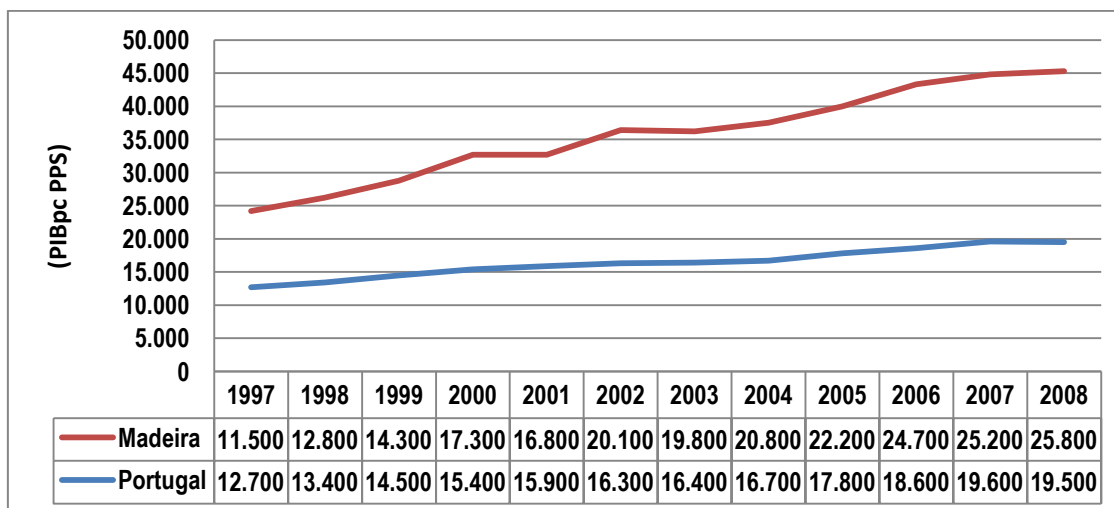
Tabela 17 - As taxas de variação do PIBpc em PPS das regiões NUTS I e II portuguesas, por períodos e média anual, de 1997 a 2008

(%)

	Período de 1997 a 2000		Período de 2001 a 2004		Período de 2005 a 2008		Período de 1997 a 2008	
	Total	Média anual	Total	Média anual	Total	Média anual	Total	Média anual
Portugal	21,3	5,3	5,0	1,3	9,6	2,4	53,5	4,5
Continente	21,1	5,3	4,4	1,1	9,0	2,2	51,6	4,3
1. Norte	17,9	4,5	1,6	0,4	11,4	2,9	47,2	3,9
2. Algarve	22,4	5,6	5,2	1,3	7,3	1,8	50,5	4,2
3. Centro	21,9	5,5	5,9	1,5	7,9	2,0	52,8	4,4
4. Lisboa	19,3	4,8	7,6	1,9	9,7	2,4	52,1	4,3
5. Alentejo	21,7	5,4	5,7	1,4	8,0	2,0	55,8	4,6
6. Açores	26,5	6,6	9,4	2,4	11,6	2,9	79,4	6,6
7. Madeira	50,4	12,6	23,8	6,0	16,2	4,1	124,3	10,4

A Madeira apresenta em termos globais, entre 1997 e 2008, a mais elevada taxa de variação (124,3%) do PIBpc em PPS das NUTS II, com um aumento médio anual superior a 10,4% (Tabela 17). Entre 1997 e 2000, o PIBpc em PPS da Madeira teve um aumento elevado (50,4%), sendo que no período de 2001 a 2004 o aumento foi menor (23,8%) e de 2005 a 2008 o aumento (16,2%) foi inferior ao período anterior. Verificamos que a Madeira nos 3 períodos analisados apresentou sempre os mais elevados aumentos do PIBpc em PPS das NUTS II, muito superior à média nacional e às restantes 6 regiões NUTS II.

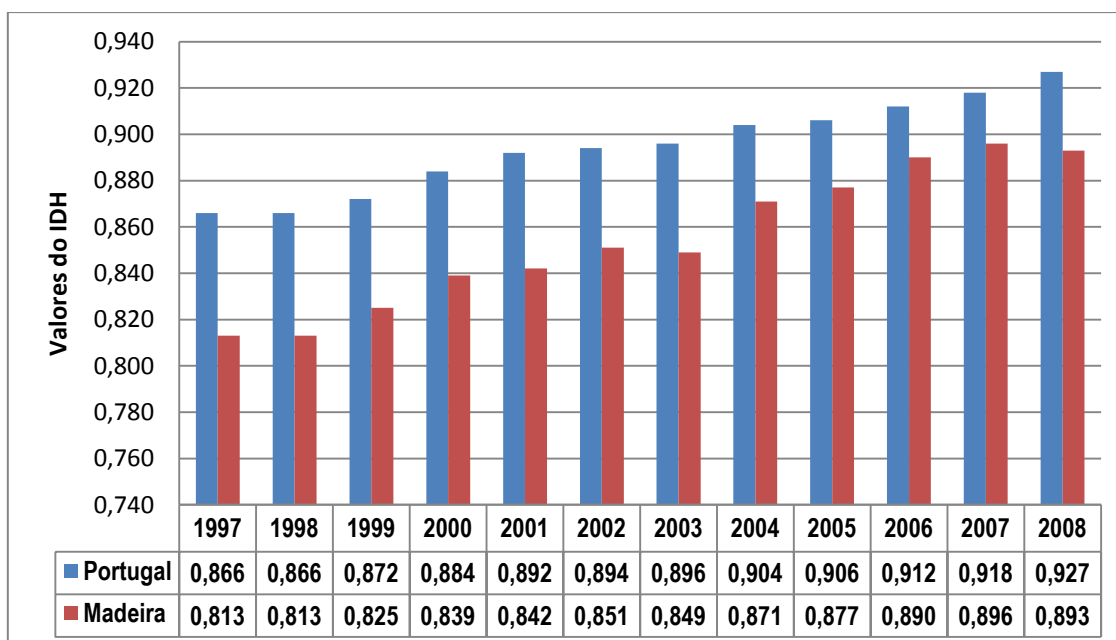
Gráfico 17 - Evolução do PIBpc em PPS de Portugal e da Madeira, de 1997 a 2008



6.1.2. O IDH das regiões NUTS I e II

O IDH⁵⁰ das regiões NUTS I e II portuguesas apresenta valores tendencialmente crescentes, entre 1997 e 2008, iguais ou superiores a 0,800⁵¹, que as colocam segundo os patamares dos níveis de desenvolvimento definidos pelo PNUD com um desenvolvimento alto/muito alto (Gráfico 18). As regiões NUTS II que apresentam um valor do IDH superior a 0,900 (considerado como um nível de desenvolvimento muito alto pelo PNUD) são Lisboa (em todos os anos considerados), o Algarve (a partir do ano 2000), o Centro (2007 e 2008) e o Alentejo (2008). Por outro lado, os Açores apresentam os valores do IDH mais baixos das regiões NUTS II portuguesas.

Gráfico 18 - O IDH de Portugal e da Madeira, de 1997 a 2008



No período de 1997 a 2000 (4 anos), Lisboa foi a região NUTS II em que o IDH mais cresceu (3,9%), seguida do Algarve (3,3%) e da Madeira (3,2%), com taxas de crescimento superiores à média nacional (2,1%). A Madeira apresentou neste período uma elevada (3,2%) taxa de variação do IDH, devido essencialmente à elevada (50,4) taxa de variação do PIBpc em PPS, sendo que a EVN diminuiu (-0,7%) e a TBE registou um aumento (2,1%) inferior ao verificado no IDH. No período de 2001 a 2004 (4 anos), a Madeira foi a região NUTS II que registou a mais elevada taxa de variação (3,4%) do IDH, seguida da Centro (2,4%), sendo as únicas regiões com um aumento

⁵⁰ Fórmula de cálculo do IDH: $IDH = \frac{IEV+IE+IPIB}{3}$

⁵¹ 0,800, é o patamar mínimo do nível de desenvolvimento considerado alto. Valor atingido pelos Açores, no ano de 1997, sendo todos os restantes valores obtidos superiores a 0,800.

percentual superior à média nacional (1,3%). A Madeira registou neste período, um elevado aumento do PIBpc em PPS (23,8%) que contribuiu positivamente para o aumento verificado do IDH. Entre 2 outras componentes, a TBE registou um aumento superior (3,9%) e a EVN um aumento (1,4%) inferior ao verificado no IDH. No período de 2005 a 2008 (4 anos), o Norte foi a região NUTS II em que o IDH mais cresceu (3,3%), seguido de Lisboa (3,0%), do Algarve (1,9%) e da Madeira (1,8%). Na Madeira, o aumento (1,8%) foi inferior ao verificado na média do país (2,4%), sendo o menor aumento registado na região nos 3 períodos considerados. Neste período, o aumento (16,2%) do PIBpc em PPS da Madeira foi inferior ao aumento dos 2 períodos anteriores, a TBE regrediu ligeiramente (-0,2%) e a EVN aumentou (2,0%). No período de 1997 a 2008 (12 anos), a Madeira foi a região NUTS II em que o IDH mais cresceu em termos globais (9,8%) e médios anuais (0,8%), sendo que as 5 regiões do Continente português apresentaram taxas de crescimento globais e médias anuais próximas à média nacional e os Açores apresentou as mais baixas taxas de crescimento entre as regiões NUTS II. Na Madeira é de registar o aumento (124,3%) elevado verificado no PIBpc em PPS muito superior à média nacional (53,5%), enquanto os aumentos registados na TBE (8,5%) e na EVN (2,7%) foram inferiores aos que se verificaram em termos médios no país (TBE (5,5%) e EVN (4,7%)) (Tabela 19).

Tabela 19- As taxas de variação do IDH das regiões NUTS I e II portuguesas por períodos e média anual, de 1997 a 2008

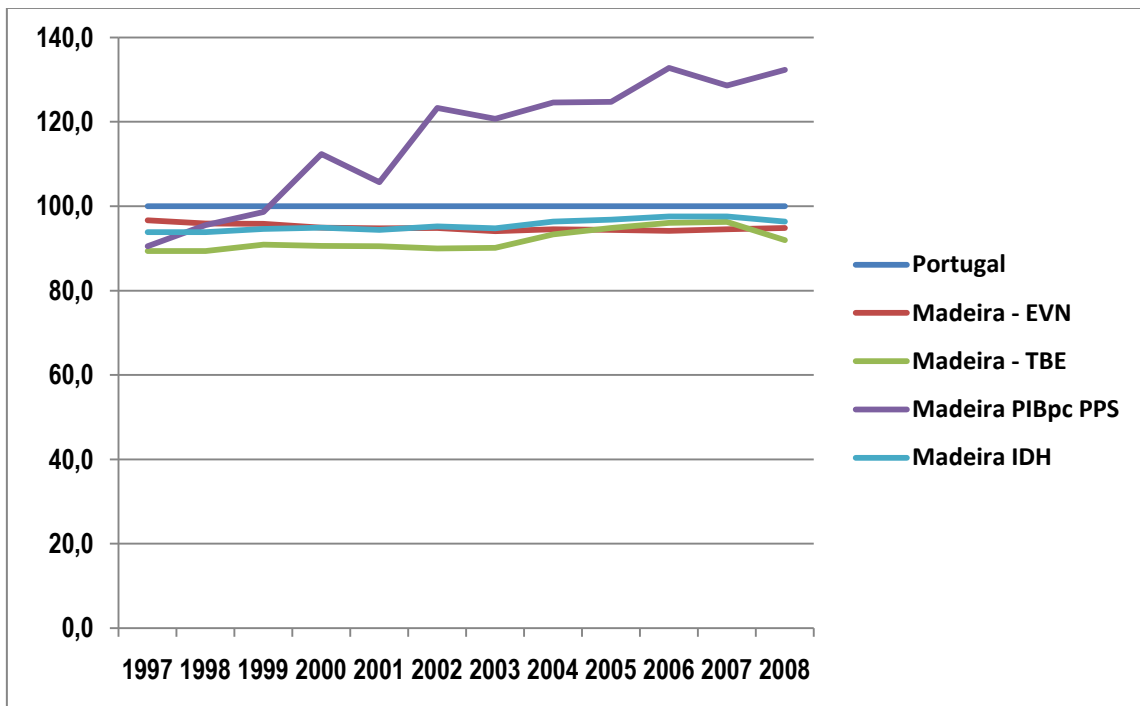
(%)

	Período de 1997 a 2000		Período de 2001 a 2004		Período de 2005 a 2008		Período de 1997 a 2008	
	Total	Média anual	Total	Média anual	Total	Média anual	Total	Média anual
Portugal	2,1	0,5	1,3	0,3	2,3	0,6	7,0	0,6
Continente	2,2	0,5	1,3	0,3	2,4	0,6	7,1	0,6
1. Norte	1,0	0,2	1,1	0,3	3,3	0,8	7,2	0,6
2. Algarve	3,3	0,8	0,8	0,2	1,9	0,5	6,8	0,6
3. Centro	2,6	0,7	2,4	0,6	1,2	0,3	7,2	0,6
4. Lisboa	3,9	1,0	0,2	0,1	3,0	0,8	7,7	0,6
5. Alentejo	2,6	0,7	1,0	0,2	1,2	0,3	6,3	0,5
6. Açores	1,1	0,3	0,6	0,2	1,3	0,3	4,2	0,4
7. Madeira	3,2	0,8	3,4	0,9	1,8	0,5	9,8	0,8

6.1.3. Contributos de cada uma das componentes (IEV, IE e IPIB) para o IDH da RAM

O IDH da RAM apresenta valores inferiores mas com uma tendência de aproximação à média nacional, convergindo⁵² positivamente para esta. O IEV apresenta valores inferiores com uma tendência de afastamento da média nacional, divergindo negativamente desta. O IE apresenta valores inferiores mas com uma tendência de aproximação à média do país, convergindo positivamente para esta. O IPIB apresenta uma tendência elevada de crescimento ao longo dos anos e é a única componente do IDH da RAM que apresenta valores superiores (a partir do ano 2000) à média nacional, divergindo positivamente desta (Gráfico 19).

Gráfico 19 - A evolução do IDH da Madeira e das suas componentes face à média nacional (PT=100), de 1997 a 2008

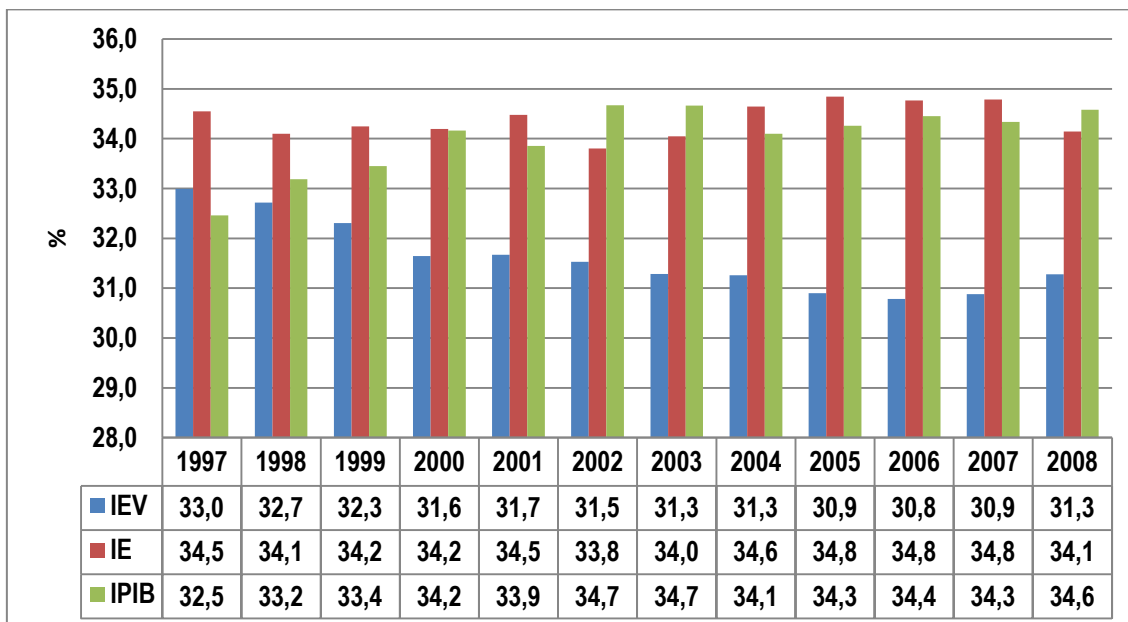


Considerando os contributos de cada uma das componentes para média (100) do IDH da RAM (Gráfico 20), verificamos que o Índice de Esperança de Vida à Nascimento (IEV) apresenta uma contribuição com tendência decrescente (33,0% em 1997 e 31,3% em 2008), o Índice de Educação (IE) uma contribuição estável (34% a 35%) e o Índice do PIB (IPIB) uma contribuição crescente (32,5% em 1997 e 34,6% em 2008) ao longo dos anos. O IE e o IPIB (a partir de 1999) apresentam valores superiores ao IDH da RAM,

⁵² Os conceitos de convergência e divergência são desenvolvidos no Capítulo 7.

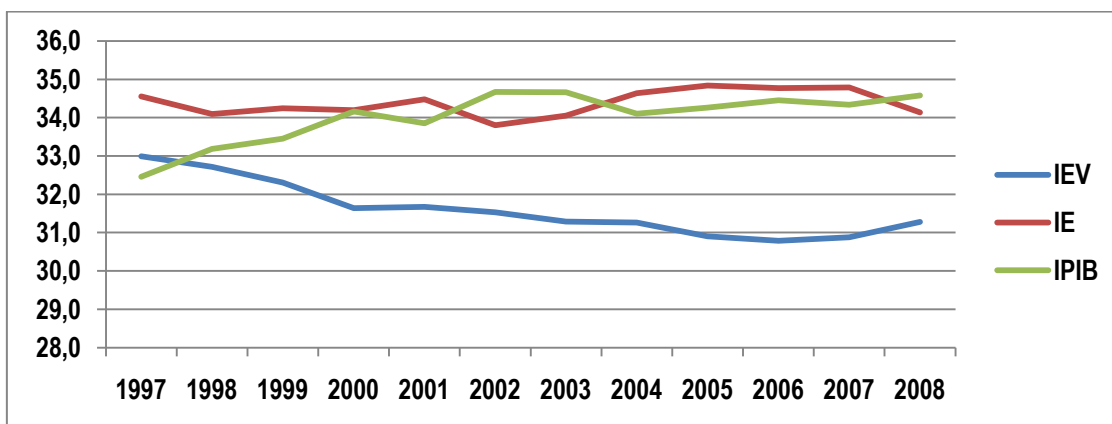
contribuindo positivamente para este, contrariamente ao IEV que apresenta sempre valores inferiores (Anexo XIV).

Gráfico 20 - Contributo de cada uma das componentes (IEV, IE e IPIB) para o IDH da RAM, de 1997 a 2008



Considerando os contributos de cada uma das componentes para média (100) do IDH da RAM (Gráfico 21), verificamos que o Índice de Esperança de Vida à Nascimento (IEV) apresenta uma contribuição com tendência decrescente (33,0% em 1997 e 31,3% em 2008), o Índice de Educação (IE) uma contribuição estável (34% a 35%) e o Índice do PIB (IPIB) uma contribuição crescente (32,5% em 1997 e 34,6% em 2008) ao longo dos anos. O IE e o IPIB (a partir de 1999) apresentam valores superiores ao IDH da RAM, contribuindo positivamente para este, contrariamente ao IEV que apresenta sempre valores inferiores (Anexo XIV).

Gráfico 21 - Contributo de cada uma das componentes (IEV, IE e IPIB) para o IDH da RAM, de 1997 a 2008



6.2. O poder de compra das regiões NUTS I e II, de 1997 a 2007

6.2.1. O Poder de compra per capita das regiões NUTS I e II, de 1997 a 2007

A região de Lisboa apresenta o mais elevado Poder de compra per capita (também designado Indicador per Capita do Poder de Compra (IpC)) das regiões NUTS II, muito superior à média nacional, apesar da tendência decrescente registada ao longo dos anos. Esta região apresentava no ano de 1997, um Poder de compra per capita superior (164,4) à média nacional (100), tendo vindo ao longo dos anos a convergir para esta (nos anos de 2005 e 2007 era superior (137) à média do país). O Algarve é a outra região NUTS II com um Poder de compra per capita superior à média nacional (com exceção do ano de 2000). As 5 restantes regiões apresentam um Poder de compra per capita inferior à média do país, sendo os Açores a região que apresenta os valores mais baixos (Tabela 18).

Tabela 18 - O Poder de compra per capita das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1997 a 2008

Regiões / Anos	1997	2000	2002	2004	2005	2007
Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Continente	102,0	101,7	101,3	101,0	100,5	100,5
1. Norte	83,2	86,0	85,6	83,9	85,5	86,2
2. Centro	71,4	77,5	79,9	79,0	83,9	83,8
3. Lisboa	164,6	136,8	147,9	149,3	137,3	136,9
4. Alentejo	69,1	70,3	77,0	76,8	85,6	87,3
5. Algarve	106,5	91,8	108,8	107,8	113,0	103,7
6. Açores	60,6	65,5	65,1	73,3	81,7	83,6
7. Madeira	64,4	72,5	81,3	83,7	96,6	95,5

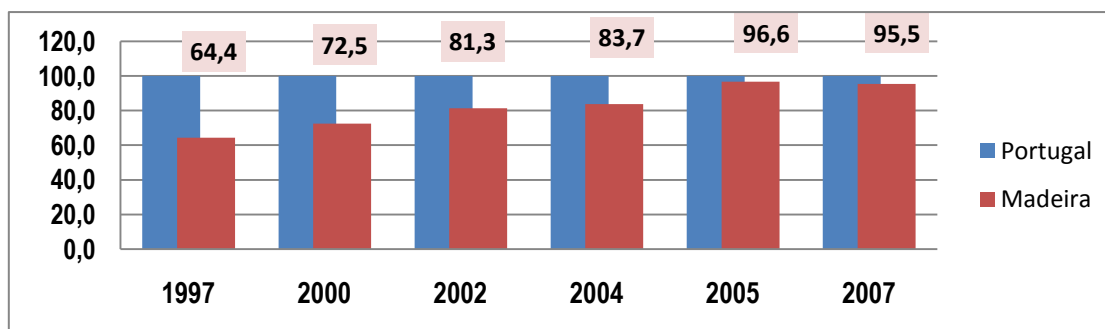
Os valores foram arredondados para 1 casa decimal.

Fonte: INE

Poder de compra per capita ou Indicador per Capita (IpC) do poder de compra

A Madeira apresentou um Poder de compra per capita entre 1997 (64,4) e 2007 (95,5) com uma tendência crescente e de aproximação à média nacional, convergindo positivamente para esta. A Madeira foi a região NUTS II que apresentou a taxa de variação média anual (4,4%) mais elevada face à média nacional (Gráfico 22).

Gráfico 22 - O Poder de compra per capita da RAM face à média nacional (PT=100), de 1997 a 2007



6.2.2. A Percentagem do Poder de Compra (PPC) das regiões NUTS I e II, de 1997 a 2007

Verificamos uma elevada concentração do poder de compra ao nível das regiões NUTS II portuguesas, pois 3 regiões (Lisboa, Norte e Centro) têm conjuntamente um elevado (superior a 85%) poder de compra, enquanto as restantes 4 regiões (Alentejo, Algarve, Açores e Madeira) apresentam conjuntamente um baixo (inferior a 15%) poder de compra. A região de Lisboa apresenta a PPC⁵³ mais elevada (entre 36% e 42%) do país, apesar da tendência decrescente ao longo dos anos, seguida da região Norte (mais ou menos 30%) e da região Centro (entre 17% a 19%) (Tabela 19).

Tabela 19 - A Percentagem do Poder de Compra (PPC) das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1997 a 2007

Regiões / Anos	1997	2000	2002	2004	2005	2007
Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Continente	96,9	96,5	96,6	96,4	95,9	95,9
1. Norte	29,6	30,8	30,3	29,8	30,2	30,4
2. Centro	16,2	17,4	18,2	17,9	18,9	18,8
3. Lisboa	42,1	39,7	38,1	38,9	36,1	36,2
4. Alentejo	5,3	5,4	5,7	5,7	6,2	6,3
5. Algarve	3,7	3,2	4,1	4,1	4,5	4,2
6. Açores	1,5	1,6	1,5	1,7	1,9	1,9
7. Madeira	1,7	1,9	1,9	1,9	2,2	2,2
Os valores foram arredondados para 1 casa decimal.						Fonte: INE
1.+2.+3.	87,9	87,9	86,7	86,6	85,2	85,4
4.+5.+6.+7.	12,1	12,1	13,3	13,4	14,8	14,6
6.+7.	3,1	3,5	3,5	3,6	4,1	4,1

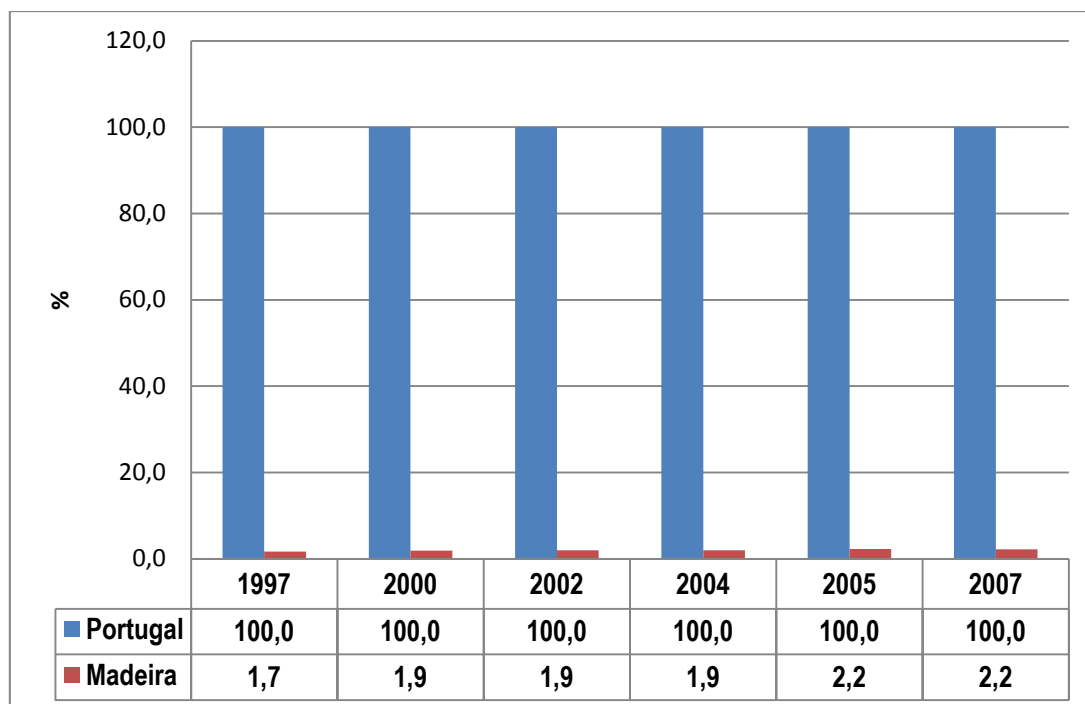
A Madeira apresenta uma das mais baixas (entre 1,7% e 2,2%) PPC das regiões NUTS II, com uma tendência crescente ao longo dos anos, convergindo positivamente para a média nacional (Gráfico 23).

⁵³ A PPC é calculada face ao total do país (100%) e não face à média do país.

Fórmula de cálculo da PPC:

PPC Norte ano n + PPC Centro ano n + PPC Lisboa ano n + PPC Alentejo ano n + PPC Algarve ano n + PPC Açores ano n + PPC Madeira ano n = 100%, ou seja, Σ PPC de todas as regiões = 100%.

Gráfico 23 - A PPC da RAM face à média nacional (PT=100%), de 1997 a 2007



A Madeira e os Açores representam conjuntamente entre 3,1% a 4,1% da PPC do país (PT = 100%), sendo que os Açores apresentam um valor ligeiramente inferior (0,2% a 0,4%) à Madeira (Tabela 19).

6.3. O Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) das regiões NUTS I e II, de 2004 a 2008

6.3.1. As componentes do ISDR das regiões NUTS I e II, de 2004 a 2008

6.3.1.1. A Competitividade (COM) das regiões NUTS I e II face à média nacional, de 2004 a 2008

Lisboa é a região NUTS II portuguesa com mais elevada Competitividade⁵⁴, superior a cerca de 13% face à média nacional. As outras 6 regiões apresentam uma Competitividade inferior à média do país, com excepção da Madeira no ano de 2004 (início do período considerado). O Algarve a partir de 2005 é a 2ª região NUTS II com mais elevada Competitividade, apresentando valores próximos (ligeiramente abaixo) à média nacional (Tabela 20).

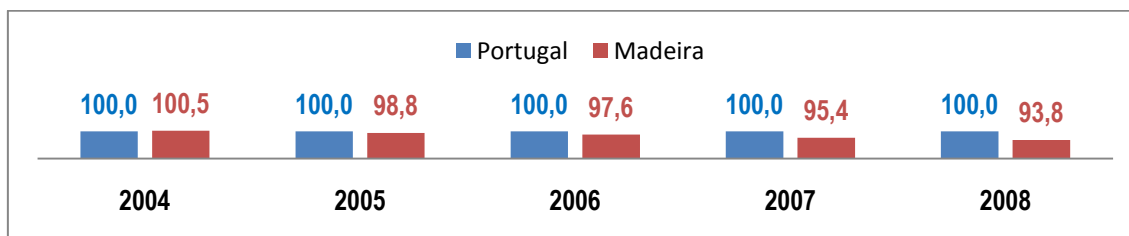
Tabela 20 - A Competitividade (COM) das regiões NUTS I e II face à média nacional, de 2004 a 2008

Regiões / Anos	(Portugal = 100)					Taxa de variação do desempenho face à média nacional, relativamente ao ano anterior (%)				
	2004	2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008	2005 - 08
Portugal	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Continente	100,15	100,18	100,28	100,28	100,33	0,03	0,10	0,00	0,05	0,18
1. Norte	95,13	96,59	96,73	97,21	97,34	1,53	0,14	0,50	0,13	2,32
2. Centro	93,77	93,71	93,46	93,59	93,38	-0,06	-0,27	0,14	-0,22	-0,42
3. Lisboa	112,96	112,91	113,51	112,64	112,88	-0,04	0,53	-0,77	0,21	-0,07
4. Alentejo	92,45	92,65	92,29	91,78	91,09	0,22	-0,39	-0,55	-0,75	-1,47
5. Algarve	98,11	98,38	97,13	98,39	98,92	0,28	-1,27	1,30	0,54	0,83
6. R. A. Açores	93,34	93,58	90,86	93,03	92,65	0,26	-2,91	2,39	-0,41	-0,74
7. R. A. Madeira	100,50	98,80	97,63	95,41	93,77	-1,69	-1,18	-2,27	-1,72	-6,70

Fonte: INE

A Madeira de 2004 a 2008 registou uma tendência de diminuição da Competitividade, ao longo dos anos (Gráfico 24).

Gráfico 24 - A Competitividade da RAM face à média nacional (PT=100), de 2004 a 2008



Apresenta no ano de 2004 um valor (100,50) superior e nos anos seguintes valores inferiores à média do país, registando a mais elevada taxa de variação negativa (-6,7%) face a esta.

⁵⁴ A Competitividade é um indicador compósito (Portugal = 100) que pretende acompanhar as assimetrias regionais do processo de desenvolvimento regional, na vertente competitividade (INE, Metainformação associada ao quadro ISDR (Competitividade)).

6.3.1.2. A Coesão (COES) das regiões NUTS I e II face à média nacional, de 2004 a 2008

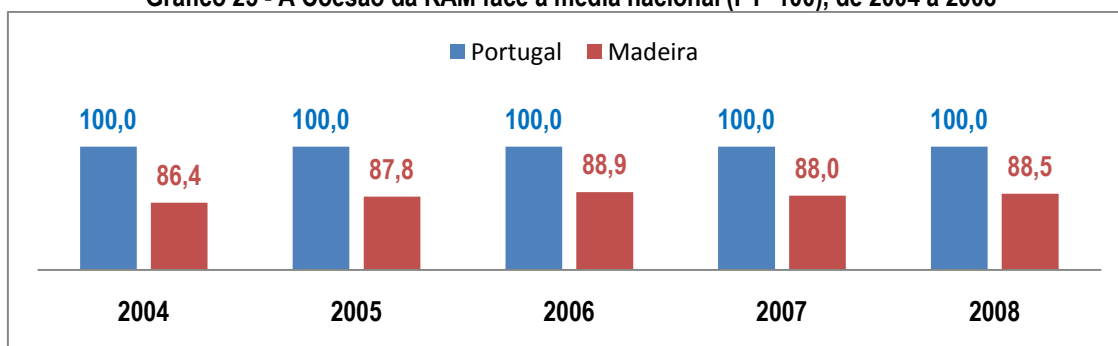
Lisboa é a região NUTS II que apresenta mais elevada (superior a 6% a 8%) coesão⁵⁵ face à média nacional, apesar da tendência de aproximação à média nacional ao longo dos anos. A região Centro é a 2ª região com uma coesão mais elevada entre as NUTS II e ligeiramente superior (cerca de mais 2%) à média nacional, seguida da região do Alentejo com valores muito próximos da média do país (Tabela 21).

Tabela 21 - A Coesão (COES) das regiões NUTS I e II face à média nacional, de 2004 a 2008

Regiões / Anos	(Portugal = 100)					Taxa de variação do desempenho face à média nacional, relativamente ao ano anterior				
	2004	2005	2006	2007	2008	(%)				
Portugal	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Continente	100,70	100,82	100,60	100,65	100,65	-0,08	-0,02	0,05	0,00	-0,05
1. Norte	95,13	94,61	94,81	95,54	96,44	-0,55	0,21	0,77	0,94	1,38
2. Centro	101,51	101,83	102,32	102,25	101,56	0,32	0,48	-0,07	-0,67	0,05
3. Lisboa	108,44	108,45	107,56	106,77	106,06	0,01	-0,82	-0,73	-0,66	-2,19
4. Alentejo	98,63	99,25	98,88	100,40	100,86	0,63	-0,37	1,54	0,46	2,26
5. Algarve	98,42	97,96	97,49	96,70	96,48	-0,47	-0,48	-0,81	-0,23	-1,97
6. R. A. Açores	84,63	86,46	86,29	85,21	84,61	2,16	-0,20	-1,25	-0,70	-0,02
7. R. A. Madeira	86,38	87,79	88,91	88,03	88,50	1,63	1,28	-0,99	0,53	2,45

Fonte: INE

A Madeira e os Açores apresentam os valores mais baixos (inferiores a 90%) da Coesão entre as regiões NUTS II face à média nacional, tendo a Madeira um nível de coesão ligeiramente superior aos Açores.

Gráfico 25 - A Coesão da RAM face à média nacional (PT=100), de 2004 a 2008

A Madeira apresenta uma tendência de crescimento da Coesão ao longo dos anos, com a maior taxa de variação face à média nacional, convergindo positivamente para esta. Das 3 componentes do Índice Global (IG), é na Coesão que a Madeira apresenta os valores mais baixos face à média do país (PT=100) (Gráfico 25).

⁵⁵ A Coesão é um indicador composto (Portugal=100) que pretende acompanhar as assimetrias do processo de desenvolvimento regional, na vertente coesão (INE, Metainformação associada ao quadro ISDR (Coesão)).

6.3.1.3. A Qualidade Ambiental (AMB) das regiões NUTS I e II, de 2004 a 2008

A Madeira é a região NUTS II portuguesa com mais elevada (excepto no ano de 2007, em que foi ultrapassada pela região de Lisboa) Qualidade Ambiental⁵⁶, apresentando valores superiores à média nacional. Constatamos que as 7 regiões NUTS II portuguesas apresentam níveis de Qualidade Ambiental próximos da média nacional, sendo as regiões do Algarve e dos Açores as que apresentam os valores mais baixos (Tabela 22).

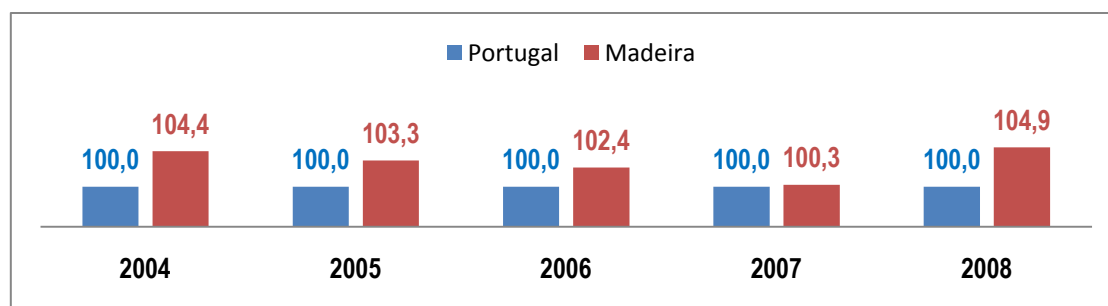
Tabela 22 - A Qualidade Ambiental (AMB) das regiões NUTS I e II face à média nacional, de 2004 a 2008

Regiões / Anos	2004	2005	2006	2007	2008	Taxa de variação do desempenho face à média nacional, relativamente ao ano anterior (%)				
						2005	2006	2007	2008	2005 - 08
Portugal	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Continente	99,96	98,88	100,04	100,14	100,00	-1,08	1,17	0,10	-0,14	0,04
1. Norte	99,87	99,66	98,30	99,41	100,36	-0,21	-1,36	1,13	0,96	0,49
2. Centro	101,75	101,70	101,69	100,12	99,33	-0,05	-0,01	-1,54	-0,79	-2,38
3. Lisboa	98,40	98,28	101,01	101,99	100,50	-0,12	2,78	0,97	-1,46	2,13
4. Alentejo	102,01	102,51	101,85	99,85	100,42	0,49	-0,64	-1,96	0,57	-1,56
5. Algarve	97,04	97,33	96,42	94,91	96,52	0,30	-0,93	-1,57	1,70	-0,54
6. R. A. Açores	97,25	101,56	96,00	94,05	95,10	4,43	-5,47	-2,03	1,12	-2,21
7. R. A. Madeira	104,41	103,26	102,41	100,25	104,90	-1,10	-0,82	-2,11	4,64	0,47

Fonte: INE

A Madeira nas 3 componentes do IG, é na Qualidade Ambiental que apresentou os valores mais elevados⁵⁷ face à média do país.

Gráfico 26 - A Qualidade Ambiental da RAM face à média nacional (PT=100), de 2004 a 2008



A Qualidade Ambiental da Madeira, nos anos de 2004 a 2007, convergiu face à média nacional (registando variações médias anuais negativas face à média nacional), divergindo de 2007 para 2008 (apresentando uma elevada taxa de variação positiva (4,64%) face à média do país) (Gráfico 26).

⁵⁶ “A Qualidade Ambiental é um indicador composto (Portugal=100) que pretende acompanhar as assimetrias regionais do processo de desenvolvimento regional, na vertente qualidade ambiental” (INE, Metainformação associada ao quadro ISDR (qualidade ambiental)).

⁵⁷ Nos 5 anos analisados, os indicadores onde a Madeira apresenta valores superiores à média do país (100) é na Qualidade Ambiental em todos os anos e na Competitividade no ano de 2004.

6.3.1.4. O Índice Global (IG) das regiões NUTS I e II, de 2004 a 2008

A região de Lisboa é a única região NUTS II do país que apresenta ao longo dos anos um IG⁵⁸ superior (6% a 8%, em termos anuais) à média nacional. As outras 4 regiões do Continente português apresentam IG's próximos mas abaixo da média nacional. Os Açores apresenta ao longo dos anos os mais baixos valores do IG face à média do país (Tabela 23).

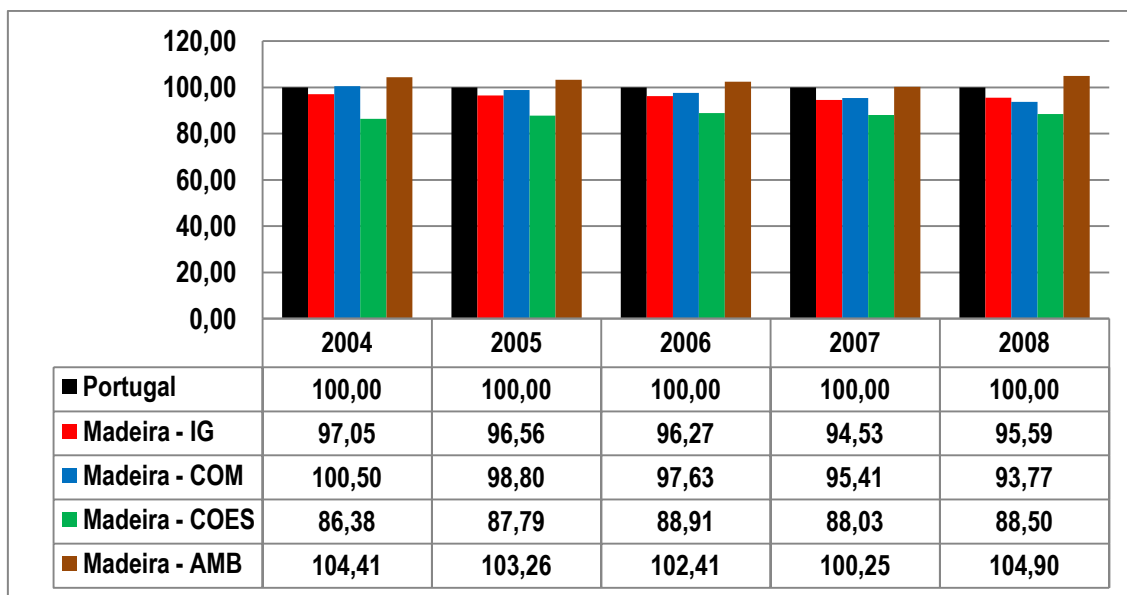
Tabela 23 - O Índice Global (IG) das regiões NUTS I e II face à média nacional (PT=100), de 2004 a 2008

Regiões / Anos	(Portugal = 100)					Taxa de variação do desempenho face à média nacional, relativamente ao ano anterior (%)				
	2004	2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008	2005 - 08
Portugal	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Continente	100,27	100,23	100,31	100,36	100,33	-0,04	0,08	0,05	-0,03	0,06
1. Norte	97,13	96,91	96,59	97,37	98,01	-0,23	-0,33	0,81	0,66	0,91
2. Centro	98,88	98,95	99,01	98,54	97,98	0,07	0,06	-0,47	-0,57	-0,91
3. Lisboa	106,82	106,77	107,56	107,29	106,67	-0,05	0,74	-0,25	-0,58	-0,14
4. Alentejo	97,55	97,98	97,85	97,21	97,29	0,44	-0,13	-0,65	0,08	-0,27
5. Algarve	97,87	97,91	97,02	96,72	97,35	0,04	-0,91	-0,31	0,65	-0,53
6. R. A. Açores	91,69	93,75	90,99	90,78	90,78	2,25	-2,94	-0,23	0,00	-0,99
7. R. A. Madeira	97,05	96,56	96,27	94,53	95,59	-0,50	-0,30	-1,81	1,12	-1,50

Fonte: INE

A Madeira apresenta um dos mais baixos (só superando os Açores) IG's do país (Gráfico 27), com uma tendência de divergência (de 2004 a 2007) e de convergência (de 2007 a 2008) face à média nacional.

Gráfico 27 - O IG da RAM e de Portugal (PT = 100) e as suas componentes (COM, Coes e AMB)

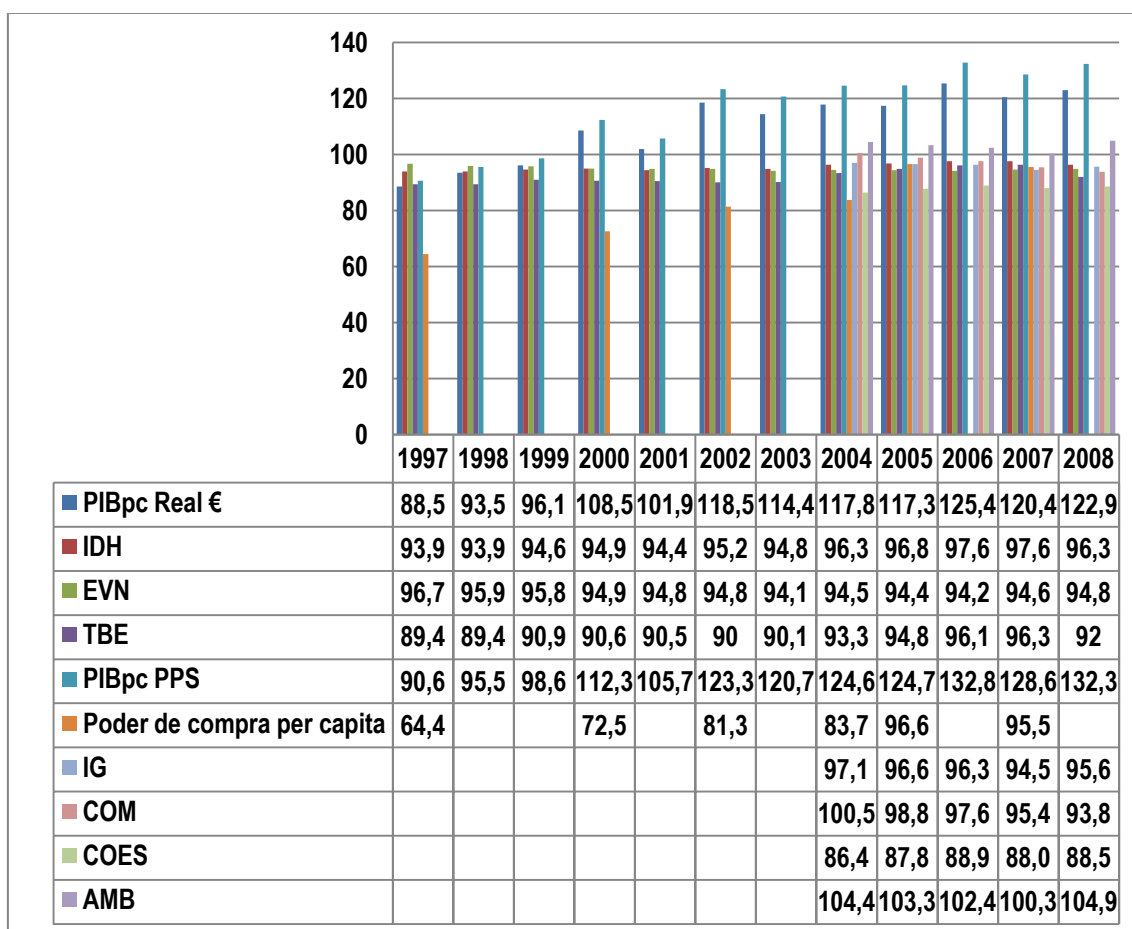


⁵⁸ O IG é um indicador composto que resulta da média simples de 3 componentes (Competitividade, Coesão e Qualidade Ambiental).

6.4. Conclusões sobre o desenvolvimento da RAM

Da análise da evolução ao longo dos anos dos vários indicadores (Gráfico 28) relativos ao desenvolvimento da RAM, verificamos que esta regista uma melhoria do desempenho na maioria dos indicadores (Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Taxa Bruta de Escolarização (TBE), PIBpc em PPS, Poder de compra per capita, Coesão (COES) e Qualidade Ambiental (AMB)) convergindo ou divergindo positivamente face à média nacional (PT=100).

Gráfico 28 - Evolução do crescimento económico/desenvolvimento da RAM face à média nacional (PT=100)



Em poucos indicadores (Esperança Média de Vida à Nascimento (EVN), Índice Global (IG) e Competitividade (COM)) do desenvolvimento, a RAM regista uma diminuição do desempenho face à média nacional, divergindo negativamente desta.

7. A Convergência e a Divergência económica

O objectivo deste Capítulo é definir os conceitos de Convergência (Positiva e Negativa) e de Divergência (Positiva e Negativa), e calcular os Quocientes (Q) da RAM, relativamente aos seus principais indicadores de crescimento económico e de desenvolvimento, que servirão de base à análise de Convergência e de Divergência a efectuar no Capítulo seguinte (8).

7.1. Noção de Convergência e de Divergência económica

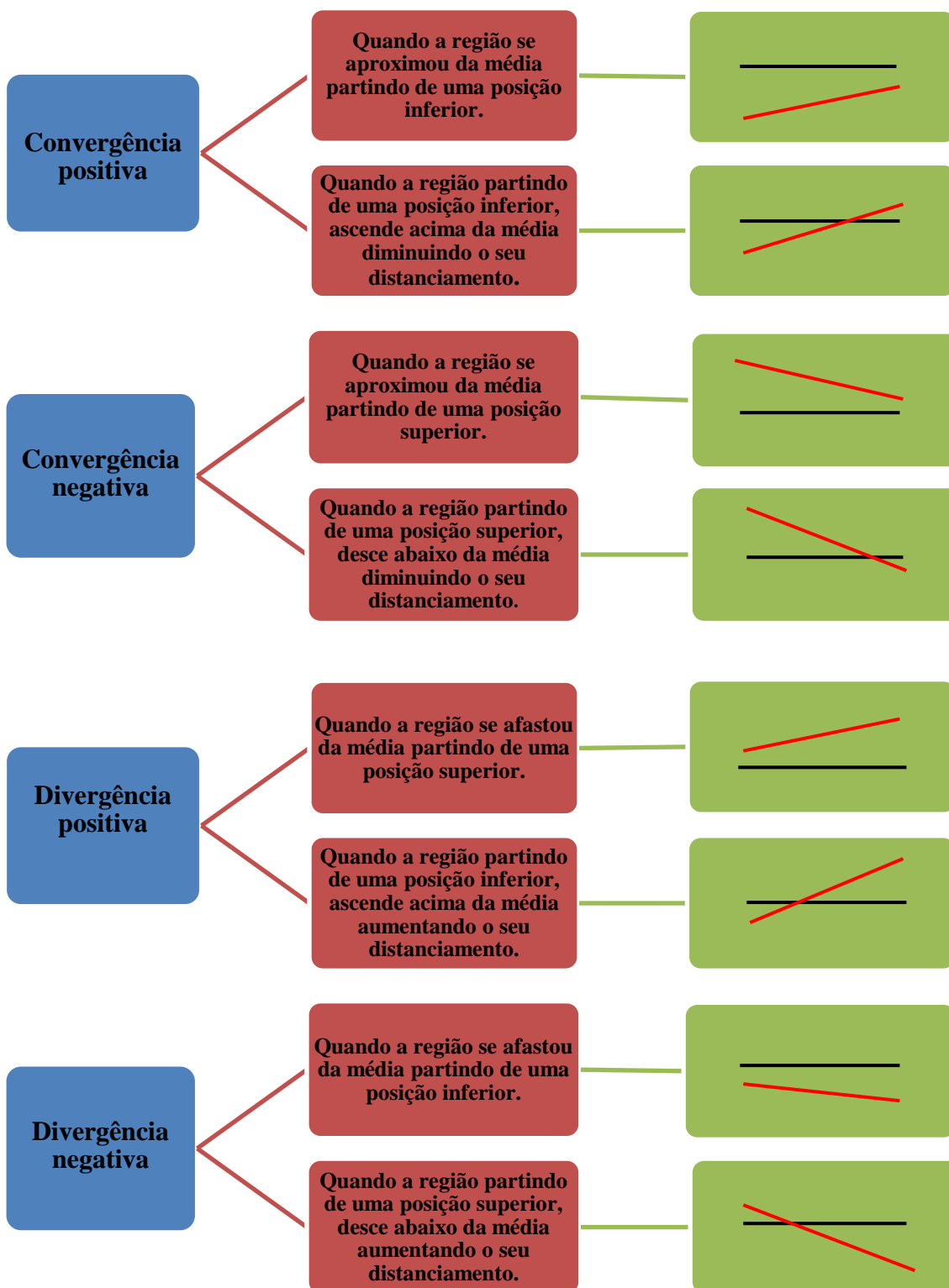
A convergência e a divergência económica entre territórios (por exemplo, regiões) pode avaliar-se na perspectiva aproximação/afastamento de cada território face à média nacional⁵⁹ (Gráfico 29).

Quando as regiões se aproximam da média nacional estão num processo que designamos de Convergência (C), que pode ser Positiva (CP) ou Negativa (CN).

Quando as regiões se afastam da média nacional estão num processo que designamos de Divergência (D), que pode ser Positiva (DP) ou Negativa (DN).

⁵⁹ “A Convergência económica pode analisar-se na perspectiva dos comportamentos de cada território, aproximação ou afastamento em relação à média de um indicador de nível nacional ou de outro de nível territorial de integração do conjunto de regiões a analisar. Na medida em que a própria média nacional de cada indicador é também variável no tempo, a análise de convergência não deve ser confundida com análise de crescimento. O sentido de Convergência (Divergência) depende das posições no início e no fim do período em análise. Deste modo, em função da amplitude e do sentido da variação do desempenho regional no indicador face ao desempenho nacional, podem ocorrer 8 situações que designamos de processos de convergência. Há Convergência (C), quando uma região se aproxima da média, vinda de baixo (Convergência Positiva (CP)) ou vinda de cima (Convergência Negativa (CN), pois a região perde avanço). Há Divergência (D) quando a região se afasta da média para baixo (Divergência Negativa (DN), pois a região aumenta o seu atraso em relação à média) ou para cima (Divergência Positiva (DP), pois a região ganha avanço). Em ambos os casos, o movimento pode corresponder a uma ultrapassagem da média, seja de um modo ascendente, seja de um modo descendente, designamos de Convergência Positiva (CP) quando a região partindo de uma posição inferior, ascende acima da média diminuindo o seu distanciamento, Convergência Negativa (CN) quando a região partindo de uma posição superior desce abaixo da média diminuindo o seu distanciamento, Divergência Positiva (DP) quando a região partindo de uma posição inferior ascende acima da média aumentando o seu distanciamento e Divergência Negativa (DN) quando a região partindo de uma posição superior desce abaixo da média aumentando o seu distanciamento” (Martins, 2009: 3 , 4 e 41 a 44).

Gráfico 29 - Tipos de Convergência e de Divergência de uma região face à média



Legenda:

Média —————

Região —————

7.2. Cálculo do Quociente regional (Qr) da RAM face à média nacional

Vamos calcular os Qr dos indicadores de crescimento económico e de desenvolvimento da RAM (Figuras 10 e Gráfico 30), partindo dos valores iniciais e finais de cada um destes e atribuindo à média do país o valor 100, como refere (Martins, 2009, p.41 e p.42) “Dados um indicador⁶⁰⁶¹ (X) e um período (t a t+k), sendo o momento inicial (t) e o momento final (t+k), uma região converge se se aproxima do valor desse indicador a nível nacional e diverge se se afasta”.

Calculando o Quociente regional da RAM (Q RAM) em módulo, pela fórmula seguinte:

$$|Q_{RAM}| = \left| \frac{\frac{X_{RAM,t+k}}{X_{PT,t+k}} - 1}{\frac{X_{RAM,t}}{X_{PT,t}} - 1} \right|$$

Sendo:

- Q RAM – Quociente da Região Autónoma da Madeira.
- X RAM – Valor do indicador para a RAM.
- X PT – Valor do indicador para Portugal.
- t – Momento inicial.
- t + k – Momento final.

Podem verificar-se 3 hipóteses:

1. Convergência, quando $|Q_{RAM}| < 1$;
2. Divergência, quando $|Q_{RAM}| > 1$;
3. Ausência de Convergência, quando $|Q_{RAM}| = 1$.

⁶⁰ “Pode ser por exemplo o PIBpc em €, o IDH, a EVN, a TBE,...

⁶¹ “Dado um indicador X e um período (t a t+k), uma região (r) converge se se aproxima do valor desse indicador a nível nacional (neste caso, PT) (correspondente à média do indicador) diverge se se afasta. Assim, o módulo do quociente |Qr| entre as distâncias indiciárias regionais face à média nacional (PT = 100), no momento final (t+k) e no momento inicial (t), permite concluir pela existência de convergência (divergência) na região r quando $|Qr| < 1$ (> 1) ou ausência de convergência quando $|Qr| = 1$, e dá-nos a respectiva amplitude. Na fórmula seguinte, a unidade corresponde ao ponto de convergência entre todas as regiões, a que corresponderia a ausência de assimetrias: em todas as regiões o valor do indicador seria igual, correspondendo, assim, à média nacional.

$$|Qr| = \left| \frac{\frac{X_{r,t+k}}{X_{PT,t+k}} - 1}{\frac{X_{r,t}}{X_{PT,t}} - 1} \right|$$

Qr – Quociente da região.

PT – Portugal.

r – região.

t – momento inicial.

t+k – momento final.” (Martins, 2009: 41 e 42).

7. A Convergência e a Divergência económica

Exemplos do cálculo do $|Qr|^{62}$ de alguns indicadores (PIBpc €, IDH, ...) da RAM:

$$|Q RAM PIBpc €| = \left| \frac{\frac{122,9}{100,0} - 1}{\frac{88,5}{100,0} - 1} \right| = \left| \frac{1,229 - 1}{0,885 - 1} \right| = \left| \frac{0,229}{-0,115} \right| = |-1,991304| \approx 2,0$$

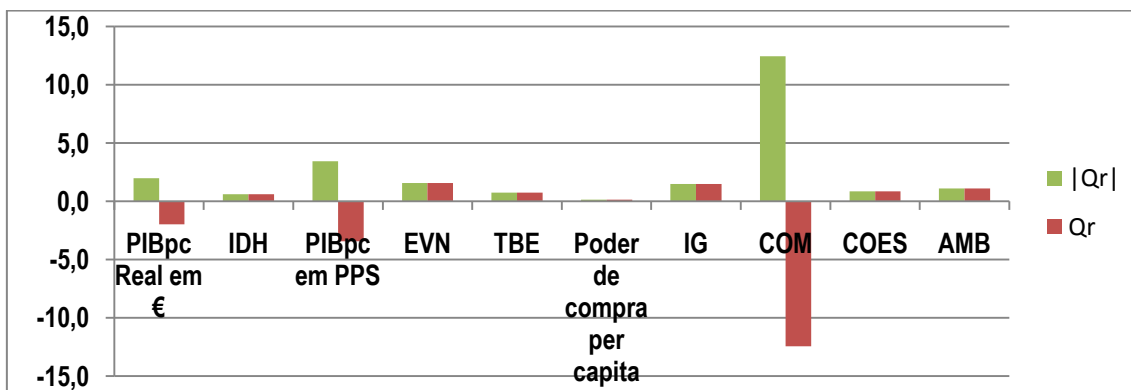
$$|Q RAM IDH| = \left| \frac{\frac{96,3}{100,0} - 1}{\frac{93,9}{100,0} - 1} \right| = \left| \frac{0,963 - 1}{0,939 - 1} \right| = \left| \frac{-0,037}{-0,061} \right| = |0,606557| \approx 0,6$$

$$|Q RAM PIBpc em PPS| = \left| \frac{\frac{132,3}{100,0} - 1}{\frac{90,6}{100,0} - 1} \right| = \left| \frac{1,323 - 1}{0,906 - 1} \right| = \left| \frac{0,323}{-0,094} \right| = |-3,436| \approx 3,4$$

Figura 10 - Convergência/Divergência dos indicadores de crescimento económico/desenvolvimento da RAM face à média nacional (PT=100)

Indicadores	Período de tempo	Madeira		Portugal		Qr	Convergência		Divergência		Qr
		Valores		Valores			Positiva	Negativa	Positiva	Negativa	
		Inicial	Final	Inicial	Final						
1.1. PIBpc Real em €	1997 a 2008	88,5	122,9	100,0	100,0	2,0			x		-2,0
2.1. IDH	1997 a 2008	93,9	96,3	100,0	100,0	0,6	x				0,6
2.1.1. PIBpc em PPS	1997 a 2008	90,6	132,3	100,0	100,0	3,4			x		-3,4
2.1.2. EVN	1997 a 2008	96,7	94,8	100,0	100,0	1,6				x	1,6
2.1.3. TBE	1997 a 2008	89,4	92,0	100,0	100,0	0,8	x				0,8
2.2. Poder de compra per capita	1997 a 2007	64,4	95,5	100,0	100,0	0,1	x				0,1
2.3. IG	2004 a 2008	97,05	95,59	100,0	100,0	1,5				x	1,5
2.3.1. COM	2004 a 2008	100,50	93,77	100,0	100,0	12,5				x	-12,5
2.3.2. COES	2004 a 2008	86,38	88,50	100,0	100,0	0,8	x				0,8
2.3.3. AMB	2004 a 2008	104,41	104,90	100,0	100,0	1,1			x		1,1

Gráfico 30 - |Qr| e Qr da Madeira face à média nacional (PT=100)



⁶² “As medidas de dispersão como o coeficiente de variação, têm interesse como indicadores de síntese de convergência, contudo nada dizem sobre os comportamentos individuais nesse perspectiva” (Martins, 2009: 41 e 42).

8. Análise da Convergência e da Divergência da RAM face à média nacional

O objectivo deste Capítulo é efectuar uma análise da Convergência (Positiva ou Negativa) e da Divergência (Positiva ou Negativa) da RAM face à média nacional, relativamente aos principais indicadores do crescimento económico (PIBpc em €) e do desenvolvimento (Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e as suas componentes – EVN, TBE e PIBpc, o Poder de compra per capita e o Índice Global (IG) e as suas componentes – Competitividade, Coesão e Qualidade Ambiental).

Da análise da convergência económica dos indicadores de crescimento económico e de desenvolvimento da RAM face à média do país, concluimos que converge positivamente (CP) no Índice de Desenvolvimento Humano, na Taxa Bruta de Escolarização, no Poder de compra per capita e na Coesão, diverge positivamente (DP) no PIBpc Real em €, no PIBpc em PPS e na Qualidade Ambiental e, diverge negativamente (DN) na Esperança Média de Vida à Nascença, no Índice Global e na Competitividade (Gráficos 31 e 32).

Gráfico 31 - Convergência/Divergência dos indicadores de crescimento económico e de desenvolvimento da RAM face à média nacional (PT=100)

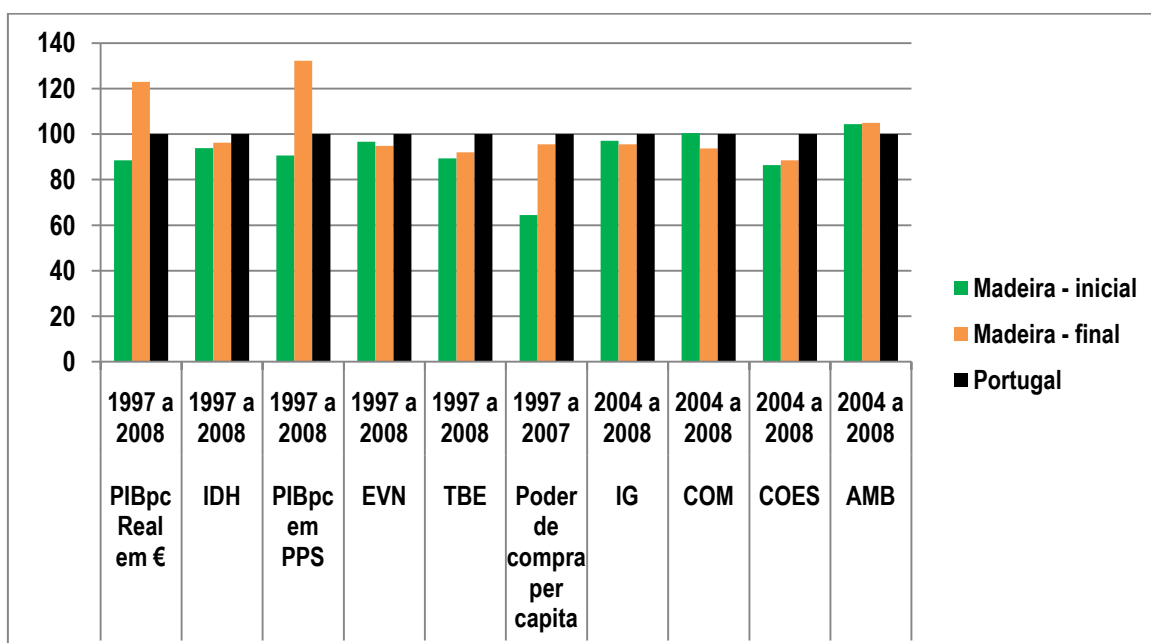
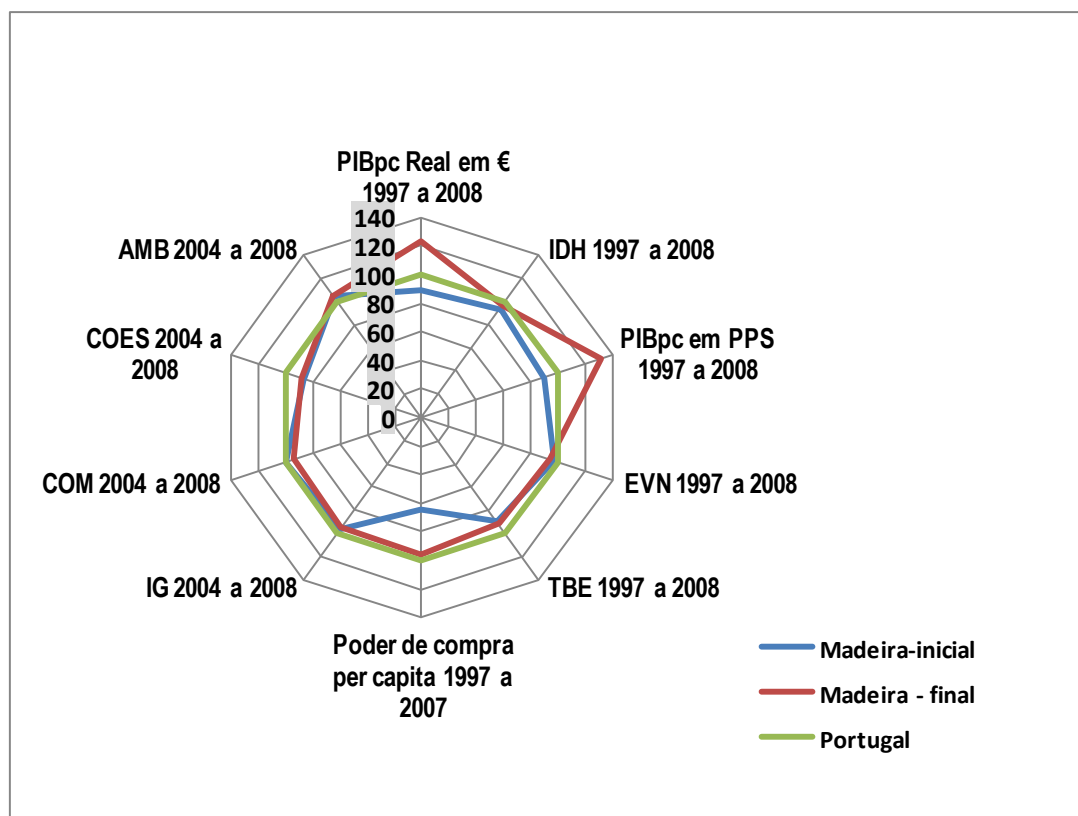


Gráfico 32 - Convergência/Divergência dos principais indicadores de crescimento económico/desenvolvimento da RAM face à média nacional (PT=100)



Ao nível do crescimento económico, o PIBpc Real em € da RAM aumentou significativamente de 1997 (88,5) a 2008 (122,9), passando de um valor abaixo para um valor acima da média nacional, Divergindo Positivamente (DP) desta.

Ao nível do Desenvolvimento, o IDH da RAM aumentou de 1997 (93,9) a 2008 (96,3), aproximando-se e Convergindo Positivamente (CP) para a média nacional. A Esperança de Vida à Nascimento (EVN) da RAM diminuiu de 1997 (96,6) a 2008 (94,8), afastando-se e Divergindo Negativamente (DN) da média nacional. A Taxa Bruta de Escolarização (TBE) da RAM aumentou de 1997 (89,4) a 2008 (92,0) aproximando-se e Convergindo Positivamente (CP) para a média nacional. O PIBpc em PPS da RAM (tal como verificado com o PIBpc €) aumentou significativamente de 1997 (90,6) a 2008 (132,3), passando de um valor inferior para um valor acima da média nacional, Divergindo Positivamente (DP) desta. O Poder de Compra per capita da RAM aumentou significativamente de 1997 (64,4) para 2007 (95,5) aproximando-se e Convergindo Positivamente (CP) para a média nacional. O Índice Global (IG) da RAM diminuiu ligeiramente de 2004 (97,05) a 2008 (95,59) afastando-se e Divergindo Negativamente (DN) da média nacional. A Competitividade da RAM apresenta em

8. Análise da Convergência e da Divergência da RAM face à média nacional

2004 (100,5) um valor superior e em 2008 (93,77) um valor inferior à média nacional, Divergindo Negativamente (DN) desta. A Coesão da RAM apresenta valores baixos em 2004 (86,38) e em 2008 (88,50) aproximando-se ligeiramente e Convergindo Positivamente (CP) para a média nacional. A Qualidade Ambiental da RAM apresenta em 2004 (104,41) e em 2008 (104,90) valores superiores à média nacional, Divergindo Positivamente (DP) desta.

Figura 11 - Quadro-resumo da Convergência/Divergência da RAM face à média nacional, ao nível dos indicadores de Crescimento económico/Desenvolvimento

Indicadores	Período de tempo	Convergência		Divergência	
		Positiva	Negativa	Positiva	Negativa
1. Crescimento económico					
1.1. PIBpc Real em €	1997 a 2008			X	
2. Desenvolvimento					
2.1. IDH	1997 a 2008	X			
2.1.1. PIBpc em PPS	1997 a 2008			X	
2.1.2. EVN	1997 a 2008				X
2.1.3. TBE	1997 a 2008	X			
2.2. Poder de compra per capita	1997 a 2007	X			
2.3. IG	2004 a 2008				X
2.3.1. COM	2004 a 2008				X
2.3.2. COES	2004 a 2008	X			
2.3.3. AMB	2004 a 2008			X	

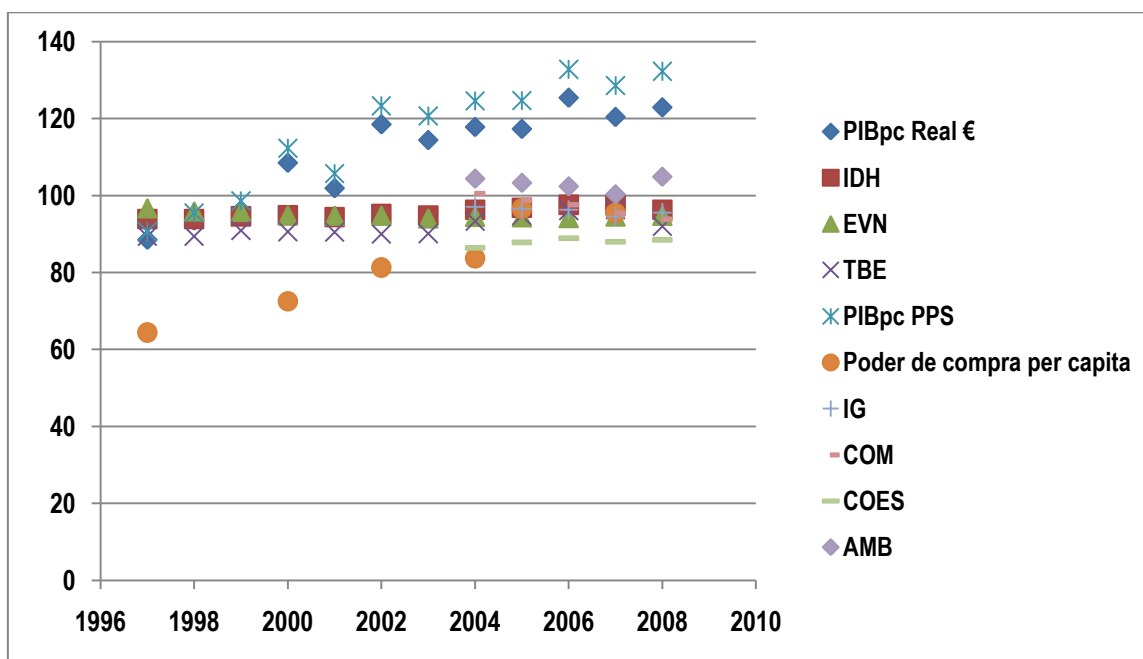
9. Conclusões

A Madeira de 1997 a 2008 registou um crescimento económico real (medido pelo PIBpc a preços constantes) elevado e muito superior à média nacional e às 6 restantes regiões NUTS II portuguesas. O PIBpc a preços constantes registou no início do período um valor inferior e no final um valor muito superior à média do país, divergindo positivamente desta. Na maioria dos anos considerados a Madeira registou crescimentos económicos reais positivos (no período de 1997 a 2000 e nos anos de 2002, 2004, 2006 e 2008), tendo registado diminuições nos anos de 2001, 2003, 2005 e 2007, tendo no período considerado registado um crescimento económico real total e médio anual elevado.

Ao nível do desenvolvimento o desempenho da Madeira não foi tão bom (quando comparado com o verificado no crescimento económico), pois no final do período considerado (2008) só uma minoria dos indicadores (PIBpc em PPS e Qualidade Ambiental) apresentaram valores superiores à média nacional. Porém a grande maioria dos indicadores de desenvolvimento (Índice de Desenvolvimento Humano, PIBpc em PPS, Taxa Bruta de Escolarização, Poder de compra per capita, Coesão e Qualidade Ambiental) registou uma melhoria do desempenho face à média nacional, convergindo ou divergindo positivamente desta. Por outro lado, poucos indicadores (Esperança Média de Vida à Nascimento, Índice Global e Competitividade) registaram um pior desempenho no final do período comparativamente ao início, afastando-se e divergindo negativamente face à média do país. É de salientar pela positiva os bons desempenhos do PIBpc em PPS (tal como verificado no PIBpc em € a preços constantes) e do Poder de Compra per capita face à média nacional entre o início e o fim do período considerado.

Concluimos que a Madeira melhorou de uma forma generalizada os seus indicadores de desenvolvimento, mas que esta melhoria não foi tão acentuada quanto a registada no crescimento económico.

Gráfico 33 - Evolução do crescimento económico/desenvolvimento da RAM face à média nacional (PT=100)



A RAM no período de 1997 a 2008 (12 anos), foi a região NUTS II portuguesa que apresentou o mais elevado crescimento económico real com uma variação do PIBpc a preços constantes total (62,3%) e média aritmética anual (5,2%) muito superiores à média nacional - total (16,9%) e aritmética anual (1,4%) - e às restantes regiões NUTS II portuguesas. Neste período, o PIBpc a preços constantes da RAM divergiu positivamente face à média nacional. No período de 1997 a 2000 (4 anos), a RAM apresentou um crescimento económico real elevado, com uma taxa de variação do PIBpc a preços constantes no período (37,3%) e média aritmética anual (10,6%) muito superiores à média nacional total (12,1%) e média aritmética anual (3,8%), divergindo positivamente face à média do país. Neste período, a RAM registou crescimentos económicos elevados (superiores a 6,5%) em todos os anos. No período de 2001 a 2004 (4 anos) o crescimento económico real da RAM continuou elevado (sendo no entanto inferior ao período anterior), com uma variação total (15,0%) e média aritmética anual (3,8%) muito superiores à média nacional (-0,6%) e às restantes regiões NUTS II portuguesas. Neste período, o PIBpc a preços constantes apresentou algumas oscilações na sua evolução, com um aumento elevado no ano de 2002 (16,3%) e decréscimos nos anos de 2001 e 2003. No período de 2005 a 2008 (4 anos), o crescimento económico real da RAM abrandou face aos 2 períodos anteriores, com uma variação total (8,2%) e média aritmética anual (2,0%) muito superiores à média nacional (3,3%) e às restantes

regiões NUTS II portuguesas. Neste período o PIBpc a preços constantes registou um aumento elevado (8,1%) no ano de 2008 e diminuições nos anos de 2005 (-0,1%) e 2007 (-1,9%).

Da análise dos vários indicadores (simples e compostos) relativos ao desenvolvimento da RAM, verificamos que esta converge positivamente para média nacional em alguns indicadores (Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Taxa Bruta de Escolarização (TBE), Poder de compra per capita e Coesão (COES)) e que em outros indicadores diverge positivamente (PIBpc PPS e Qualidade Ambiental (AMB)) ou negativamente (Esperança Média de Vida à Nascimento (EVN), Índice Global (IG) e Competitividade (COM)) face à média do país. O IDH da RAM, entre 1997 e 2008, apresenta um valor elevado, que é considerado pelo PNUD como um desenvolvimento alto. Neste período, o IDH da RAM apresenta uma taxa de variação total de 9,8%, a que corresponde uma taxa de variação média anual de 0,8%, sendo a região NUTS II que mais cresceu, convergindo positivamente para a média nacional. Na componente EVN do IDH, a RAM entre 1997 e 2008, apresenta os mais baixos anos de esperanças de vida à nascença das regiões portuguesas (só superior entre 1997 e 1999 aos Açores). As 5 regiões NUTS II do Continente português apresentam EVN desde o início do período considerado superiores a 75 anos e no final do período próximas aos 80 anos, enquanto as 2 regiões autónomas apresentam as mais baixas EVN, sendo que a RAM só no ano de 2008 ultrapassou os 75 anos. A RAM apresenta as mais baixas taxas de variação da EVN face ao ano anterior, quer em termos totais (2,7%) quer médios anuais (0,2%), inferiores à média nacional (4,7% e 0,4%, respectivamente) e divergindo negativamente desta. Na componente TBE do IDH, a RAM entre 1997 e 2008, apresenta uma TBE com um nível médio/baixo face às restantes NUTS II e com uma tendência crescente ao longo dos anos, convergindo positivamente para a média nacional. Na componente PIBpc em PPS do IDH, a RAM entre 1997 e 2008, apresenta uma elevada tendência de crescimento, sendo a região NUTS II que mais cresceu ao longo dos anos, divergindo positivamente face à média nacional. Neste período, o PIBpc em PPS da RAM apresenta uma elevada taxa de variação, quer em termos médios anuais (10,4%), quer globais (124,3%), muito superiores aos registados nas restantes 6 regiões NUTS II. Verificamos que o IDH da RAM entre 1997 e 2008 converge positivamente face à média nacional, contribuindo positivamente para esta convergência o elevado aumento do PIBpc em PPS (principalmente) e o aumento da TBE (superiores aos registados ao

nível médio do país) e negativamente a EVN (que apresenta um aumento inferior ao aumento médio do país). A RAM foi a região NUTS II que entre 1997 e 2007 mais cresceu ao nível do Poder de compra per capita, apresentando a mais elevada taxa de variação global (48,3%) e média anual (4,4%), face à média do país. A RAM no ano de 1997 apresentava um baixo valor (64,4) do Poder de compra per capita e no ano de 2007 um valor (95,5) próximo da média nacional (100), convergindo positivamente para esta. A RAM ao nível da Percentagem do Poder de Compra (PPC), entre 1997 e 2007, apresentava uma das mais baixas (só superando os Açores) PPC das regiões NUTS II, com uma tendência crescente ao longo dos anos, convergindo positivamente para o total do país (100%). O Índice Global (IG) da RAM entre 2004 e 2008 apresentou um valor inferior à média nacional (100), divergindo negativamente desta. No período de 2004 a 2007, o IG da RAM apresentou uma tendência decrescente, divergindo negativamente face à média nacional, sendo de registar neste período a tendência decrescente da Competitividade e da Qualidade Ambiental. Entre 2007 e 2008, o IG da RAM aumentou convergindo positivamente face à média do país, devido essencialmente ao aumento verificado na Qualidade Ambiental. Na Competitividade a RAM entre 2004 e 2008 apresenta uma tendência decrescente divergindo negativamente face à média nacional. Na Coesão a RAM entre 2004 e 2008 apresenta ligeiras oscilações na seu crescimento/decrescimento, convergindo positivamente para a média nacional. Na Qualidade Ambiental a RAM entre 2004 e 2008, apresenta sempre valores superiores à média nacional, divergindo positivamente desta. Entre 2004 e 2007 a Qualidade Ambiental da RAM apresentou uma tendência decrescente aproximando-se da média do país, invertendo esta tendência de 2007 para 2008 em que se afasta positivamente da média do país.

Da análise dos indicadores de crescimento económico e de desenvolvimento da RAM, verificamos que esta registou um crescimento económico elevado no período considerado (foi a região NUTS II portuguesa com mais elevado crescimento do PIBpc em €). Ao nível do desenvolvimento a RAM registou uma melhoria generalizada nos indicadores, porém inferior à registada no crescimento económico. Em alguns indicadores (PIBpc em PPS, TBE, Poder de Compra per capita, Coesão e Qualidade Ambiental) a RAM apresentou no final do período uma melhoria face ao início do período e noutros indicadores (EVN e Competitividade) apresentou piores resultados no final do período face ao início do mesmo, relativamente à média do país.

Anexo I

A população da RAM

Tabela 24 - População residente nos concelhos da RAM, de 1997 a 2008

(unidade: número)

Concelhos	Anos	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Madeira		243.850	241.989	240.457	239.785	240.341	241.257	243.007	244.286	245.197	245.806	246.689	247.161
1. Calheta		12.039	11.896	11.770	11.665	11.680	11.718	11.795	11.856	11.888	11.886	11.939	11.907
2. Câmara de Lobos		32.969	33.162	33.406	33.680	34.136	34.441	34.818	35.150	35.471	35.688	35.969	36.119
3. Funchal		106.998	105.252	103.578	102.633	101.890	101.458	101.256	100.847	100.331	99.759	99.214	98.583
4. Machico		21.526	21.412	21.331	21.201	21.253	21.260	21.339	21.321	21.280	21.204	21.115	21.032
5. Ponta do Sol		8.122	8.032	7.974	7.921	7.936	7.988	8.097	8.189	8.235	8.296	8.352	8.359
6. Porto Moniz		3.038	2.969	2.922	2.873	2.826	2.796	2.779	2.762	2.737	2.706	2.679	2.645
7. Ribeira Brava		12.517	12.407	12.294	12.194	12.211	12.264	12.393	12.523	12.562	12.565	12.599	12.600
8. Santa Cruz		26.411	27.062	27.763	28.578	29.500	30.464	31.588	32.696	33.790	34.854	35.985	37.121
9. Santana		9.171	8.965	8.782	8.609	8.539	8.496	8.509	8.491	8.432	8.369	8.326	8.277
10. São Vicente		6.538	6.358	6.206	6.050	6.009	6.012	6.051	6.063	6.081	6.091	6.121	6.117
11. Porto Santo		4.521	4.474	4.431	4.381	4.361	4.360	4.382	4.388	4.390	4.388	4.390	4.401

Fonte: INE

Tabela 25 - Estrutura da população dos Concelhos da RAM (RAM=100), de 1997 a 2008

Concelhos	Anos	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Madeira		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1. Calheta		4,9	4,9	4,9	4,9	4,9	4,9	4,9	4,9	4,8	4,8	4,8	4,8
2. Câmara de Lobos		13,5	13,7	13,9	14,0	14,2	14,3	14,3	14,4	14,5	14,5	14,6	14,6
3. Funchal		43,9	43,5	43,1	42,8	42,4	42,1	41,7	41,3	40,9	40,6	40,2	39,9
4. Machico		8,8	8,8	8,9	8,8	8,8	8,8	8,8	8,7	8,7	8,6	8,6	8,5
5. Ponta do Sol		3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4
6. Porto Moniz		1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1
7. Ribeira Brava		5,1	5,1	5,1	5,1	5,1	5,1	5,1	5,1	5,1	5,1	5,1	5,1
8. Santa Cruz		10,8	11,2	11,5	11,9	12,3	12,6	13,0	13,4	13,8	14,2	14,6	15,0
9. Santana		3,8	3,7	3,7	3,6	3,6	3,5	3,5	3,5	3,4	3,4	3,4	3,3
10. São Vicente		2,7	2,6	2,6	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5
11. Porto Santo		1,9	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8
2.+3.+4.+8.		77,1	77,2	77,4	77,6	77,7	77,8	77,8	77,8	77,8	77,9	77,9	78,0
1.+5.+6.+7.+9.+10.+11.		22,9	22,8	22,6	22,4	22,3	22,2	22,2	22,2	22,2	22,1	22,1	22,0

Tabela 26 - Taxa de variação da população dos concelhos da RAM face ao ano anterior, de 1997 a 2008

(%)

Concelhos	Anos	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Madeira		-0,8	-0,8	-0,6	-0,3	0,2	0,4	0,7	0,5	0,4	0,2	0,4	0,2
1. Calheta		-1,2	-1,2	-1,1	-0,9	0,1	0,3	0,7	0,5	0,3	0,0	0,4	-0,3
2. Câmara de Lobos		0,6	0,6	0,7	0,8	1,4	0,9	1,1	1,0	0,9	0,6	0,8	0,4
3. Funchal		-1,7	-1,6	-1,6	-0,9	-0,7	-0,4	-0,2	-0,4	-0,5	-0,6	-0,5	-0,6
4. Machico		-0,5	-0,5	-0,4	-0,6	0,2	0,0	0,4	-0,1	-0,2	-0,4	-0,4	-0,4
5. Ponta do Sol		-0,9	-1,1	-0,7	-0,7	0,2	0,7	1,4	1,1	0,6	0,7	0,7	0,1
6. Porto Moniz		-2,4	-2,3	-1,6	-1,7	-1,6	-1,1	-0,6	-0,6	-0,9	-1,1	-1,0	-1,3
7. Ribeira Brava		-1,0	-0,9	-0,9	-0,8	0,1	0,4	1,1	1,0	0,3	0,0	0,3	0,0
8. Santa Cruz		2,6	2,5	2,6	2,9	3,2	3,3	3,7	3,5	3,3	3,1	3,2	3,2
9. Santana		-2,1	-2,2	-2,0	-2,0	-0,8	-0,5	0,2	-0,2	-0,7	-0,7	-0,5	-0,6
10. São Vicente		-2,7	-2,8	-2,4	-2,5	-0,7	0,0	0,6	0,2	0,3	0,2	0,5	-0,1
11. Porto Santo		-1,3	-1,0	-1,0	-1,1	-0,5	0,0	0,5	0,1	0,0	0,0	0,0	0,3

Tabela 27 - Variação da população dos concelhos da RAM face ao ano anterior, de 1997 a 2008

(em número)

Concelhos	Anos	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Madeira		-1.897	-1.861	-1.532	-672	556	916	1.750	1.279	911	609	883	472
1. Calheta		-152	-143	-126	-105	15	38	77	61	32	-2	53	-32
2. Câmara de Lobos		192	193	244	274	456	305	377	332	321	217	281	150
3. Funchal		-1.797	-1.746	-1.674	-945	-743	-432	-202	-409	-516	-572	-545	-631
4. Machico		-102	-114	-81	-130	52	7	79	-18	-41	-76	-89	-83
5. Ponta do Sol		-72	-90	-58	-53	15	52	109	92	46	61	56	7
6. Porto Moniz		-75	-69	-47	-49	-47	-30	-17	-17	-25	-31	-27	-34
7. Ribeira Brava		-125	-110	-113	-100	17	53	129	130	39	3	34	1
8. Santa Cruz		668	651	701	815	922	964	1.124	1.108	1.094	1.064	1.131	1.136
9. Santana		-194	-206	-183	-173	-70	-43	13	-18	-59	-63	-43	-49
10. São Vicente		-181	-180	-152	-156	-41	3	39	12	18	10	30	-4
11. Porto Santo		-59	-47	-43	-50	-20	-1	22	6	2	-2	2	11

Anexo II

Áreas dos concelhos da RAM e a população da RAM face ao todo nacional (1864 a 2001)

Tabela 28 - Áreas dos concelhos da RAM

(km² e %)

Concelhos	km ²	%
1. Calheta	111,5	13,9
2. Câmara de Lobos	52,2	6,5
3. Funchal (a)	76,2	9,5
4. Machico	68,3	8,5
5. Ponta do Sol	46,2	5,8
6. Porto Moniz	82,9	10,3
7. Ribeira Brava	65,4	8,2
8. Santa Cruz (b)	81,5	10,2
9. Santana	95,6	11,9
10. São Vicente	78,8	9,8
11. Porto Santo (c)	42,5	5,3
Total	801,1	100,0

(a) Inclui ilhas Selvagens (3,6 km²)

Fonte: INE

(b) Inclui ilhas Desertas (14,2 km²)(c) Inclui Ihéus (2,1 km²)**Média da RAM (Km²) 72,8**

Tabela 29 - Evolução da população das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1864 a 2008

Anos	Portugal	Continente	Açores	Madeira	"Peso" da população (%)			
					Portugal	Continente	Açores	Madeira
1864	4.286.995	3.927.392	249.135	110.468	100,0	91,6	5,8	2,6
1878	4.698.984	4.303.664	263.305	132.015	100,0	91,6	5,6	2,8
1890	5.102.891	4.713.319	255.487	134.085	100,0	92,4	5,0	2,6
1900	5.446.760	5.039.744	256.673	150.343	100,0	92,5	4,7	2,8
1911	5.999.146	5.586.053	243.002	170.091	100,0	93,1	4,1	2,8
1920	6.080.135	5.668.232	231.543	180.360	100,0	93,2	3,8	3,0
1930	6.802.429	6.334.507	255.464	212.458	100,0	93,1	3,8	3,1
1940	7.755.423	7.218.882	287.091	249.450	100,0	93,1	3,7	3,2
1950	8.510.240	7.921.913	318.558	269.769	100,0	93,1	3,7	3,2
1991	9.867.147	9.375.926	237.795	253.426	100,0	95,0	2,4	2,6
2001	10.239.340	9.851.424	237.575	240.341	100,0	96,2	2,3	2,3
2008	10.627.250	10.135.309	244.780	247.161	100,0	95,4	2,3	2,3

Fonte: INE

Anexo III

A população das regiões NUTS I e II portuguesas

Tabela 30 - A população residente nas regiões NUTS I e II portuguesas, de 1997 a 2008

(unidade: número)

Concelhos / Anos	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	10.109.697	10.148.883	10.195.014	10.256.658	10.329.340	10.407.465	10.474.685	10.529.255	10.569.592	10.599.095	10.617.575	10.627.250
Continente	9.628.374	9.669.603	9.717.347	9.779.845	9.851.424	9.927.441	9.991.654	10.043.763	10.082.154	10.110.271	10.126.880	10.135.309
1. Norte	3.586.258	3.603.618	3.621.210	3.643.795	3.667.529	3.691.922	3.711.797	3.727.310	3.737.791	3.744.341	3.745.236	3.745.439
2. Centro	2.294.537	2.302.787	2.312.390	2.325.161	2.339.561	2.354.552	2.366.691	2.376.609	2.382.448	2.385.891	2.385.911	2.383.284
3. Lisboa	2.619.382	2.629.432	2.643.253	2.661.748	2.686.872	2.714.614	2.740.237	2.760.697	2.779.097	2.794.226	2.808.414	2.819.433
4. Alentejo	764.810	764.468	764.653	765.742	766.529	767.983	767.549	767.679	765.971	764.285	760.933	757.069
5. Algarve	363.387	369.298	375.841	383.399	390.933	398.370	405.380	411.468	416.847	421.528	426.386	430.084
6. Açores	237.473	237.291	237.210	237.028	237.575	238.767	240.024	241.206	242.241	243.018	244.006	244.780
7. Madeira	243.850	241.989	240.457	239.785	240.341	241.257	243.007	244.286	245.197	245.806	246.689	247.161

Fonte: INE

Tabela 31 - O peso da população das regiões NUTS I e II portuguesas face à média nacional (PT=100), de 1997 a 2008

(Portugal = 100)

Concelhos / Anos	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Continente	95,2	95,3	95,3	95,4	95,4	95,4	95,4	95,4	95,4	95,4	95,4	95,4
1. Norte	35,5	35,5	35,5	35,5	35,5	35,5	35,4	35,4	35,4	35,3	35,3	35,2
2. Centro	22,7	22,7	22,7	22,7	22,6	22,6	22,6	22,6	22,5	22,5	22,5	22,4
3. Lisboa	25,9	25,9	25,9	26,0	26,0	26,1	26,2	26,2	26,3	26,4	26,5	26,5
4. Alentejo	7,6	7,5	7,5	7,5	7,4	7,4	7,3	7,3	7,2	7,2	7,2	7,1
5. Algarve	3,6	3,6	3,7	3,7	3,8	3,8	3,9	3,9	3,9	4,0	4,0	4,0
6. Açores	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3
7. Madeira	2,4	2,4	2,4	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3
1.+2.+3.	84,1	84,1	84,1	84,1	84,2	84,2	84,2	84,2	84,2	84,2	84,2	84,2
4.+5.+6.+7.	15,9	15,9	15,9	15,9	15,8	15,8	15,8	15,8	15,8	15,8	15,8	15,8
6.+7.	4,8	4,7	4,7	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6

Tabela 32 - A taxa de variação da população das regiões NUTS I e II portuguesas face ao ano anterior, de 1997 a 2008

Concelhos / Anos	(%)												Variação (%)	
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	1997 - 2008	anual
Portugal	0,4	0,4	0,5	0,6	0,7	0,8	0,6	0,5	0,4	0,3	0,2	0,1	5,1	0,4
Continente	0,4	0,4	0,5	0,6	0,7	0,8	0,6	0,5	0,4	0,3	0,2	0,1	5,3	0,4
1. Norte	0,4	0,5	0,5	0,6	0,7	0,7	0,5	0,4	0,3	0,2	0,0	0,0	4,4	0,4
2. Centro	0,3	0,4	0,4	0,6	0,6	0,6	0,5	0,4	0,2	0,1	0,0	-0,1	3,9	0,3
3. Lisboa	0,4	0,4	0,5	0,7	0,9	1,0	0,9	0,7	0,7	0,5	0,5	0,4	7,6	0,6
4. Alentejo	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2	-0,1	0,0	-0,2	-0,2	-0,4	-0,5	-1,0	-0,1
5. Algarve	1,7	1,6	1,8	2,0	2,0	1,9	1,8	1,5	1,3	1,1	1,2	0,9	18,4	1,5
6. Açores	-0,1	-0,1	0,0	-0,1	0,2	0,5	0,5	0,5	0,4	0,3	0,4	0,3	3,1	0,3
7. Madeira	-0,8	-0,8	-0,6	-0,3	0,2	0,4	0,7	0,5	0,4	0,2	0,4	0,2	1,4	0,1

Anexo IV

A produtividade aparente do trabalho das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1997 a 2008

Tabela 33 - Produtividade aparente do trabalho das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1997 a 2008

	Unidade: 1.000 €											
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	18,8	19,8	20,9	22,1	23,0	23,8	24,4	25,4	26,1	26,9	28,5	29,0
Continente	18,8	19,8	20,9	22,0	22,9	23,6	24,2	25,2	25,9	26,7	28,3	28,8
1. Norte	15,8	16,7	17,8	18,6	19,4	20,0	20,3	21,0	21,6	22,2	23,7	24,5
2. Centro	15,0	15,9	16,9	17,8	18,6	19,2	19,8	20,8	21,3	21,7	23,1	23,2
3. Lisboa	24,5	25,8	27,3	28,8	29,8	30,6	31,8	33,2	34,0	35,1	37,1	37,3
4. Alentejo	23,0	23,2	23,5	25,5	25,9	26,1	26,9	28,2	28,5	29,8	31,3	31,4
5. Algarve	21,0	22,2	23,6	24,6	25,6	26,3	26,5	26,8	27,7	28,9	30,6	30,6
6. Açores	20,2	20,7	21,9	22,3	24,2	25,2	26,1	26,3	27,1	27,6	28,8	29,8
7. Madeira	17,8	19,4	21,2	25,2	25,2	30,3	29,3	30,1	31,2	34,4	35,6	37,7

Fonte: DREM

Tabela 34 - Peso da produtividade aparente do trabalho das regiões NUTS I e II portuguesas face à média nacional (PT=100), de 1997 a 2008

PT = 100												
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Continente	100,0	100,0	100,0	99,5	99,6	99,2	99,2	99,2	99,2	99,3	99,3	99,3
1. Norte	84,0	84,3	85,2	84,2	84,3	84,0	83,2	82,7	82,8	82,5	83,2	84,5
2. Centro	79,8	80,3	80,9	80,5	80,9	80,7	81,1	81,9	81,6	80,7	81,1	80,0
3. Lisboa	130,3	130,3	130,6	130,3	129,6	128,6	130,3	130,7	130,3	130,5	130,2	128,6
4. Alentejo	122,3	117,2	112,4	115,4	112,6	109,7	110,2	111,0	109,2	110,8	109,8	108,3
5. Algarve	111,7	112,1	112,9	111,3	111,3	110,5	108,6	105,5	106,1	107,4	107,4	105,5
6. Açores	107,4	104,5	104,8	100,9	105,2	105,9	107,0	103,5	103,8	102,6	101,1	102,8
7. Madeira	94,7	98,0	101,4	114,0	109,6	127,3	120,1	118,5	119,5	127,9	124,9	130,0

Tabela 35 - Taxa de variação face ao ano anterior da produtividade aparente do trabalho das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1997 a 2008

(%)												
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	6,2	5,3	5,6	5,7	4,1	3,5	2,5	4,1	2,8	3,1	5,9	1,8
Continente	6,2	5,3	5,6	5,3	4,1	3,1	2,5	4,1	2,8	3,1	6,0	1,8
1. Norte	3,3	5,7	6,6	4,5	4,3	3,1	1,5	3,4	2,9	2,8	6,8	3,4
2. Centro	4,9	6,0	6,3	5,3	4,5	3,2	3,1	5,1	2,4	1,9	6,5	0,4
3. Lisboa	8,9	5,3	5,8	5,5	3,5	2,7	3,9	4,4	2,4	3,2	5,7	0,5
4. Alentejo	5,5	0,9	1,3	8,5	1,6	0,8	3,1	4,8	1,1	4,6	5,0	0,3
5. Algarve	8,2	5,7	6,3	4,2	4,1	2,7	0,8	1,1	3,4	4,3	5,9	0,0
6. Açores	6,9	2,5	5,8	1,8	8,5	4,1	3,6	0,8	3,0	1,8	4,3	3,5
7. Madeira	9,9	9,0	9,3	18,9	0,0	20,2	-3,3	2,7	3,7	10,3	3,5	5,9

Anexo V

PIB Nominal, DPIB e PIB Real das regiões NUTS I e II portuguesas

Tabela 36 - PIB Nominal das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1995 a 2008

(milhões €)														
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	87.745,3	93.086,9	100.981,4	110.104,3	118.370,0	127.007,5	134.137,1	140.142,1	143.014,9	148.827,3	153.728,4	160.273,5	169.319,2	171.983,1
Continente	84.052,1	89.172,4	96.662,0	105.258,3	113.057,3	120.904,8	127.883,0	133.043,2	135.868,6	141.295,0	145.952,1	151.852,0	160.652,9	162.952,8
1. Norte	26.172,7	27.812,0	29.758,0	32.151,8	34.463,6	36.346,6	38.726,7	39.918,5	40.010,5	41.292,0	42.745,7	44.406,1	47.384,7	48.488,5
2. Centro	16.894,2	17.960,9	19.270,8	21.020,3	22.808,8	24.468,6	25.726,7	26.608,2	27.483,3	28.500,2	29.120,6	30.255,2	31.745,5	31.677,1
3. Lisboa	31.391,7	33.279,8	36.588,0	40.221,4	43.257,2	46.218,5	48.763,5	51.246,5	52.452,0	54.986,2	57.019,6	59.186,2	62.688,0	63.880,3
4. Alentejo	6.217,8	6.573,8	7.160,2	7.586,4	7.829,0	8.735,6	9.070,9	9.349,9	9.702,4	10.089,4	10.352,6	10.910,8	11.312,6	11.264,8
5. Algarve	3.375,8	3.546,0	3.885,1	4.278,4	4.698,6	5.135,5	5.595,2	5.920,1	6.220,5	6.427,3	6.740,6	7.093,8	7.542,0	7.642,0
6. Açores	1.683,1	1.776,0	1.902,0	2.100,7	2.315,3	2.450,9	2.688,8	2.878,1	2.983,6	3.091,6	3.233,6	3.387,6	3.548,8	3.688,9
7. Madeira	1.857,2	1.961,7	2.203,9	2.518,6	2.770,1	3.337,9	3.307,0	4.016,0	3.999,2	4.304,8	4.433,1	4.942,0	5.046,9	5.280,3

Fonte: DREM

Tabela 37 - DPIB das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1995 a 2008

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	100,0	102,3	106,3	110,3	114,0	117,6	121,8	126,4	130,2	133,4	136,8	140,6	145,0	147,3
Continente	100,0	102,3	106,2	110,2	113,8	117,5	121,6	126,2	129,9	133,1	136,4	140,2	144,7	146,9
1. Norte	100,0	102,6	106,5	110,2	114,3	117,3	121,2	126,2	129,8	132,9	136,0	139,6	144,0	146,6
2. Centro	100,0	102,0	105,8	110,2	113,9	117,3	121,3	126,4	130,0	133,0	135,9	139,4	143,7	146,0
3. Lisboa	100,0	102,0	106,3	109,9	113,3	117,4	121,8	125,8	129,3	132,5	135,9	139,8	144,7	146,6
4. Alentejo	100,0	102,0	105,2	110,2	112,3	116,3	120,5	123,1	127,5	131,0	136,2	141,2	143,8	145,1
5. Algarve	100,0	103,0	107,6	113,3	117,4	121,0	125,5	131,9	137,6	141,9	145,5	149,6	155,1	158,9
6. Açores	100,0	103,1	107,6	112,5	116,0	120,7	125,7	130,3	135,2	138,2	141,6	145,4	149,1	151,5
7. Madeira	100,0	103,8	108,6	113,2	117,7	121,9	126,7	131,8	137,2	141,1	144,9	149,1	154,6	158,3

Tabela 38 - PIB Real das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1995 a 2008

(milhões €)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	87.745,3	90.983,0	94.975,8	99.786,7	103.865,6	107.967,8	110.096,0	110.887,0	109.858,4	111.569,8	112.414,4	114.022,1	116.742,6	116.732,8
Continente	84.052,1	87.199,4	90.981,2	95.488,5	99.317,5	102.938,7	105.144,0	105.458,0	104.605,9	106.170,2	106.983,1	108.291,4	111.034,8	110.899,6
1. Norte	26.172,7	27.106,7	27.953,0	29.166,8	30.160,0	30.994,2	31.947,1	31.626,2	30.818,4	31.064,4	31.420,5	31.816,9	32.910,3	33.069,5
2. Centro	16.894,2	17.600,6	18.218,6	19.077,7	20.027,1	20.865,1	21.214,9	21.044,7	21.134,8	21.433,8	21.425,5	21.704,2	22.092,0	21.695,7
3. Lisboa	31.391,7	32.627,2	34.414,9	36.604,8	38.178,3	39.376,3	40.046,3	40.752,6	40.566,2	41.492,5	41.950,5	42.322,7	43.324,3	43.569,7
4. Alentejo	6.217,8	6.442,6	6.805,9	6.883,1	6.970,9	7.511,8	7.528,1	7.593,0	7.610,9	7.700,8	7.599,0	7.726,8	7.867,8	7.763,1
5. Algarve	3.375,8	3.442,3	3.611,4	3.777,1	4.001,5	4.244,8	4.457,4	4.488,4	4.520,9	4.529,1	4.632,0	4.741,8	4.862,4	4.810,8
6. Açores	1.683,1	1.723,3	1.767,9	1.867,4	1.996,2	2.030,6	2.139,6	2.208,3	2.207,2	2.237,7	2.284,2	2.329,2	2.379,7	2.435,4
7. Madeira	1.857,2	1.889,6	2.028,5	2.224,7	2.353,3	2.737,9	2.609,7	3.047,1	2.915,6	3.050,4	3.059,9	3.315,4	3.265,2	3.336,1

Anexo VI

O IDH das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1997 a 2008

Tabela 39 - O IDH das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1997 a 2008

Portugal

Anos	Esperança média de vida à nascença	Taxa de alfabetização de adultos	Taxa bruta de escolarização combinada do primário, secundário e superior	PIB per capita	Índice de Esperança de Vida	Índice de Alfabetização de Adultos	Índice de Escolarização Bruta	Índice de Educação	Índice do PIB	Valor do Índice de Desenvolvimento Humano
	(anos)	(% 15 anos e mais)	(%)	(dólares PPC)	(IEV)	(IAA)	(IEB)	(IE)	(IPIB)	(IDH)
1997	75,8	(a)	94,3	12.700	0,847	(a)	0,943	0,943	0,809	0,866
1998	76,0		93,1	13.400	0,850		0,931	0,931	0,817	0,866
1999	76,2		93,3	14.500	0,853		0,933	0,933	0,831	0,872
2000	76,7		95,0	15.400	0,862		0,950	0,950	0,841	0,884
2001	77,0		96,2	15.900	0,867		0,962	0,962	0,846	0,892
2002	77,3		95,9	16.300	0,872		0,959	0,959	0,850	0,894
2003	77,4		96,2	16.400	0,873		0,962	0,962	0,851	0,896
2004	78,3		97,0	16.700	0,888		0,970	0,970	0,854	0,904
2005	78,2		96,7	17.800	0,887		0,967	0,967	0,865	0,906
2006	78,9		96,6	18.600	0,898		0,966	0,966	0,872	0,912
2007	79,1		97,1	19.600	0,902		0,971	0,971	0,881	0,918
2008	79,4		99,5	19.500	0,907		0,995	0,995	0,880	0,927

Continente

Anos	Esperança média de vida à nascença	Taxa de alfabetização de adultos	Taxa bruta de escolarização combinada do primário, secundário e superior	PIB per capita	Índice de Esperança de Vida	Índice de Alfabetização de Adultos	Índice de Escolarização Bruta	Índice de Educação	Índice do PIB	Valor do Índice de Desenvolvimento Humano
	(anos)	(% 15 anos e mais)	(%)	(dólares PPC)	(IEV)	(IAA)	(IEB)	(IE)	(IPIB)	(IDH)
1997	75,9	(a)	94,9	12.800	0,848	(a)	0,949	0,949	0,810	0,869
1998	76,1		93,7	13.500	0,852		0,937	0,937	0,819	0,869
1999	76,3		93,9	14.500	0,855		0,939	0,939	0,831	0,875
2000	76,9		95,7	15.500	0,865		0,957	0,957	0,842	0,888
2001	77,2		97,0	15.900	0,870		0,970	0,970	0,846	0,895
2002	77,4		96,6	16.300	0,873		0,966	0,966	0,850	0,897
2003	77,6		97,0	16.300	0,877		0,970	0,970	0,850	0,899
2004	78,5		97,7	16.600	0,892		0,977	0,977	0,853	0,907
2005	78,3		97,4	17.800	0,888		0,974	0,974	0,865	0,909
2006	79,1		95,8	18.500	0,902		0,958	0,958	0,871	0,910
2007	79,3		97,8	19.500	0,905		0,978	0,978	0,880	0,921
2008	79,5		100,4	19.400	0,908		1,004	1,004	0,879	0,931

1. Norte

Anos	Esperança média de vida à nascença	Taxa de alfabetização de adultos	Taxa bruta de escolarização combinada do primário, secundário e superior	PIB per capita	Índice de Esperança de Vida	Índice de Alfabetização de Adultos	Índice de Escolarização Bruta	Índice de Educação	Índice do PIB	Valor do Índice de Desenvolvimento Humano
	(anos)	(% 15 anos e mais)	(%)	(dólares PPC)	(IEV)	(IAA)	(IEB)	(IE)	(IPIB)	(IDH)
1997	76,0	(a)	89,0	10.600	0,850	(a)	0,890	0,890	0,778	0,839
1998	76,3		85,1	11.100	0,855		0,851	0,851	0,786	0,831
1999	76,4		85,5	11.900	0,857		0,855	0,855	0,798	0,836
2000	77,1		86,8	12.500	0,868		0,868	0,868	0,806	0,847
2001	77,2		89,1	12.900	0,870		0,891	0,891	0,811	0,857
2002	77,6		88,1	13.100	0,877		0,881	0,881	0,814	0,857
2003	77,7		88,4	13.000	0,878		0,884	0,884	0,812	0,858
2004	78,6		89,2	13.100	0,893		0,892	0,892	0,814	0,866
2005	78,5		89,3	14.000	0,892		0,893	0,893	0,825	0,870
2006	79,2		88,6	14.600	0,903		0,886	0,886	0,832	0,874
2007	79,5		90,9	15.500	0,908		0,909	0,909	0,842	0,886
2008	79,9		93,9	15.600	0,915		0,939	0,939	0,843	0,899

Anexos

2. Centro

Anos	Esperança média de vida à nascença	Taxa de alfabetização de adultos	Taxa bruta de escolarização combinada do primário, secundário e superior	PIB per capita	Índice de Esperança de Vida	Índice de Alfabetização de Adultos	Índice de Escolarização Bruta	Índice de Educação	Índice do PIB	Valor do Índice de Desenvolvimento Humano
	(anos)	(% 15 anos e mais)	(%)	(dólares PPC)	(IEV)	(IAA)	(IEB)	(IE)	(IPIB)	(IDH)
1997	76,3	(a)	93,3	10.700	0,855	(a)	0,933	0,933	0,780	0,856
1998	76,6		94,6	11.300	0,860		0,946	0,946	0,789	0,865
1999	76,9		94,2	12.300	0,865		0,942	0,942	0,803	0,870
2000	77,3		96,7	13.100	0,872		0,967	0,967	0,814	0,884
2001	77,7		97,3	13.500	0,878		0,973	0,973	0,819	0,890
2002	77,8		97,3	13.700	0,880		0,973	0,973	0,821	0,891
2003	77,8		98,0	14.000	0,880		0,980	0,980	0,825	0,895
2004	78,7		97,0	14.200	0,895		0,970	0,970	0,827	0,897
2005	78,7		96,1	15.000	0,895		0,961	0,961	0,836	0,897
2006	79,5		94,5	15.600	0,908		0,945	0,945	0,843	0,899
2007	79,6		96,3	16.300	0,910		0,963	0,963	0,850	0,908
2008	79,7		98,3	16.100	0,912		0,983	0,983	0,848	0,914

3. Lisboa

Anos	Esperança média de vida à nascença	Taxa de alfabetização de adultos	Taxa bruta de escolarização combinada do primário, secundário e superior	PIB per capita	Índice de Esperança de Vida	Índice de Alfabetização de Adultos	Índice de Escolarização Bruta	Índice de Educação	Índice do PIB	Valor do Índice de Desenvolvimento Humano
	(anos)	(% 15 anos e mais)	(%)	(dólares PPC)	(IEV)	(IAA)	(IEB)	(IE)	(IPIB)	(IDH)
1997	75,5	(a)	106,1	17.800	0,842	(a)	1,061	1,061	0,865	0,923
1998	75,5		106,6	19.000	0,842		1,066	1,066	0,876	0,928
1999	75,9		107,0	20.400	0,848		1,070	1,070	0,888	0,935
2000	76,5		108,5	21.700	0,858		1,085	1,085	0,898	0,947
2001	77,0		108,9	22.200	0,867		1,089	1,089	0,902	0,952
2002	77,2		110,0	22.900	0,870		1,100	1,100	0,907	0,959
2003	77,7		110,4	23.100	0,878		1,104	1,104	0,908	0,964
2004	78,3		112,4	23.500	0,888		1,124	1,124	0,911	0,975
2005	78,3		111,9	25.200	0,888		1,119	1,119	0,923	0,977
2006	79,0		109,3	26.100	0,900		1,093	1,093	0,929	0,974
2007	79,3		110,8	27.400	0,905		1,108	1,108	0,937	0,983
2008	79,4		112,4	27.200	0,907		1,124	1,124	0,936	0,989

4. Alentejo

Anos	Esperança média de vida à nascença	Taxa de alfabetização de adultos	Taxa bruta de escolarização combinada do primário, secundário e superior	PIB per capita	Índice de Esperança de Vida	Índice de Alfabetização de Adultos	Índice de Escolarização Bruta	Índice de Educação	Índice do PIB	Valor do Índice de Desenvolvimento Humano
	(anos)	(% 15 anos e mais)	(%)	(dólares PPC)	(IEV)	(IAA)	(IEB)	(IE)	(IPIB)	(IDH)
1997	75,7	(a)	90,5	11.900	0,845	(a)	0,905	0,905	0,798	0,849
1998	75,7		92,0	12.300	0,845		0,920	0,920	0,803	0,856
1999	76,1		92,2	12.700	0,852		0,922	0,922	0,809	0,861
2000	76,4		96,2	14.200	0,857		0,962	0,962	0,827	0,882
2001	77,0		96,2	14.400	0,867		0,962	0,962	0,829	0,886
2002	77,0		94,4	14.700	0,867		0,944	0,944	0,833	0,881
2003	76,7		93,6	15.100	0,862		0,936	0,936	0,837	0,878
2004	78,2		93,7	15.500	0,887		0,937	0,937	0,842	0,888
2005	77,6		93,3	16.500	0,877		0,933	0,933	0,852	0,887
2006	78,7		90,2	17.600	0,895		0,902	0,902	0,863	0,887
2007	78,5		92,0	18.200	0,892		0,920	0,920	0,869	0,893
2008	78,5		98,2	18.100	0,892		0,982	0,982	0,868	0,914

Anexos

5. Algarve

Anos	Esperança média de vida à nascença	Taxa de alfabetização de adultos	Taxa bruta de escolarização combinada do primário, secundário e superior	PIB per capita	Índice de Esperança de Vida	Índice de Alfabetização de Adultos	Índice de Escolarização Bruta	Índice de Educação	Índice do PIB	Valor do Índice de Desenvolvimento Humano
	(anos)	(% 15 anos e mais)	(%)	(dólares PPC)	(IEV)	(IAA)	(IEB)	(IE)	(IPIB)	(IDH)
1997	75,5	(a)	98,6	13.800	0,842	(a)	0,986	0,986	0,822	0,883
1998	75,6		97,2	14.500	0,843		0,972	0,972	0,831	0,882
1999	76,0		99,3	15.700	0,850		0,993	0,993	0,844	0,896
2000	76,4		100,7	16.800	0,857		1,007	1,007	0,855	0,906
2001	76,6		102,4	17.600	0,860		1,024	1,024	0,863	0,916
2002	76,5		99,9	18.100	0,858		0,999	0,999	0,868	0,908
2003	77,1		101,3	18.500	0,868		1,013	1,013	0,871	0,918
2004	77,4		102,9	18.600	0,873		1,029	1,029	0,872	0,925
2005	77,4		102,8	19.900	0,873		1,028	1,028	0,883	0,928
2006	78,3		99,6	20.800	0,888		0,996	0,996	0,891	0,925
2007	78,2		100,7	21.900	0,887		1,007	1,007	0,899	0,931
2008	78,5		102,8	21.500	0,892		1,028	1,028	0,896	0,939

6. R. A. Açores

Anos	Esperança média de vida à nascença	Taxa de alfabetização de adultos	Taxa bruta de escolarização combinada do primário, secundário e superior	PIB per capita	Índice de Esperança de Vida	Índice de Alfabetização de Adultos	Índice de Escolarização Bruta	Índice de Educação	Índice do PIB	Valor do Índice de Desenvolvimento Humano
	(anos)	(% 15 anos e mais)	(%)	(dólares PPC)	(IEV)	(IAA)	(IEB)	(IE)	(IPIB)	(IDH)
1997	71,7	(a)	84,9	10.200	0,778	(a)	0,849	0,849	0,772	0,800
1998	72,9		82,6	11.000	0,798		0,826	0,826	0,785	0,803
1999	72,9		82,0	12.200	0,798		0,820	0,820	0,802	0,807
2000	73,3		81,2	12.900	0,805		0,812	0,812	0,811	0,809
2001	73,8		81,2	13.800	0,813		0,812	0,812	0,822	0,816
2002	73,4		80,4	14.600	0,807		0,804	0,804	0,832	0,814
2003	73,8		80,3	15.000	0,813		0,803	0,803	0,836	0,818
2004	74,3		80,4	15.100	0,822		0,804	0,804	0,837	0,821
2005	74,8		78,7	16.400	0,830		0,787	0,787	0,851	0,823
2006	75,5		78,5	17.200	0,842		0,785	0,785	0,859	0,829
2007	76,2		77,9	17.900	0,853		0,779	0,779	0,866	0,833
2008	76,4		77,6	18.300	0,857		0,776	0,776	0,869	0,834

7. Madeira

Anos	Esperança média de vida à nascença	Taxa de alfabetização de adultos	Taxa bruta de escolarização combinada do primário, secundário e superior	PIB per capita	Índice de Esperança de Vida	Índice de Alfabetização de Adultos	Índice de Escolarização Bruta	Índice de Educação	Índice do PIB	Valor do Índice de Desenvolvimento Humano
	(anos)	(% 15 anos e mais)	(%)	(dólares PPC)	(IEV)	(IAA)	(IEB)	(IE)	(IPIB)	(IDH)
1997	73,3	(a)	84,3	11.500	0,805	(a)	0,843	0,843	0,792	0,813
1998	72,9		83,2	12.800	0,798		0,832	0,832	0,810	0,813
1999	73,0		84,8	14.300	0,800		0,848	0,848	0,828	0,825
2000	72,8		86,1	17.300	0,797		0,861	0,861	0,860	0,839
2001	73,0		87,1	16.800	0,800		0,871	0,871	0,855	0,842
2002	73,3		86,3	20.100	0,805		0,863	0,863	0,885	0,851
2003	72,8		86,7	19.800	0,797		0,867	0,867	0,883	0,849
2004	74,0		90,5	20.800	0,817		0,905	0,905	0,891	0,871
2005	73,8		91,7	22.200	0,813		0,917	0,917	0,902	0,877
2006	74,3		92,8	24.700	0,822		0,928	0,928	0,920	0,890
2007	74,8		93,5	25.200	0,830		0,935	0,935	0,923	0,896
2008	75,3		91,5	25.800	0,838		0,915	0,915	0,927	0,893

(a) A Taxa de Alfabetização de Adultos (TAA) é calculada em Portugal pelo INE, aquando da realização dos Censos. Nos censos de 1991 e 2001, tal como nos anteriores, foi apresentada a taxa de analfabetização das regiões NUTS I e II

portuguesas. Os censos de 2011 apresentam no quadro 14 duas questões relacionadas com o alfabetismo em Portugal. Com o aumento dos anos de escolaridade obrigatória em Portugal, actualmente até ao 12º ano, e a formação de adultos, como por exemplo as Novas Oportunidades, o problema do analfabetismo em Portugal passou a ser cada vez mais residual incidindo principalmente sobre os mais idosos. Segundo o INE “a eliminação do analfabetismo reside no aumento da escolarização das crianças e em políticas activas de alfabetização de outras camadas da população, a par da renovação de gerações”. Segundo o PNUD, a taxa de alfabetização em Portugal no ano de 2006 era de 94,6%, tendo vindo a aumentar progressivamente e em 2010 era de 95,8%. Esta taxa utilizada pelo PNUD no cálculo do IDH, é importante no caso dos países porque apresentam taxas de alfabetização bastante diferenciadas. No caso português, verificamos que as taxas de alfabetização das regiões NUTS II tendem a aproximar-se da média do país, e que o analfabetismo, apesar de importante, é cada vez menos um problema das regiões portuguesas. A Madeira, tem apresentado nos Censos realizadas, uma das mais baixas taxas de alfabetismo das regiões portuguesas, sendo que o seu aumento tem sido bastante significativo, pois em 1960 era de 62,7% (Portugal era de 66,9%) e em 2001 era de 87,3% (Portugal era de 91,0%).

Anexo VII

A EVN, a TBE, o PIBpc em PPS e o IDH das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1997 a 2008

EMVN das Regiões NUTS I e II portuguesas, de 1997 a 2008
(anos)

NUTS I e II	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	75,8	76,0	76,2	76,7	77,0	77,3	77,4	78,3	78,2	78,9	79,1	79,4
Continente	75,9	76,1	76,3	76,9	77,2	77,4	77,6	78,5	78,3	79,1	79,3	79,5
1. Norte	76,0	76,3	76,4	77,1	77,2	77,6	77,7	78,6	78,5	79,2	79,5	79,9
2. Centro	76,3	76,6	76,9	77,3	77,7	77,8	77,8	78,7	78,7	79,5	79,6	79,7
3. Lisboa	75,5	75,5	75,9	76,5	77,0	77,2	77,7	78,3	78,3	79,0	79,3	79,4
4. Alentejo	75,7	75,7	76,1	76,4	77,0	77,0	76,7	78,2	77,6	78,7	78,5	78,5
5. Algarve	75,5	75,6	76,0	76,4	76,6	76,5	77,1	77,4	77,4	78,3	78,2	78,5
6. R. A. Açores	71,7	72,9	72,9	73,3	73,8	73,4	73,8	74,3	74,8	75,5	76,2	76,4
7. R. A. Madeira	73,3	72,9	73,0	72,8	73,0	73,3	72,8	74,0	73,8	74,3	74,8	75,3

TBE das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1997 a 2008
(%)

NUTS I e II	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	94,3	93,1	93,3	95,0	96,2	95,9	96,2	97,0	96,7	96,6	97,1	99,5
Continente	94,9	93,7	93,9	95,7	97,0	96,6	97,0	97,7	97,4	95,8	97,8	100,4
1. Norte	89,0	85,1	85,5	86,8	89,1	88,1	88,4	89,2	89,3	88,6	90,9	93,9
2. Centro	93,3	94,6	94,2	96,7	97,3	97,3	98,0	97,0	96,1	94,5	96,3	98,3
3. Lisboa	106,1	106,6	107,0	108,5	108,9	110,0	110,4	112,4	111,9	109,3	110,8	112,4
4. Alentejo	90,5	92,0	92,2	96,2	96,2	94,4	93,6	93,7	93,3	90,2	92,0	98,2
5. Algarve	98,6	97,2	99,3	100,7	102,4	99,9	101,3	102,9	102,8	99,6	100,7	102,8
6. R. A. Açores	84,9	82,6	82,0	81,2	81,2	80,4	80,3	80,4	78,7	78,5	77,9	77,6
7. R. A. Madeira	84,3	83,2	84,8	86,1	87,1	86,3	86,7	90,5	91,7	92,8	93,5	91,5

PIB per capita, das Regiões NUTS I e II portuguesas, de 1997 a 2008
(dólares PPC)

NUTS I e II	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	12.700	13.400	14.500	15.400	15.900	16.300	16.400	16.700	17.800	18.600	19.600	19.500
Continente	12.800	13.500	14.500	15.500	15.900	16.300	16.300	16.600	17.800	18.500	19.500	19.400
1. Norte	10.600	11.100	11.900	12.500	12.900	13.100	13.000	13.100	14.000	14.600	15.500	15.600
2. Centro	10.700	11.300	12.300	13.100	13.500	13.700	14.000	14.200	15.000	15.600	16.300	16.100
3. Lisboa	17.800	19.000	20.400	21.700	22.200	22.900	23.100	23.500	25.200	26.100	27.400	27.200
4. Alentejo	11.900	12.300	12.700	14.200	14.400	14.700	15.100	15.500	16.500	17.600	18.200	18.100
5. Algarve	13.800	14.500	15.700	16.800	17.600	18.100	18.500	18.600	19.900	20.800	21.900	21.500
6. R. A. Açores	10.200	11.000	12.200	12.900	13.800	14.600	15.000	15.100	16.400	17.200	17.900	18.300
7. R. A. Madeira	11.500	12.800	14.300	17.300	16.800	20.100	19.800	20.800	22.200	24.700	25.200	25.800

IDH das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1997 a 2008

NUTS I e II	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	0,866	0,866	0,872	0,884	0,892	0,894	0,896	0,904	0,906	0,912	0,918	0,927
Continente	0,869	0,869	0,875	0,888	0,895	0,897	0,899	0,907	0,909	0,910	0,921	0,931
1. Norte	0,839	0,831	0,836	0,847	0,857	0,857	0,858	0,866	0,870	0,874	0,886	0,899
2. Centro	0,856	0,865	0,870	0,884	0,890	0,891	0,895	0,897	0,897	0,899	0,908	0,914
3. Lisboa	0,923	0,928	0,935	0,947	0,952	0,959	0,964	0,975	0,977	0,974	0,983	0,989
4. Alentejo	0,849	0,856	0,861	0,882	0,886	0,881	0,878	0,888	0,887	0,887	0,893	0,914
5. Algarve	0,883	0,882	0,896	0,906	0,916	0,908	0,918	0,925	0,928	0,925	0,931	0,939
6. R. A. Açores	0,800	0,803	0,807	0,809	0,816	0,814	0,818	0,821	0,823	0,829	0,833	0,834
7. R. A. Madeira	0,813	0,813	0,825	0,839	0,842	0,851	0,849	0,871	0,877	0,890	0,896	0,893

Anexo VIII

O PIBpc a preços constantes das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1997 a 2008

Tabela 40 - PIBpc a preços constantes das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1995 (ano-base) a 2008

(€)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	8.711,3	9.059,2	9.394,5	9.832,3	10.187,9	10.526,6	10.658,6	10.654,6	10.488,0	10.596,2	10.635,6	10.757,7	10.995,2	10.984,3
Continente	8.765,5	9.124,2	9.449,3	9.875,1	10.220,6	10.525,6	10.673,0	10.622,9	10.469,3	10.570,8	10.611,1	10.711,0	10.964,4	10.941,9
1. Norte	7.329,7	7.622,9	7.794,5	8.093,8	8.328,7	8.506,0	8.710,8	8.566,3	8.302,8	8.334,3	8.406,2	8.497,3	8.787,3	8.829,3
2. Centro	7.387,7	7.715,2	7.940,0	8.284,6	8.660,8	8.973,6	9.067,9	8.937,9	8.930,1	9.018,7	8.993,0	9.096,9	9.259,3	9.103,3
3. Lisboa	12.032,1	12.549,0	13.138,6	13.921,2	14.443,7	14.793,4	14.904,4	15.012,3	14.803,9	15.029,7	15.095,0	15.146,5	15.426,6	15.453,4
4. Alentejo	8.128,1	8.406,8	8.898,8	9.003,8	9.116,4	9.809,9	9.821,0	9.886,9	9.915,9	10.031,3	9.920,7	10.109,8	10.339,7	10.254,2
5. Algarve	9.443,5	9.743,0	9.938,2	10.227,7	10.646,7	11.071,4	11.402,1	11.267,0	11.152,2	11.007,2	11.111,9	11.249,1	11.403,9	11.185,7
6. Açores	7.078,1	7.232,5	7.444,8	7.869,6	8.415,3	8.566,9	9.006,1	9.248,8	9.195,6	9.277,2	9.429,4	9.584,7	9.752,7	9.949,5
7. Madeira	7.557,4	7.619,6	8.318,6	9.193,5	9.786,6	11.418,2	10.858,4	12.629,9	11.998,2	12.487,2	12.479,2	13.487,9	13.236,2	13.497,8

Tabela 41 – Taxa de variação real do PIBpc a preços constantes das regiões NUTS I e II portuguesas face ao ano anterior, de 1995 a 2008

(%)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	-	4,0	3,7	4,7	3,6	3,3	1,3	0,0	-1,6	1,0	0,4	1,1	2,2	-0,1
Continente	-	4,1	3,6	4,5	3,5	3,0	1,4	-0,5	-1,4	1,0	0,4	0,9	2,4	-0,2
1. Norte	-	4,0	2,3	3,8	2,9	2,1	2,4	-1,7	-3,1	0,4	0,9	1,1	3,4	0,5
2. Centro	-	4,4	2,9	4,3	4,5	3,6	1,1	-1,4	-0,1	1,0	-0,3	1,2	1,8	-1,7
3. Lisboa	-	4,3	4,7	6,0	3,8	2,4	0,8	0,7	-1,4	1,5	0,4	0,3	1,8	0,2
4. Alentejo	-	3,4	5,9	1,2	1,3	7,6	0,1	0,7	0,3	1,2	-1,1	1,9	2,3	-0,8
5. Algarve	-	3,2	2,0	2,9	4,1	4,0	3,0	-1,2	-1,0	-1,3	1,0	1,2	1,4	-1,9
6. Açores	-	2,2	2,9	5,7	6,9	1,8	5,1	2,7	-0,6	0,9	1,6	1,6	1,8	2,0
7. Madeira	-	0,8	9,2	10,5	6,5	16,7	-4,9	16,3	-5,0	4,1	-0,1	8,1	-1,9	2,0

Tabela 42 - Peso do PIBpc a preços constantes das regiões NUTS I e II portuguesas face à média nacional, de 1995 a 2008

(Portugal = 100)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Continente	100,6	100,7	100,6	100,4	100,3	100,0	100,1	99,7	99,8	99,8	99,8	99,6	99,7	99,6
1. Norte	84,1	84,1	83,0	82,3	81,8	80,8	81,7	80,4	79,2	78,7	79,0	79,0	79,9	80,4
2. Centro	84,8	85,2	84,5	84,3	85,0	85,2	85,1	83,9	85,1	85,1	84,6	84,6	84,2	82,9
3. Lisboa	138,1	138,5	139,9	141,6	141,8	140,5	139,8	140,9	141,2	141,8	141,9	140,8	140,3	140,7
4. Alentejo	93,3	92,8	94,7	91,6	89,5	93,2	92,1	92,8	94,5	94,7	93,3	94,0	94,0	93,4
5. Algarve	108,4	107,5	105,8	104,0	104,5	105,2	107,0	105,7	106,3	103,9	104,5	104,6	103,7	101,8
6. Açores	81,3	79,8	79,2	80,0	82,6	81,4	84,5	86,8	87,7	87,6	88,7	89,1	88,7	90,6
7. Madeira	86,8	84,1	88,5	93,5	96,1	108,5	101,9	118,5	114,4	117,8	117,3	125,4	120,4	122,9

Anexo IX

O PIBpc a preços correntes das regiões NUTS I e II portuguesas, de 1997 a 2008

Tabela 43 - Taxa de variação nominal do PIBpc a preços correntes das regiões NUTS I e II portuguesas face ao ano anterior, de 1995 a 2008

(%)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	-	6,4	7,8	8,6	7,0	6,7	4,9	3,7	1,4	3,5	2,9	4,0	5,5	1,5
Continente	-	6,4	7,6	8,4	6,9	6,3	5,0	3,2	1,5	3,5	2,9	3,8	5,6	1,3
1. Norte	-	6,7	6,1	7,5	6,7	4,8	5,9	2,4	-0,3	2,8	3,2	3,7	6,7	2,3
2. Centro	-	6,6	6,7	8,7	8,1	6,7	4,5	2,8	2,8	3,3	1,9	3,7	4,9	-0,1
3. Lisboa	-	6,4	9,1	9,5	7,0	6,1	4,5	4,0	1,4	4,1	3,0	3,2	5,4	1,5
4. Alentejo	-	5,5	9,1	6,0	3,2	11,4	3,7	2,9	3,8	4,0	2,8	5,6	4,1	0,1
5. Algarve	-	6,3	6,5	8,4	7,9	7,1	6,9	3,8	3,3	1,8	3,5	4,1	5,1	0,5
6. Açores	-	5,3	7,5	10,5	10,3	5,9	9,5	6,5	3,1	3,1	4,1	4,4	4,3	3,6
7. Madeira	-	4,7	14,3	15,2	10,7	20,8	-1,2	21,0	-1,1	7,1	2,6	11,2	1,8	4,4

Fonte: DREM

Tabela 44 - Peso do PIBpc a preços correntes das regiões NUTS I e II portuguesas face à média nacional, de 1995 a 2008 (PT=100)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Continente	100,6	100,7	100,5	100,3	100,2	99,8	100,0	99,5	99,6	99,5	99,5	99,3	99,5	99,3
1. Norte	84,1	84,4	83,1	82,2	82,0	80,6	81,3	80,3	78,9	78,4	78,6	78,4	79,3	80,0
2. Centro	84,8	84,9	84,1	84,1	85,0	85,0	84,7	83,9	85,1	84,8	84,0	83,9	83,4	82,1
3. Lisboa	138,1	138,1	139,8	141,0	141,0	140,2	139,8	140,2	140,2	140,9	141,1	140,1	140,0	140,0
4. Alentejo	93,3	92,5	93,7	91,5	88,2	92,1	91,1	90,4	92,6	93,0	92,9	94,4	93,2	91,9
5. Algarve	108,4	108,3	107,0	106,8	107,7	108,2	110,2	110,4	112,4	110,5	111,2	111,3	110,9	109,8
6. Açores	81,3	80,4	80,2	81,6	84,1	83,5	87,2	89,5	91,0	90,7	91,8	92,2	91,2	93,1
7. Madeira	86,8	85,3	90,5	95,9	99,2	112,4	106,0	123,6	120,5	124,7	124,3	133,0	128,3	132,0

Anexo X

Os pesos da EVN, TBE, PIBpc em PPS e IDH das regiões NUTS I e II portuguesas face à média nacional (PT=100), de 1997 a 2008

Tabela 45 – O peso da EVN das regiões NUTS I e II face à média nacional (PT = 100), de 1997 a 2008

NUTS I e II	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Continente	100,1	100,1	100,1	100,3	100,3	100,1	100,3	100,3	100,1	100,3	100,3	100,1
1. Norte	100,3	100,4	100,3	100,5	100,3	100,4	100,4	100,4	100,4	100,4	100,5	100,6
2. Centro	100,7	100,8	100,9	100,8	100,9	100,6	100,5	100,5	100,6	100,8	100,6	100,4
3. Lisboa	99,6	99,3	99,6	99,7	100,0	99,9	100,4	100,0	100,1	100,1	100,3	100,0
4. Alentejo	99,9	99,6	99,9	99,6	100,0	99,6	99,1	99,9	99,2	99,7	99,2	98,9
5. Algarve	99,6	99,5	99,7	99,6	99,5	99,0	99,6	98,9	99,0	99,2	98,9	98,9
6. R. A. Açores	94,6	95,9	95,7	95,6	95,8	95,0	95,3	94,9	95,7	95,7	96,3	96,2
7. R. A. Madeira	96,7	95,9	95,8	94,9	94,8	94,8	94,1	94,5	94,4	94,2	94,6	94,8

Tabela 46 - O peso da TBE das regiões NUTS I e II face à média nacional (PT = 100), de 1997 a 2008

NUTS I e II	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Continente	100,6	100,6	100,6	100,7	100,8	100,7	100,8	100,7	100,7	99,2	100,7	100,9
1. Norte	94,4	91,4	91,6	91,4	92,6	91,9	91,9	92,0	92,3	91,7	93,6	94,4
2. Centro	98,9	101,6	101,0	101,8	101,1	101,5	101,9	100,0	99,4	97,8	99,2	98,8
3. Lisboa	112,5	114,5	114,7	114,2	113,2	114,7	114,8	115,9	115,7	113,1	114,1	113,0
4. Alentejo	96,0	98,8	98,8	101,3	100,0	98,4	97,3	96,6	96,5	93,4	94,7	98,7
5. Algarve	104,6	104,4	106,4	106,0	106,4	104,2	105,3	106,1	106,3	103,1	103,7	103,3
6. R. A. Açores	90,0	88,7	87,9	85,5	84,4	83,8	83,5	82,9	81,4	81,3	80,2	78,0
7. R. A. Madeira	89,4	89,4	90,9	90,6	90,5	90,0	90,1	93,3	94,8	96,1	96,3	92,0

Tabela 47 - O peso do PIBpc PPS das regiões NUTS I e II face à média nacional, de 1997 a 2008

NUTS I e II	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Continente	100,8	100,7	100,0	100,6	100,0	100,0	99,4	99,4	100,0	99,5	99,5	99,5
1. Norte	83,5	82,8	82,1	81,2	81,1	80,4	79,3	78,4	78,7	78,5	79,1	80,0
2. Centro	84,3	84,3	84,8	85,1	84,9	84,0	85,4	85,0	84,3	83,9	83,2	82,6
3. Lisboa	140,2	141,8	140,7	140,9	139,6	140,5	140,9	140,7	141,6	140,3	139,8	139,5
4. Alentejo	93,7	91,8	87,6	92,2	90,6	90,2	92,1	92,8	92,7	94,6	92,9	92,8
5. Algarve	108,7	108,2	108,3	109,1	110,7	111,0	112,8	111,4	111,8	111,8	111,7	110,3
6. R. A. Açores	80,3	82,1	84,1	83,8	86,8	89,6	91,5	90,4	92,1	92,5	91,3	93,8
7. R. A. Madeira	90,6	95,5	98,6	112,3	105,7	123,3	120,7	124,6	124,7	132,8	128,6	132,3

Tabela 48 - O peso do IDH das regiões NUTS I e II face à média nacional (PT = 100), de 1997 a 2008

NUTS I e II	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Continente	100,3	100,3	100,3	100,5	100,3	100,3	100,3	100,3	100,3	99,8	100,3	100,4
1. Norte	96,9	96,0	95,9	95,8	96,1	95,9	95,8	95,8	96,0	95,8	96,5	97,0
2. Centro	98,8	99,9	99,8	100,0	99,8	99,7	99,9	99,2	99,0	98,6	98,9	98,6
3. Lisboa	106,6	107,2	107,2	107,1	106,7	107,3	107,6	107,9	107,8	106,8	107,1	106,7
4. Alentejo	98,0	98,8	98,7	99,8	99,3	98,5	98,0	98,2	97,9	97,3	97,3	98,6
5. Algarve	102,0	101,8	102,8	102,5	102,7	101,6	102,5	102,3	102,4	101,4	101,4	101,3
6. R. A. Açores	92,4	92,7	92,5	91,5	91,5	91,1	91,3	90,8	90,8	90,9	90,7	90,0
7. R. A. Madeira	93,9	93,9	94,6	94,9	94,4	95,2	94,8	96,3	96,8	97,6	97,6	96,3

Anexo XI

Taxa Bruta de Escolarização das regiões NUTS I e II, de 1997 a 2008

1997						
NUTS I e II	Alunos matriculados				População (6 - 22)	TBE
	E. Básico	E. Secundário	E. Superior	Total		
Portugal	1.305.723	460.265	350.850	2.116.838	2.245.119	94,3
Continente	1.223.169	437.212	344.620	2.005.001	2.112.915	94,9
1. Norte	496.579	138.595	107.699	742.873	835.152	89,0
2. Centro	291.164	106.358	66.382	463.904	497.372	93,3
3. Lisboa	297.310	141.640	144.604	583.554	549.896	106,1
4. Alentejo	90.578	32.546	17.384	140.508	155.277	90,5
5. Algarve	47.538	18.073	8.551	74.162	75.218	98,6
6. R. A. Açores	41.692	12.699	2.983	57.374	67.614	84,9
7. R. A. Madeira	40.862	10.354	3.247	54.463	64.590	84,3
1998						
NUTS I e II	Alunos matriculados				População (6 - 22)	TBE
	E. Básico	E. Secundário	E. Superior	Total		
Portugal	1.276.376	442.783	359.949	2.079.108	2.234.096	93,1
Continente	1.195.356	421.485	354.199	1.971.040	2.103.749	93,7
1. Norte	485.945	135.252	108.602	729.799	857.514	85,1
2. Centro	285.195	105.369	69.639	460.203	486.460	94,6
3. Lisboa	289.236	131.726	148.837	569.799	534.336	106,6
4. Alentejo	88.159	32.568	18.189	138.916	151.062	92,0
5. Algarve	46.821	16.570	8.932	72.323	74.377	97,2
6. R. A. Açores	41.271	10.445	3.104	54.820	66.373	82,6
7. R. A. Madeira	39.749	10.853	2.646	53.248	63.974	83,2
1999						
NUTS I e II	Alunos matriculados				População (6 - 22)	TBE
	E. Básico	E. Secundário	E. Superior	Total		
Portugal	1.259.473	421.005	356.790	2.037.268	2.183.490	93,3
Continente	1.180.677	400.296	350.680	1.931.653	2.056.762	93,9
1. Norte	477.477	132.354	108.411	718.242	839.846	85,5
2. Centro	277.991	99.198	71.114	448.303	476.118	94,2
3. Lisboa	291.462	122.006	143.166	556.634	520.322	107,0
4. Alentejo	86.645	30.329	18.284	135.258	146.737	92,2
5. Algarve	47.102	16.409	9.705	73.216	73.739	99,3
6. R. A. Açores	39.919	10.062	3.403	53.384	65.122	82,0
7. R. A. Madeira	38.877	10.647	2.707	52.231	61.606	84,8
2000						
NUTS I e II	Alunos matriculados				População (6 - 22)	TBE
	E. Básico	E. Secundário	E. Superior	Total		
Portugal	1.240.836	417.705	373.745	2.032.286	2.138.714	95,0
Continente	1.164.457	396.937	367.339	1.928.733	2.014.851	95,7
1. Norte	467.929	132.799	114.271	714.999	824.179	86,8
2. Centro	273.402	100.879	75.875	450.156	465.631	96,7
3. Lisboa	290.038	116.810	146.465	553.313	509.876	108,5
4. Alentejo	86.554	29.983	20.076	136.613	142.029	96,2
5. Algarve	46.534	16.466	10.652	73.652	73.126	100,7
6. R. A. Açores	38.179	10.059	3.630	51.868	63.873	81,2
7. R. A. Madeira	38.200	10.709	2.776	51.685	60.004	86,1
2001						
NUTS I e II	Alunos matriculados				População (6 - 22)	TBE
	E. Básico	E. Secundário	E. Superior	Total		
Portugal	1.223.151	413.748	387.703	2.024.602	2.104.321	96,2
Continente	1.147.670	393.298	381.078	1.922.046	1.982.222	97,0
1. Norte	467.504	137.358	117.465	722.327	811.140	89,1
2. Centro	267.365	98.258	80.867	446.490	458.654	97,3
3. Lisboa	285.709	109.476	149.481	544.666	500.292	108,9
4. Alentejo	81.394	30.673	21.937	134.004	139.346	96,2
5. Algarve	45.698	17.533	11.328	74.559	72.790	102,4
6. R. A. Açores	37.798	9.608	3.725	51.131	63.007	81,2
7. R. A. Madeira	37.683	10.842	2.900	51.425	59.058	87,1
2002						
NUTS I e II	Alunos matriculados				População (6 - 22)	TBE
	E. Básico	E. Secundário	E. Superior	Total		
Portugal	1.192.931	397.532	396.601	1.987.064	2.072.760	95,9
Continente	1.120.243	376.904	389.957	1.887.104	1.952.670	96,6
1. Norte	453.029	131.121	120.038	704.188	798.909	88,1
2. Centro	259.659	96.378	83.718	439.755	452.135	97,3
3. Lisboa	284.043	105.019	152.750	541.812	492.558	110,0
4. Alentejo	78.339	28.810	21.968	129.117	136.790	94,4
5. Algarve	45.173	15.576	11.483	72.232	72.278	99,9
6. R. A. Açores	36.434	9.986	3.614	50.034	62.230	80,4
7. R. A. Madeira	36.254	10.642	3.030	49.926	57.842	86,3

Anexos

2003						
NUTS I e II	Alunos matriculados				População (6 - 22)	TBE
	E. Básico	E. Secundário	E. Superior	Total		
Portugal	1.174.412	385.589	400.831	1.960.832	2.037.867	96,2
Continente	1.102.762	365.281	394.090	1.862.133	1.919.503	97,0
1. Norte	445.358	126.565	122.427	694.350	785.816	88,4
2. Centro	255.678	92.489	87.041	435.208	443.937	98,0
3. Lisboa	280.663	102.841	151.390	534.894	484.436	110,4
4. Alentejo	75.632	27.430	21.901	124.963	133.528	93,6
5. Algarve	45.431	15.956	11.331	72.718	71.786	101,3
6. R. A. Açores	36.055	9.594	3.663	49.312	61.391	80,3
7. R. A. Madeira	35.595	10.714	3.078	49.387	56.973	86,7
2004						
NUTS I e II	Alunos matriculados				População (6 - 22)	TBE
	E. Básico	E. Secundário	E. Superior	Total		
Portugal	1.166.277	382.212	395.063	1.943.552	2.003.858	97,0
Continente	1.094.065	361.812	388.624	1.844.501	1.887.637	97,7
1. Norte	439.522	127.085	121.261	687.868	771.252	89,2
2. Centro	248.416	88.766	85.568	422.750	435.684	97,0
3. Lisboa	285.761	102.504	149.947	538.212	478.796	112,4
4. Alentejo	74.787	27.203	20.484	122.474	130.744	93,7
5. Algarve	45.579	16.254	11.364	73.197	71.161	102,9
6. R. A. Açores	36.111	8.993	3.427	48.531	60.375	80,4
7. R. A. Madeira	36.101	11.407	3.012	50.520	55.846	90,5
2005						
NUTS I e II	Alunos matriculados				População (6 - 22)	TBE
	E. Básico	E. Secundário	E. Superior	Total		
Portugal	1.153.057	376.896	380.937	1.910.890	1.976.326	96,7
Continente	1.082.895	356.192	374.377	1.813.464	1.861.580	97,4
1. Norte	433.501	126.891	116.950	677.342	758.586	89,3
2. Centro	243.823	86.195	81.714	411.732	428.404	96,1
3. Lisboa	285.237	101.392	145.269	531.898	475.472	111,9
4. Alentejo	73.798	25.910	19.829	119.537	128.169	93,3
5. Algarve	46.536	15.804	10.615	72.955	70.949	102,8
6. R. A. Açores	34.684	8.940	3.358	46.982	59.711	78,7
7. R. A. Madeira	35.478	11.764	3.202	50.444	55.035	91,7
2006						
NUTS I e II	Alunos matriculados				População (6 - 22)	TBE
	E. Básico	E. Secundário	E. Superior	Total		
Portugal	1.145.234	374.400	367.312	1.886.946	1.953.384	96,6
Continente	1.076.286	326.182	361.024	1.763.492	1.840.393	95,8
1. Norte	430.368	117.160	113.707	661.235	746.337	88,6
2. Centro	240.052	79.314	79.297	398.663	421.967	94,5
3. Lisboa	287.622	92.772	139.042	519.436	475.406	109,3
4. Alentejo	72.665	22.398	18.407	113.470	125.743	90,2
5. Algarve	45.579	14.538	10.571	70.688	70.940	99,6
6. R. A. Açores	33.907	9.286	3.041	46.234	58.872	78,5
7. R. A. Madeira	35.041	11.932	3.247	50.220	54.119	92,8
2007						
NUTS I e II	Alunos matriculados				População (6 - 22)	TBE
	E. Básico	E. Secundário	E. Superior	Total		
Portugal	1.155.181	356.711	366.729	1.878.621	1.934.902	97,1
Continente	1.086.008	336.929	360.288	1.783.225	1.823.181	97,8
1. Norte	430.841	123.113	113.690	667.644	734.490	90,9
2. Centro	241.120	80.275	78.839	400.234	415.515	96,3
3. Lisboa	294.937	95.796	139.485	530.218	478.677	110,8
4. Alentejo	72.765	23.086	17.467	113.318	123.185	92,0
5. Algarve	46.345	14.659	10.807	71.811	71.314	100,7
6. R. A. Açores	33.556	8.618	3.193	45.367	58.214	77,9
7. R. A. Madeira	35.617	11.164	3.248	50.029	53.507	93,5
2008						
NUTS I e II	Alunos matriculados				População (6 - 22)	TBE
	E. Básico	E. Secundário	E. Superior	Total		
Portugal	1.187.184	349.477	376.917	1.913.578	1.922.933	99,5
Continente	1.120.860	329.993	369.836	1.820.689	1.812.671	100,4
1. Norte	438.942	123.673	117.987	680.602	725.179	93,9
2. Centro	244.898	76.611	82.200	403.709	410.864	98,3
3. Lisboa	309.403	92.898	140.759	543.060	483.132	112,4
4. Alentejo	78.534	22.697	17.981	119.212	121.428	98,2
5. Algarve	49.083	14.114	10.909	74.106	72.068	102,8
6. R. A. Açores	31.773	9.439	3.320	44.532	57.391	77,6
7. R. A. Madeira	34.551	10.045	3.761	48.357	52.871	91,5

Anexo XII

A Alfabetização de Adultos (AA)

A Taxa de Alfabetização de Adultos (TAA), nas regiões NUTS I e II, de 1960 a 2001

O alfabetismo da **população portuguesa** no ano de 1960 era baixo (70%), tendo vindo a aumentar significativamente ao longo dos anos, e ano de 1991 era superior aos 90%.

A **Madeira** entre 1960 (62,7%) e 2001 (87,3%) apresenta as mais baixas taxas de alfabetismo das regiões NUTS II portuguesas, convergindo positivamente face à média nacional no final do período considerado.

Tabela 49 - A Taxa de Alfabetismo (TA) das regiões NUTS I portuguesas, de 1960 a 2001

		(%)				
NUTS	Anos	1960	1970	1981	1991	2001
Portugal		66,9	72,3	81,4	89,0	91,0
	Continente	66,9	74,4	81,7	89,1	91,1
	Madeira	62,7	66,8	73,4	84,7	87,3
	Açores	69,9	75,4	79,7	90,0	90,6

Fonte: Censos, INE

Analisando as taxas de alfabetização portuguesas publicadas pelo PNUD, verificamos que o país apresenta um aumento das taxas de alfabetização, que em 1980 eram de aproximadamente 80%, e no ano de 2010 já ultrapassavam os 95%. Esta tendência de uma maior alfabetização da população portuguesa ao longo dos anos, devem-se a um conjunto de medidas implementadas pelos vários Governos, com o objectivo de aumentar a alfabetização, como por exemplo, o aumento da escolaridade obrigatória e a alfabetização de adultos (Programa das Novas Oportunidades,...). O problema da analfabetização da população portuguesa é cada vez mais um problema residual, sendo que se verifica mais na população idosa e, como tal a tendência é de aproximação a médio prazo aos 100%, tal como se passa na generalidade dos países desenvolvidos.

Tabela 50 - A TA de adultos em Portugal por períodos, de 1960 a 2010

(% de 15 e mais anos)

Anos	1980	1990	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Portugal	79,4	87,9	92,4	94,2	94,6	94,9	95,2	95,5	95,8

Fonte: PNUD

Tabela 51 - A TA das regiões NUTS I e II portuguesas, Censos de 1991 e 2001

(%)		
Anos	1991	2001
Portugal	89,0	91,0
Continente	89,1	91,1
1. Norte	90,1	91,7
2. Centro	86,0	89,1
3. Lisboa	93,8	94,3
4. Alentejo	79,8	84,1
5. Algarve	85,8	89,6
6. R. A. Açores	90,0	90,6
7. R. A. Madeira	84,7	87,3

Fonte: INE

A Madeira no início do séc. XX apresentava baixas taxas de alfabetização de adultos (10%) tendo aumentado significativamente ao longo dos anos, e no final do séc. XX era cerca de 90%. Na primeira década do séc. XXI, a Madeira continuou a apresentar uma melhoria na taxa de alfabetização de adultos que segundo as estimativas da Direcção Regional de Planeamento e Recursos Educativos (DRPRE) no ano de 2010 aproximou-se dos 92%.

Tabela 52 - As estimativas da população e da alfabetização da RAM, de 2001 a 2011

População, Analfabetização e Taxas de analfabetização									
(número e %)									
	2001 - Censos	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
População	215.412	212.155	212.976	213.499	214.344	215.871	217.498	219.336	219.741
Analfabetos	27.374	23.198	22.221	21.273	20.385	19.841	19.300	18.809	17.988
Taxa de analfabetização	12,7	10,9	10,4	10,0	9,5	9,2	8,9	8,6	8,2
									Fonte: DRPRE / SRE
Taxa de alfabetização	87,3	89,1	89,6	90,0	90,5	90,8	91,1	91,4	91,8

O Índice de Alfabetização de Adultos (IAA), nas regiões NUTS I e II

O IAA⁶³ das regiões portuguesas é calculado a partir das TAA, obtidas através dos Censos (os últimos foram nos anos de 1991 e 2001, sendo o próximo no ano de 2011) realizadas pelo INE e dá-nos uma informação com um intervalo de tempo significativo

⁶³ $IAA = \frac{\text{Valor observado} - 0}{100 - 0}$. Não vamos considerar o IAA no cálculo do IDH, devido à insuficiência de dados relativamente às regiões NUTS II.

(aproximadamente 10 anos). Nos anos de 1991 e 2001, as regiões NUTS II que apresentam um IAA mais elevado é a região de Lisboa seguida da região Norte. A Madeira apresenta um dos mais baixos IAA das regiões portuguesas, só ultrapassando a região do Alentejo. Quando comparado com as outras regiões NUTS II, o IAA da Madeira tem um contributo menos positivo nos valores obtidos no IDH.

Tabela 53 - O Índice de Alfabetização de Adultos (IAA) das regiões NUTS I e II portuguesas, Censos de 1991 e de 2001

Anos	1991	2001
Portugal	0,890	0,910
Continente	0,891	0,911
1. Norte	0,901	0,917
2. Centro	0,860	0,891
3. Lisboa	0,938	0,943
4. Alentejo	0,798	0,841
5. Algarve	0,858	0,896
6. R. A. Açores	0,900	0,906
7. R. A. Madeira	0,847	0,873

Fonte: INE

Anexo XIII

Taxas de variação (%) média anual das componentes do IDH

Tabela 54 - Taxa de variação média anual (%) da EVN das regiões NUTS I e II, de 1998 a 2008

NUTS I e II	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	0,3	0,3	0,7	0,4	0,4	0,1	1,2	-0,1	0,9	0,3	0,4
Continente	0,3	0,3	0,8	0,4	0,3	0,3	1,2	-0,3	1,0	0,3	0,3
1. Norte	0,4	0,1	0,9	0,1	0,5	0,1	1,2	-0,1	0,9	0,4	0,5
2. Centro	0,4	0,4	0,5	0,5	0,1	0,0	1,2	0,0	1,0	0,1	0,1
3. Lisboa	0,0	0,5	0,8	0,7	0,3	0,6	0,8	0,0	0,9	0,4	0,1
4. Alentejo	0,0	0,5	0,4	0,8	0,0	-0,4	2,0	-0,8	1,4	-0,3	0,0
5. Algarve	0,1	0,5	0,5	0,3	-0,1	0,8	0,4	0,0	1,2	-0,1	0,4
6. R. A. Açores	1,7	0,0	0,5	0,7	-0,5	0,5	0,7	0,7	0,9	0,9	0,3
7. R. A. Madeira	-0,5	0,1	-0,3	0,3	0,4	-0,7	1,6	-0,3	0,7	0,7	0,7

Tabela 55 - Taxa de variação média anual (%) da TBE das regiões NUTS I e II, de 1998 a 2008

NUTS I e II	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	-1,3	0,2	1,8	1,3	-0,3	0,3	0,8	-0,3	-0,1	0,5	2,5
Continente	-1,3	0,2	1,9	1,4	-0,4	0,4	0,7	-0,3	-1,6	2,1	2,7
1. Norte	-4,4	0,5	1,5	2,6	-1,1	0,3	0,9	0,1	-0,8	2,6	3,3
2. Centro	1,4	-0,4	2,7	0,6	0,0	0,7	-1,0	-0,9	-1,7	1,9	2,1
3. Lisboa	0,5	0,4	1,4	0,4	1,0	0,4	1,8	-0,4	-2,3	1,4	1,4
4. Alentejo	1,7	0,2	4,3	0,0	-1,9	-0,8	0,1	-0,4	-3,3	2,0	6,7
5. Algarve	-1,4	2,2	1,4	1,7	-2,4	1,4	1,6	-0,1	-3,1	1,1	2,1
6. R. A. Açores	-2,7	-0,7	-1,0	0,0	-1,0	-0,1	0,1	-2,1	-0,3	-0,8	-0,4
7. R. A. Madeira	-1,3	1,9	1,5	1,2	-0,9	0,5	4,4	1,3	1,2	0,8	-2,1

Tabela 56 - Taxa de variação média anual (%) do PIBpc PPS das regiões NUTS I e II, de 1998 a 2008

NUTS I e II	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	5,5	8,2	6,2	3,2	2,5	0,6	1,8	6,6	4,5	5,4	-0,5
Continente	5,5	7,4	6,9	2,6	2,5	0,0	1,8	7,2	3,9	5,4	-0,5
1. Norte	4,7	7,2	5,0	3,2	1,6	-0,8	0,8	6,9	4,3	6,2	0,6
2. Centro	5,6	8,8	6,5	3,1	1,5	2,2	1,4	5,6	4,0	4,5	-1,2
3. Lisboa	6,7	7,4	6,4	2,3	3,2	0,9	1,7	7,2	3,6	5,0	-0,7
4. Alentejo	3,4	3,3	11,8	1,4	2,1	2,7	2,6	6,5	6,7	3,4	-0,5
5. Algarve	5,1	8,3	7,0	4,8	2,8	2,2	0,5	7,0	4,5	5,3	-1,8
6. R. A. Açores	7,8	10,9	5,7	7,0	5,8	2,7	0,7	8,6	4,9	4,1	2,2
7. R. A. Madeira	11,3	11,7	21,0	-2,9	19,6	-1,5	5,1	6,7	11,3	2,0	2,4

Tabela 57 - Taxa de variação média anual (%) do IDH das regiões NUTS I e II, de 1998 a 2008

NUTS I e II	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	0,0	0,7	1,4	0,9	0,2	0,2	0,9	0,2	0,7	0,7	1,0
Continente	0,0	0,7	1,5	0,8	0,2	0,2	0,9	0,2	0,1	1,2	1,1
1. Norte	-1,0	0,6	1,3	1,2	0,0	0,1	0,9	0,5	0,5	1,4	1,5
2. Centro	1,1	0,6	1,6	0,7	0,1	0,4	0,2	0,0	0,2	1,0	0,7
3. Lisboa	0,5	0,8	1,3	0,5	0,7	0,5	1,1	0,2	-0,3	0,9	0,6
4. Alentejo	0,8	0,6	2,4	0,5	-0,6	-0,3	1,1	-0,1	0,0	0,7	2,4
5. Algarve	-0,1	1,6	1,1	1,1	-0,9	1,1	0,8	0,3	-0,3	0,6	0,9
6. R. A. Açores	0,4	0,5	0,2	0,9	-0,2	0,5	0,4	0,2	0,7	0,5	0,1
7. R. A. Madeira	0,0	1,5	1,7	0,4	1,1	-0,2	2,6	0,7	1,5	0,7	-0,3

Anexo XIV

Contributos de cada uma das componentes (IEV, IE e IPIB) para o IDH da RAM

Tabela 58 - O IE, IEV, IPIB e IDH da RAM face à média nacional, de 1997 a 2008

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
IDH Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
IDH Madeira	93,9	93,9	94,6	94,9	94,4	95,2	94,8	96,3	96,8	97,6	97,6	96,3
IEV Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
IEV Madeira	95,1	93,9	93,8	92,5	92,3	92,4	91,2	91,9	91,7	91,5	92,1	92,5
IE Portugal	100,0	107,5	107,0	107,5	107,9	107,3	107,4	107,3	106,7	105,9	105,8	107,3
IE Madeira	89,4	89,4	90,9	90,6	90,5	90,0	90,1	93,3	94,8	96,1	96,3	92,0
IPIB Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
IPIB Madeira	98,0	99,1	99,7	102,3	101,1	104,1	103,7	104,3	104,3	105,4	104,8	105,3

Tabela 59 - Contributo de cada uma das componentes para o IDH da RAM, de 1997 a 2008

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
IDH	0,813	0,813	0,825	0,839	0,842	0,851	0,849	0,871	0,877	0,890	0,896	0,893
IEV	0,268	0,266	0,267	0,266	0,267	0,268	0,266	0,272	0,271	0,274	0,277	0,279
IE	0,281	0,277	0,283	0,287	0,290	0,288	0,289	0,302	0,306	0,309	0,312	0,305
IPIB	0,264	0,270	0,276	0,287	0,285	0,295	0,294	0,297	0,301	0,307	0,308	0,309
IDH	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
IEV	33,0	32,7	32,3	31,6	31,7	31,5	31,3	31,3	30,9	30,8	30,9	31,3
IE	34,5	34,1	34,2	34,2	34,5	33,8	34,0	34,6	34,8	34,8	34,8	34,1
IPIB	32,5	33,2	33,4	34,2	33,9	34,7	34,7	34,1	34,3	34,4	34,3	34,6

Anexo XV

Composição do Indicador de Competitividade

1. PIB per capita
 2. Produtividade do trabalho
 3. Relação entre as exportações e o PIB
 4. Densidade populacional
 5. Número de empregados por indivíduo em idade activa
 6. Índice de renovação da população em idade activa
 7. Qualidade do capital humano
 8. Taxa de penetração da banda larga
 9. Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros com 3 ou mais estrelas por 1.000 habitante
 10. Proporção de população residente em Municípios com lugares com 10 mil ou mais habitantes
 11. Taxa de participação em vias profissionalizantes do ensino secundário
 12. Grau de especialização em factores competitivos avançados
 13. Representatividade dos ramos de actividade mercantis
 14. Proporção de VAB em ramos de actividade internacionalizáveis
 15. Intensidade tecnológica da actividade industrial e dos serviços
 16. Proporção de pessoal ao serviço nas Tecnologias de Informação e Conhecimento
 17. Mobilidade profissional
 18. Taxa de natalidade das empresas
 19. Taxa de sobrevivência das empresas dos ramos de actividade internacionalizáveis
 20. Grau de internacionalização da produção
 21. Despesas das empresas em I&D no VAB das empresas
 22. Despesas em I&D no VAB
 23. Taxa de crescimento migratório
 24. Taxa de atracção líquida de trabalhadores por conta de outrém
 25. Pessoas ao serviço, no interior e no exterior da unidade territorial, de empresas com sede na unidade territorial por pessoa ao serviço na unidade territorial de empresas com sede no exterior da unidade ter
-

Fonte: INE

Anexo XVI

Composição do Indicador de Coesão

-
1. Esperança de vida à nascença
 2. Taxa quinquenal de mortalidade infantil
 3. Dispersão concelhia do rendimento familiar por habitante
 4. Índice regional do rendimento familiar por habitante
 5. Capacidade de retenção do rendimento gerado
 6. Proporção de população servida por sistemas de abastecimento de água
 7. Proporção de população servida por sistemas de drenagem de águas residuais
 8. Médicos aos serviços nos centros de saúde por 1.000 habitantes
 9. Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1.000 habitantes
 10. Pessoal docente por aluno matriculado no ensino superior
 11. Número de equipamentos culturais por 1.000 habitantes
 12. Proporção de população residente em Municípios com lugares com 2 mil ou mais habitantes
 13. Taxa de pré-escolarização
 14. Taxa bruta de escolarização do ensino secundário
 15. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem
 16. Valor médio anual das pensões do regime geral da Segurança Social
 17. Índice de juventude
 18. Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes com 15 ou mais anos de idade
 19. Taxa de retenção / desistência no ensino básico
 20. Taxa de transição / conclusão no ensino secundário
 21. Taxa de criminalidade contra a integridade física
 22. Desemprego registado por indivíduo em idade activa
 23. Disparidade entre sexos na relação entre desemprego registado e população residente média em idade
 24. Proporção de casamentos celebrados entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e nacionalidade estrangeira
 25. Taxa de fecundidade na adolescência
-

Fonte: INE

Anexo XVII

Composição do Indicador de Qualidade Ambiental

-
1. Qualidade da água para consumo humano
 2. Qualidade do ar
 3. Resíduos urbanos recolhidos por habitante
 4. Águas residuais drenadas por habitante
 5. Emissões que provocam acidificação e eutrofização por km²
 6. Emissões com impacto na saúde pública por km²
 7. Proporção de população servida por estações de tratamento de águas residuais (ETAR)
 8. Proporção de resíduos urbanos recolhidos selectivamente
 9. Zonas classificadas em percentagem da área total
 10. Eficiência potencial do processo de urbanização
 11. Contribuição da região para a substituição da produção de electricidade produzida com energia primária por energias renováveis ou menor conteúdo de emissões
 12. Proporção de superfície de obras de reabilitação física no total de superfície de obras concluídas
 13. Concentração territorial de novas construções
 14. Consumo doméstico de água por habitante servido
 15. Eco-eficiência
-

Fonte: INE

Bibliografia

- Abreu, M. (2005), *Spatial Determinants of Economic Growth and Technology Diffusion*, Amsterdam, Tinbergen Institute.
- Ackley, G. (1978), *Macroeconomics: Theory and Policy*, N. Y., MacMillian.
- Alves, Magda (2007), *Como Escrever Teses e Monografias um roteiro passo a passo*, Rio de Janeiro, Elsevier Editora, Lda.
- Amaral, João Ferreira; Louçã, Francisco; Caetano, Gonçalo; Fontáinha, Elsa; Ferreira, Cândida; Santos, Susana (2007), *Introdução à Macroeconomia*, 2ª Edição, Lisboa, Escolar Editora.
- Armstrong, Harvey; Taylos, Jim (2000), *Regional Economics and Policy*, Blackwell Publishers.
- Andrade, João de Sousa (1998), *Introdução à Economia*, Coimbra, Livraria Minerva Editora.
- Andrade, Manuel Correia de (1987), *Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional*, São Paulo, Atlas.
- Auerbach, R. J.; Kotlikoff (1995) *Macroeconomics, An Integrated Approach*, Ohio, South_western College Publ.
- Barradas, Susana; Lopes, Emídio (2007), *Processo de Convergência Regional em Portugal: Absoluta, Condicionada ou Clube*, Prospectiva e Planeamento n° 14, Lisboa, Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP).
- Barro, Robert J. (1997), *Determinants of Economic Growth*, MIT Press, Cambridge, Massachusetts.
- Barra, Robert J.; Sala-i-Martin, Xavier (1995), *Economic Growth*, New York, McGraw-Hill International Editions.
- Baumol, W. J.; Blinder A. S. (1998), *Economics: Principles and Policy*, 7ª Ed, Orlando: Harcourt.
- Belbute, José (2003), *Princípios de Macroeconomia*, Lisboa, Gradiva - Publicações, Lda.
- Bernanke, Ben; Frank, Robert (2003), *Princípios de Economia*, Lisboa, Editora McGraw-Hill de Portugal, Lda.
- Blanchard, O. (1997), *Macroeconomics*, London, Prentice-Hall.
- Branson, William H. (1972), *Macroeconomic theory and policy*, New York, Harper & Row.
- Brue, L. Stanley (2005), *História do Pensamento Económico*, Tradução da 6ª Edição: Luciana Miquelino, São Paulo, Pioneira Thomson Learning.

Burda, M.; Wyplosz, C (2001), *Macroeconomics*, An European Text, 3ª Ed., Oxford, Oxford University Press.

Capul, Jean-Yves; Garnier, Olivier (1998), *Dicionário de Economia e Ciências Sociais*, Tradução: Germano Rio Tinto, 1ª Edição, Lisboa, Plátano Edições Técnicas.

Cima, Elizabeth Giron; Amorim, Luci Suzana Bedin (2007), *Desenvolvimento regional e organização do espaço: uma análise do desenvolvimento local e regional através do processo de difusão de inovação*, Curitiba, Ver. FAE, v. 10, 73-87, jul/dez. 2007.

Crouch, Robert L. (1972), *Macroeconomics*, Harcourt Brace Jovanovich.

Dias, J. Alveirinho (2003), *Portugal e o Mar: Importância da Oceanografia para Portugal*, Faro, Universidade do Algarve.

DRE (2010), *Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira - 2009*, Funchal, Direcção Regional de Estatística.

D'Oliveira, Teresa (2007), *Teses e Dissertações, Recomendações para a elaboração e estruturação de trabalhos científicos*, 2ª Edição, Lisboa, Editora RH, Lda.

Dornbush, Rudiger; Fisher, Stanley; Begg, David (2004), *Introdução à Economia*, Tradução da 2ª Edição: Helga Hoffman, Rio de Janeiro, Elsevier Editora, Ltda.

DPP (2008), *Convergência Real das Regiões Portuguesas – Relatório Final*, Lisboa, Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP).

Eco, Umberto (2009), *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*, Tradução de Ana Falcão Bastos e Luís Leitão, 15ª Edição, Lisboa, Editorial Presença.

Estatística.gov-madeira.pt

Figueiredo, António Manuel; Pessoa, Argentino; Silva, Mário Rui (2008), *Crescimento Económico*, 2ª Edição, Lisboa, Escolar Editora.

Gordon, J. Robert (2000), *Macroeconomia*, Tradução: Eliane Kanner. 7ª Edição, Porto Alegre, Editora Bookman.

Hall, Robert E.; Lieberman, Marc (2003), *Microeconomia: princípios e aplicações*, Tradução de Carlos Roberto Martins Passos, São Paulo, Pioneira Thomson Learning.

Hicks, Douglas A. (1997), *The Inequality-Adjusted Human Development Index: A Constructive Proposal*, World Development, Vol. 25, Nº 8, pp. 1283-1298, Elsevier Science Ltd.

INE, IP (2010), *Anuário Estatístico de Portugal 2009*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, IP

INE, IP (2009), *Estudo sobre o poder de compra concelhio de 2007*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, IP.

INE, IP (2009), *Índice Sintético do Desenvolvimento Regional*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, IP / Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP).

Jenkinson, T. (2000), *Readings in Macroeconomics*, 2ª Ed. , Oxford University Press.

Jones, Charles (2000), *Introdução à Teoria do Crescimento Económico*, Stanford University, 11ª Tiragem, Rio de Janeiro, Editora Elsevier, Ltda.

<http://estatistica.gov-madeira.pt/>

www.bportugal.pt

www.dre.srpc.pt

www.epp.eurostat.ec.europa.eu

www.gepe.min-edu.pt

www.gpeari.mctes.pt

www.ine.pt

www.pnud.org.br/rdh

www.podata.pt

www.terrasdeportugal.wikidot.com

www.uma.pt

www.undp.org

www.wikipédia.org

Klugman, Jeni; Rodriguez, Francisco; Choi, Hyung-Jin (2011), *The HDI 2010: new controversies, old critiques*, Springer Science+Business Media, LLC 2011.

Lipsey, Richard G.; Steiner, Peter (1972), *Economics*, 3ª Ed. New York, Harper & Row.

Lopes, A. Simões (1987), *Desenvolvimento Regional*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Lopes, A. Simões (2002), *Globalização e Desenvolvimento Regional*, Lisboa, Gestão e Desenvolvimento, 11, 9-25.

Mankiw, Gregory (2006), *Introdução à Economia*, Tradução da 3ª edição norte-americana: Allan Vidigal Hastings, São Paulo, Pioneira Thomson Learning.

Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria (2007), *Fundamentos de Metodologia Científica*, 6ª Edição, São Paulo, Editora Atlas, SA.

Martin, Sala-i- (2000), *Apuntes de crecimiento económico*, 2ª Edición, Barcelona, Editor Antoni Bosch.

Martins, Natalino; Barradas, Susana (2009), *Convergência económica das regiões portuguesas, 1995-2006*, Documento de trabalho nº 2/2009, Lisboa, Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP).

- Martins, Carlos Passos; Nogami, Otto (2003), *Princípios de Economia*, 4ª Edição revista e ampliada, São Paulo, Pioneira Thomson Learning.
- Marshall, Alfred (1890), *Principles of Economics*, 8ª Ed., London, Macmillan.
- Morse, Stephen (2003), *For better or for worse, till the human development index do us part?*, *Ecological Economics* 45, 281-296, Elsevier.
- Murteira, Mário (2009), *Para um paradigma de desenvolvimento humano solidário*, Lisboa, *Economia Global e Gestão*, set. 2009, vol. 14, nº 2: 17-23.
- Naqvi, Syed Nawab Haider (1995), *The Nature of Economic Development*, World Development, Vol. 23, Nº4, pp. 543-556, Elsevier Science Ltd.
- Nubler, Irmgard (1995), *The Human Development Index Revisited*, *Intereconomics*, July/August 1995, 171-176, Spinger.
- Oliveira, Gilson Batista (2002), *Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento*, Curitiba, *Revista da FAE*, v.5, n.2, p.37-48, Maio/Agosto.
- Pais, Maria João; Oliveira, Maria da Luz; Góis, Maria Manuela; Cabrito, Belmiro Gil, (2009), *Economia C - 12º ano*, 1ª Edição, Lisboa, Texto Editores, Lda.
- Palan, R. (2000), *Global Political Economy*, London, Routledge.
- Parkin, M. (1984), *Macroeconomics*, London, Prentice-Hall.
- Perroux, François (1967), *A economia do século XX*, Lisboa, Herder.
- Perroux, François (1978), *O conceito de pólo de crescimento*. In: Faissol, Speridião (Org.). *Urbanização e regionalização, relações com o desenvolvimento económico*, Rio de Janeiro, IBGE, 97-110.
- Pikoulakis, E. (1995), *International Economics*, London, MacMillan.
- Polése, Mario (1998), Coimbra, *Economia urbana e regional: lógica espacial das transformações económicas*, APDR.
- Reis, Vítor Manuel Vaia dos (2000), *Principais estratégias de desenvolvimento em confronto na República de Cabo Verde após a independência*, Lisboa, ISCTE.
- Rodseth, A. (2000), *Open Economy Macroeconomics*, London, Cambridge.
- Rossetti (2004), *Introdução à Economia*, 20ª Edição, São Paulo, Atlas.
- Rutherford, Donald (1995), *Dicionário de Economia*, Algés - Portugal, DIFEL 82 – Difusão Editorial, S.A.
- Sagar, Ambuj D.; Najam, Adil (1998), *The human development index: a critical review*, *Ecological Economics* 25, Elsevier, 249-264.
- Samuelson, Paul; Nordhaus, William (1999), *Economia*, 16ª Edição, Portugal, Editora McGraw-Hill de Portugal, Lda.

- Santos, Jorge Henriques dos; Pina, Álvaro; Braga, Jacinto; Teixeira, Manuel; Aubyn, Miguel (2002), *Macroeconomia*, 2ª Edição, Lisboa, Editora McGraw-Hill de Portugal Lda.
- Schumpeter, Joseph A. (1934), *The Teory of Economic Development*, MA, Harvard University Press.
- Siedenberg, Dieter Rugard (2003), *Indicadores de Desenvolvimento Socioeconómico. Uma Síntese*, Desenvolvimento em Questão, Janeiro - Junho, ano/vol.1, número 001, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, Brasil, pp.45-71.
- Silva, Elsa; Mendes, Helena (2009), *Economia C - 12º ano*, 2ª Edição, Lisboa, Plátano Editora, SA.
- Silva, Jorge António Santos (2004), *Turismo, Crescimento e Desemvolvimento: Uma análise urbano-regional baseada em cluster*, Tese de Doutoramento, São Paulo, Universidade de São Paulo
- Silva, Nuno J. M. P. de Sousa e (2010), *Gestão estratégica do crescimento económico em Portugal*, Porto, Vida Económica – Editorial, SA.
- Soares, José Carlos (2008), *Dicionário de Economia*, 1ª Edição, Lisboa, Plátano Editora, SA.
- Solow, Robert M. (1987), *Growth Theory – an Exposition*, Oxford University Press, New York.
- Solow, Robert M. (1994), *Perspectives on Growth Theory*, Journal of Economic Perspectives, 8 (1), pp. 45-54.
- Sousa, A. (1986), *Análise Económica*, Lisboa, UNL, Fac. Economia.
- Sousa, Maria Emília Fialho de; Gomes, Orlando (2009), *Análise Económica – Conceitos e Exercícios Resolvidos*, 1ª Edição, Lisboa, Edições Sílabo, Lda.
- Sousa, Nali de Jesus de (2007); *Economia Básica*, São Paulo, Editora Atlas, S.A.
- Stiglitz, Joseph E. (2004), *Introdução à Macroeconomia*, Rio de Janeiro, Editora Campus.
- Troster, Roberto Luís; Mochón, Francisco (2002), *Introdução à Economia*, Edição revisada e actualizada, São Paulo, Makron Books.
- Varian, Hal R. (2006), *Microeconomia – Princípios Básicos*, 7ª Edição, Rio de Janeiro, Editora Campus.